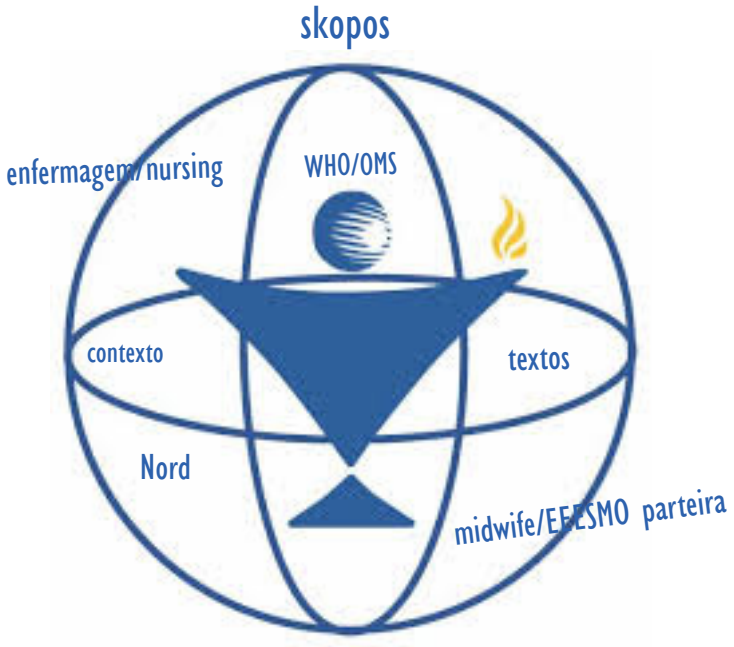

Maria do Céu Sérgio Ferreira

A ENCOMENDA DE TRADUÇÃO E O "FATOR HUMANO": TRADUZIR DA OMS PARA A ORDEM DOS ENFERMEIROS

Relatório de Estágio do Mestrado em Tradução, orientado pelo Doutor Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho, e apresentado ao Departamento de Línguas, Literaturas e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2016

· U C ·

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras

A ENCOMENDA DE TRADUÇÃO E O "FATOR HUMANO": TRADUZIR DA OMS PARA A ORDEM DOS ENFERMEIROS

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	**Relatório de estágio**
Título	**A ENCOMENDA DE TRADUÇÃO E O "FATOR HUMANO": TRADUZIR DA OMS PARA A ORDEM DOS ENFERMEIROS**
Autor/a	**Maria do Céu Sérgio Ferreira**
Orientador/a	**Doutor Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho**
Júri	**Presidente: Doutora Cornelia Elisabeth Plag** **Vogais:** **1. Doutora Maria da Conceição Carapinha Rodrigues** **2. Doutor Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho**
Identificação do Curso	**2º Ciclo em Tradução**
Área científica	**Tradução**
Especialidade/Ramo	**Português e uma Língua Estrangeira (Inglês)**
Data da defesa	**12-10-2016**
Classificação	**17 valores**

· U C ·

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Capa concebida por Francisco Fontes a partir de imagem gráfica do International Council of Nurses (ICN)

Agradecimentos

Em primeiro lugar, quero expressar a minha gratidão ao Professor Doutor Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho, o meu orientador. O seu conhecimento, saber e experiência tornaram este estágio e a elaboração do respetivo relatório numa verdadeira aprendizagem sobre até onde pode ir a aplicação dos ensinamentos teóricos à prática. Além desses contributos imprescindíveis, estou-lhe ainda grata pois a sua serenidade foi fulcral, em momentos vitais, para eu levar o barco a bom porto.

O Mestrado em Tradução foi uma revelação para mim e a aprendizagem foi um prazer e uma descoberta – isso é mérito das professoras e professores. Devo uma palavra de reconhecimento a todos. Refiro alguns que deixaram uma marca mais indelével: a Prof.ª Doutora Cornelia Plag, a Prof.ª Doutora Maria António Hörster, e o Prof. John Havelda, pela surpresa de descobrir, com ele e com os meus colegas, o gosto (arriscado) em traduzir para uma língua não materna.

À Enfermeira Isabel Oliveira, minha orientadora na Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, o meu reconhecimento: pelo saber e competência técnica, profissional e humana, e pela hospitalidade – hospitalidade que recebi de todos na SRC-OE.

A encomenda de tradução e o “fator humano”: Traduzir da OMS para a Ordem dos Enfermeiros

Resumo

Este relatório visa descrever e analisar algumas das questões, problemas e desafios que surgiram durante o trabalho realizado no estágio curricular cumprido na Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, em Coimbra, centrados, sobretudo, na tradução de um documento de orientação estratégica europeia, emanado da Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2015, para a enfermagem e enfermagem de saúde materna e obstétrica.

As matérias principais foram suscitadas pela tradução do documento da OMS/Europa do inglês para o português, gerando reflexão em torno da relevância da encomenda de tradução, das teorias e abordagens funcionalistas e do *skopos* e de tópicos como a tradução especializada ou a tradução em grandes organizações internacionais.

A tarefa de traduzir em contexto profissional é encarada como um ato comunicativo complexo, determinado por variáveis que vão para além das abordagens teórico-práticas e que surgem nas estratégias e procedimentos concretos adotados, mediados pelas qualificações e competências do tradutor/a, mas também pela sua subjetividade e criatividade (Mayoral Asensio, 2003a)).

Além de uma reflexão sobre as várias etapas do processo tradutivo, analisam-se ainda alguns problemas específicos que surgiram durante os trabalhos realizados no estágio, ligados a aspetos pragmáticos, culturais e socioprofissionais – por exemplo, as diferenças existentes entre Portugal e outros países relativamente ao Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica / parteira/o – e suas implicações para a tradução. A tradução de textos já traduzidos para inglês e o inglês como *lingua franca* são ainda outras questões abordadas e pertinentes nesta era de globalização e de esbatimento das fronteiras nacionais.

Palavras-chave:

Tradução, teorias e abordagens funcionalistas, *skopos*, encomenda de tradução, problemas de tradução, fator humano, Organização Mundial de Saúde – OMS, enfermagem, enfermeiro/a, Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (EEESMO) – parteira/o, cuidados de saúde, Europa.

The translation brief and the "human factor": Translating from the WHO to the Portuguese nurses

Abstract

This internship report aims to describe and analyze some issues/subjects, problems and challenges raised during the time of work carried out at Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, in Coimbra (Portugal), focusing mainly on the translation of a World Health Organization (WHO) document, delivered in 2015, with the European strategic directions for nursing and midwifery .

The main issues arose with the translation of the WHO/Europe document from English to Portuguese, prompting reflection on the relevance of the translation brief, functional and *Skopos* theories and approaches, and on topics such as specialized translation or translation in large international organizations.

The professional translation task is seen as a complex communicative act whose variables go beyond theoretical and pragmatic approaches and emerge in the concrete strategies and procedures mediated by the translator's skills and qualifications, but also by his/her subjectivity and creativity (Mayoral Asensio).

Besides reflecting on the various stages of the translation process, some specific problems that arose during the work carried out in the internship were also analyzed, namely pragmatic, cultural, social and professional aspects – for example, the differences between Portugal and other countries with respect to midwifery – and their implications on translation. Other issues covered are the translation of texts previously translated into English and English as a *lingua franca*, relevant in an era of globalization and when national borders seem to fade away.

Key words:

Translation, functionalist theories and approaches, *Skopos*, translation brief, translation problems, human factor, World Health Organization – WHO, nursing, nurse, midwife, health care, Europe.

Lista de siglas e abreviaturas

APEO - Associação Portuguesa de Enfermeiros Obstetras

CE – Comissão Europeia

CNO – Chief Nursing Officer

CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais

EA – Entidade de Acolhimento

EEESMO – Enfermeiro/a Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica

EESMO – Enfermagem Especializada de Saúde Materna e Obstétrica

FLUC – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ISO - International Organization for Standardization

MeSH – Medical Subject Headings

MT – Mestrado em Tradução

OE – Ordem dos Enfermeiros

OMS – Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

ST – Source text

SRC-OE – Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros

TC – Texto de chegada

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

TP – Texto de partida

TT – Target text

UE - União Europeia

ÍNDICE

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO I - O estágio curricular na SRC-OE 13

1. O porquê do estágio 13

2. Estágio: dos primeiros contactos até à SRC-OE 14

3. A Ordem dos Enfermeiros e o conceito de "ordem profissional" 16

5. O estágio na SRC-OE 20

5.1 Documentos traduzidos durante o estágio 22

6. Considerações gerais 25

CAPÍTULO II - Enquadramento teórico e análise da tradução 29

1. Introdução – a importância da encomenda de tradução 29

1.1 A norma internacional sobre serviços de tradução ISO 17100 32

1.2 A Organização Mundial de Saúde e a enfermagem 33

1.2.1 A OMS e a tradução 35

1.2.2 Orientações da OMS para a tradução de alguns dos seus textos – dois exemplos 37

2. Abordagem e tradução de "European strategic directions for strengthening nursing and midwifery towards Health 2020 goals" 39

2.1 Teorias funcionalistas 39

2.2 Katharina Reiss e Hans J. Vermeer – a *Skopostheorie* 41

2.3 Os tipos de texto segundo Reiss e Vermeer 43

2.4 Justa Holz-Mänttäri e o modelo do ato translatório 46

2.5 Christiane Nord 49

2.5.1 Tipos de tradução em Christiane Nord 54

2.5.2 Christiane Nord, o *skopos* e a encomenda de tradução 57

2.6 Jody Byrne..... 61

3. Análise da tradução do documento da OMS..... 62

3.1 Perfis do TP e do TC na encomenda de tradução 62

3.2 A análise do texto de partida..... 63

3.3 A tradução na Comissão Europeia: o Guia do Tradutor e o Código de Redação Interinstitucional 68

3.4 Procedimentos e técnicas tradutivas utilizadas – alguns exemplos 72

3.5 Os diferentes tipos de equivalência e como foram usados 73

3.6 A taxinomia de Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet – alguns exemplos 76

4. O "fator humano" segundo Roberto Mayoral Asensio 80

CAPÍTULO III - Problemas de tradução..... 83

Introdução 83

1. Problemas pragmáticos 83

1.1 Enfermeiros e enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica – porquê manter a distinção no TC? 83

2. Problemas linguísticos 88

2.1 A tradução de *evidence* e de *cost-effective* 88

3. O inglês como *lingua franca* – Estatutos das ordens croata e sérvia..... 95

CONCLUSÕES 100

BIBLIOGRAFIA 107

INTRODUÇÃO

Este relatório é elaborado no âmbito do Mestrado em Tradução (MT) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC), orientado pelo Professor Doutor Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho, no ano letivo 2015/2016. Resulta do estágio curricular realizado de novembro de 2015 a janeiro de 2016, na Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, em Coimbra, sob a supervisão da Enfermeira Isabel de Jesus Oliveira. O relatório integra ainda os ensinamentos teóricos e práticos adquiridos ao longo de todo o percurso académico feito no MT (2014/2016).

No presente relatório pretende-se analisar, sobretudo, o estágio, refletindo também sobre o conhecimento adquirido na formação no mestrado. O objetivo ao escrevê-lo foi produzir um texto académico a partir de uma experiência prática de trabalho (o estágio) que era enquadrada por uma área científica totalmente nova para esta mestranda até se iniciar o Mestrado em Tradução.

Mesmo assim, as teorias, para quem vem da área das Humanidades e, em particular, do jornalismo, como era o caso desta mestranda, apresentam alguma familiaridade, por terem pontos comuns com estes domínios.

Tradutores e jornalistas estão inseridos numa cadeia comunicativa, lidam com textos e conteúdos que transformam e comunicam de acordo com determinados objetivos e tendo em conta determinados destinatários. Precisam de competências que lhes permitam dominar os variados assuntos e temas das tarefas que lhes são atribuídas ou ter capacidades de pesquisa para os investigar. Finalmente, tradutores e jornalistas são, geralmente, figuras de bastidores.

Mas o denominador comum às duas profissões, do meu ponto de vista e tendo em conta a experiência e conhecimentos adquiridos até aqui, é o facto de ambas trabalharem com a matéria-prima que é a língua, no caso do jornalismo a língua portuguesa. Esses anos a burilar textos, associados também à formação académica em Humanidades, proporcionam uma familiaridade, mesmo que superficial, mesmo que desviante, com vários registos, que se tem revelado útil na atividade tradutiva.

O que foi, no entanto, radicalmente novo foi a aplicação das estratégias e abordagens aprendidas no Mestrado nas traduções feitas na SRC-OE e, após a sua conclusão, o recurso a essas teorias para refletir sobre as traduções que se fizeram e as outras versões que se poderiam ter produzido. E, possivelmente, esse assombro perante a novidade e o prazer num novo ofício, também estarão presentes neste relatório.

Num primeiro capítulo, abordam-se as razões para a opção pelo estágio, caracterizando a Entidade de Acolhimento (EA), a Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros (SRC-OE), e procedendo à descrição e contextualização das tarefas realizadas.

Realizar um trabalho de projeto ou uma dissertação teriam sido desafios estimulantes, mas para quem procurava uma reorientação profissional o estágio era o caminho mais óbvio para atingir esse fim.

No segundo capítulo, faz-se uma análise que parte do trabalho produzido em torno de um documento da Organização Mundial de Saúde (OMS), que foi o principal texto traduzido no estágio. O objetivo principal consistiu em refletir sobre algumas das teorias que balizaram a tradução, nomeadamente as teorias funcionalistas, sobretudo o modelo de Christiane Nord, e as perspetivas para a tradução profissional especializada elaboradas por Jody Byrne.

Abordam-se ainda, de forma breve, algumas das questões que um projeto deste tipo suscita, como a tradução em organizações internacionais, tais como a OMS, a Organização das Nações Unidas (ONU) ou a Comissão Europeia, e o que será esta cultura de partida.

As teorias, abordagens e estratégias apre(e)ndidas durante a parte letiva do Mestrado em Tradução são então convocadas, num confronto entre o mundo real, uma tradutora neófita a trabalhar quase como *freelance* - e o mundo ideal, no qual haveria uma equipa de profissionais experientes e recursos como memórias de tradução e bases terminológicas.

Questões como a importância da encomenda de tradução e como os seus parâmetros são definidos de forma genérica, a partir de deduções e pressuposições

contextuais, a vantagem de ter essas especificações bem clarificadas desde o início, e a análise do texto de partida, a possibilidade da sua compreensão ou a eventualidade de uma interpretação pessoal são também outros aspetos aqui retratados.

As questões suscitadas pelos textos – aquele de que se parte e o que se produz na língua materna - e pelo contexto são os aspetos práticos que importa resolver em primeiro lugar e numa perspetiva pragmática do exercício da atividade do tradutor. Como se podem resolver essas matérias, traduzindo de forma mais literal ou adaptando o texto à cultura de chegada e aos destinatários é o que se pretende referir.

Embora as teorias, estratégias e abordagens aprendidas no mestrado sejam fulcrais para o ofício de traduzir, a verdade é que se nota que quando o tradutor as aplica ou quando escolhe certas soluções em vez de outras, o ofício antigo de lidar com notícias, e que esta mestranda desenvolvia anteriormente, também ditou escolhas e perspetivas - e daí a atenção dada à noção de "fator humano" e às considerações que Roberto Mayoral Asensio (2003a, p. 3) desenvolve em torno da influência da personalidade, subjetividade e criatividade do tradutor no texto traduzido.

No terceiro capítulo, são abordados alguns problemas mais específicos de tradução e questões a eles associadas, nomeadamente as implicações da utilização do inglês como *lingua franca* de comunicação e a forma como certos anglicismos se encontram enraizados na sociedade e cultura portuguesas, não havendo patriotismo linguístico que resista à implantação deste idioma global.

CAPÍTULO I - O estágio curricular na SRC-OE

1. O porquê do estágio

A opção pela realização de estágio afigurou-se, desde o início do mestrado, como a mais adequada para tentar estabelecer os primeiros contactos com o mercado de trabalho nesta área. Foi uma decisão natural, e que parecia óbvia.

A intenção inicial era candidatar-me a um estágio numa empresa de tradução ou que precisasse de serviços de tradução regularmente. Entendia que esta seria uma forma quer de testar a minha própria adaptação a uma nova realidade em termos laborais, quer de penetrar num setor novo para mim e de tentar estabelecer pontes para uma reorientação do meu futuro em termos profissionais.

Soaria bem neste ponto dizer que enveredar pela atividade da tradução sempre foi o meu sonho desde criança, e que agora estaria, finalmente, a concretizá-lo. Mas ao iniciar um mestrado depois dos 50 anos – algo que, dizia antes, jamais faria – fui motivada, quem sabe, por algo que advém até do próprio fator "idade", ou seja, a experiência, para tentar a reorientação profissional numa altura em que grande parte das pessoas sonha com a reforma. Alguma informação positiva que recolhi sobre a existência de nichos de mercado neste domínio e os próprios dados em sítios de emprego, com ofertas nesta área, geralmente exigindo formação específica em tradução, levaram-me a aventurar-me neste desafio.

Penso que a experiência profissional anterior também contou, na medida em que existem alguns pontos de contacto entre o jornalismo, a minha atividade anterior, e a tradução: as duas atividades lidam com a língua materna, ambas exigem rigor, perseverança, curiosidade, capacidades de pesquisa e alguma criatividade para lidar com textos e realidades diferentes.

2. Estágio: dos primeiros contactos até à SRC-OE

Em abril de 2015 encetei contactos com algumas entidades e empresas de Coimbra para analisar a hipótese de concretizar o referido estágio. A minha única condição era o sentido da tradução, que teria de ser para a língua materna (inglês-português). Uma outra condição, esta de caráter preferencial, era que o estágio se realizasse numa empresa e/ou entidade onde pudesse fazer traduções de textos na área da saúde, embora também estivesse recetiva, naturalmente, a fazer traduções noutros domínios.

Esses contactos com responsáveis de cerca de meia dúzia de entidades surpreenderam-me positivamente, porque todas eles, de forma geral, reagiram com grande abertura e até entusiasmo à abordagem, que era ainda muito prospetiva, no sentido de saber se estariam interessados em acolher, eventualmente, a realização do estágio curricular.

Um aspeto que retenho dessa fase é o de que a maioria das entidades estava mais interessada na tradução português-inglês, para projetos como, por exemplo, a retroversão dos respetivos sítios na internet, no âmbito de processos de internacionalização e de divulgação da sua atividade e imagem. Quando essa condição – a retroversão – era obrigatória, como no caso de uma empresa que contactei, tive que abandonar a ideia, embora, neste caso concreto e por se tratar de uma empresa, com bastante pena minha.

Uma outra entidade que contactei precisava também de traduções para o português, embora não previsse que viesse a necessitar, no futuro, da prestação desse serviço linguístico de uma forma regular.

Mas a verdade é que esses primeiros contactos mostraram uma realidade numa cidade de dimensão média em que há necessidade de serviços de tradução e retroversão. Contudo, desta experiência não se poderá deduzir que essa necessidade vá para além do acolhimento do estagiário A ou B do Mestrado em Tradução da FLUC e se possa vir a concretizar na contratualização para a prestação do serviço profissional.

Em maio de 2015, logo após esta série de contactos, tive que abandonar a intenção de realizar o estágio numa empresa pois, por motivos de ordem pessoal, poderia não ter condições de cumprir os prazos rigorosos esperados dos tradutores.

Nos meses que se seguiram, essas mesmas circunstâncias levaram-me a atrasar o processo para a realização do estágio, que retomei apenas em outubro, ao contactar a Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, entidade de acolhimento com a qual a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra tem relações protocolares.

O que me levou a contactar a SRC-OE? Por uma série de razões, entre as quais se contam o facto de ser a entidade reguladora de uma classe profissional do domínio da saúde, a minha área de predileção. Acresce o facto de ter trabalhado vários anos nos Hospitais da Universidade de Coimbra e de ter mantido sempre boas relações de trabalho com estes profissionais, portanto, naturalmente, teria um gosto especial por estagiar numa entidade deste género.

Outra razão foi o facto de na SRC-OE o ritmo das exigências não ser, previsivelmente, tão acelerado como numa empresa e, no caso de acontecer algum imprevisto, me ser dada alguma margem de manobra para conciliar o trabalho com as vicissitudes de ordem familiar. Mas, felizmente, tal nunca sucedeu nesse período.

O processo também foi facilitado pelo facto de a EA ter aceitado que as traduções a realizar seriam da língua inglesa para a portuguesa.

Como referi acima, uma dimensão estimulante deste estágio prendia-se com o facto de se desenrolar numa instituição relacionada com a saúde, domínio em que pretendia expandir os conhecimentos iniciados no primeiro ano do mestrado.

O interesse por este setor deve-se, em grande parte, às atividades profissionais que desempenhei, no jornalismo e no secretariado clínico (esta mais remotamente), nas quais pude contactar e familiarizar-me, em termos genéricos e não muito aprofundados, com o domínio da saúde.

Por outro lado, sendo reconhecido geralmente a Coimbra um estatuto de centro de ponta na área da saúde – havendo até quem, em tempos, apelidasse a cidade de “capital da saúde” – encarei o estágio como uma forma de ter as primeiras

experiências e contactos nesta área de atividade, tendo em vista abrir perspetivas para uma possível especialização neste setor.

O Professor Doutor Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho aceitou orientar a elaboração do relatório final do mestrado, mesmo não tendo eu ainda ideias concretas sobre o tema a tratar mas antecipando, naturalmente, que surgiria de questões e problemas concretos suscitados pelas traduções. E, conforme previu e sugeriu nessa altura, as questões a tratar incluir-se-iam no contexto geral das teorias funcionalistas e do *Skopos* de Katharina Reiss, Hans J. Vermeer e Christiane Nord e no âmbito da tradução especializada nas áreas jurídica e da saúde.

Por isso, foi com alguma trepidação e bastante entusiasmo que, no dia 3 de novembro de 2015, iniciei o meu estágio na sede da Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, instituição que apresento de seguida em traços gerais.

3. A Ordem dos Enfermeiros e o conceito de "ordem profissional"

A Ordem dos Enfermeiros (OE) foi criada em 1998 e, segundo os respetivos estatutos, consagrados na Lei nº 156/2015 de 16 de setembro, é "a associação pública profissional representativa dos que, em conformidade com o presente Estatuto e as demais disposições legais aplicáveis, exercem a profissão de enfermeiro" (Lei 156/2015 de 16 de setembro, 2015).

Tal como se passa com as outras ordens profissionais, para o exercício da profissão de enfermeiro/a[1] em Portugal é obrigatória a inscrição na Ordem.

Segundo o Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, esta entidade tem como "desígnio fundamental a defesa dos interesses gerais dos destinatários dos serviços de enfermagem e a representação e defesa dos interesses da profissão" (Lei 156/2015 de 16 de setembro, 2015).

Neste contexto, é a Ordem que regula e supervisiona o acesso à profissão e o seu exercício, cabendo-lhe aprovar, nos termos da lei, as normas técnicas e deontológicas respetivas. É esta entidade que zela pelo "cumprimento das normas

[1] A partir deste ponto, as referências ao género serão simplificadas, mas terão sempre uma dimensão inclusiva, abarcando o género feminino e o género masculino.

legais e regulamentares da profissão" e exerce o poder disciplinar sobre os membros da OE (Lei 156/2015 de 16 de setembro, 2015).

Neste contexto, cabe lembrar a definição do Conselho Nacional das Ordens Profissionais (CNOP), para estas importantes instituições de autorregulação profissional, as ordens profissionais:

> São associações profissionais de direito público e de reconhecida autonomia pela Constituição da República Portuguesa, criadas com o objetivo de promover a autorregulação e a descentralização administrativa, com respeito pelos princípios da harmonização e da descentralização administrativa. (Conselho Nacional das Ordens Profissionais, s.d.)

Segundo o CNOP (Conselho Nacional das Ordens Profissionais, s.d.), além da autorregulação profissional, as ordens profissionais têm como função a defesa e a salvaguarda do interesse público e dos direitos fundamentais dos cidadãos.

Nos termos da lei, são estas associações profissionais as responsáveis, em exclusivo, pela concessão dos títulos profissionais das profissões que representam, e pela regulação do acesso e exercício da profissão, em que se integra o poder disciplinar sobre os seus membros.

A Ordem dos Médicos, Ordem dos Advogados, Ordem dos Economistas, Ordem dos Arquitetos, Ordem dos Notários e, naturalmente, a Ordem dos Enfermeiros, são apenas algumas das associações profissionais representadas no CNOP.

Representam profissões que, "por imperativo de tutela do interesse público prosseguido, justificam o controlo do respetivo acesso e exercício, a elaboração de normas técnicas e de princípios e regras deontológicos específicos e um regime disciplinar autónomo", refere o CNOP (Conselho Nacional das Ordens Profissionais, s.d.).

Na medida em que constituem uma expressão da administração autónoma do Estado, as ordens profissionais têm uma organização interna baseada no respeito dos direitos dos seus membros e os seus órgãos são eleitos segundo princípios democráticos. Está-lhes vedado o exercício de qualquer atividade de índole sindical.

Nos termos da Lei n nº 156/2015 de 16 de setembro, a Ordem dos Enfermeiros tem um conjunto amplo de atribuições, que vai para além da extensa lista que se segue:

> a) Zelar pela função social, dignidade e prestígio da profissão de enfermeiro, promovendo a valorização profissional e científica dos seus membros; b) Assegurar o cumprimento das regras de deontologia profissional; c) Contribuir, através da elaboração de estudos e formulação de propostas, para a definição da política da saúde; d) Regular o acesso e o exercício da profissão; e) Definir o nível de qualificação profissional e regular o exercício profissional; f) Acreditar e creditar ações de formação contínua; g) Regulamentar as condições de inscrição na Ordem e do reingresso ao exercício da profissão, nos termos legalmente aplicáveis; h) Verificar a satisfação das condições de inscrição a que se referem os artigos 6.º e 7.º; i) Atribuir o título profissional de enfermeiro e de enfermeiro especialista com emissão da inerente cédula profissional; j) Efetuar e manter atualizado o registo de todos os enfermeiros; k) Proteger o título e a profissão de enfermeiro, promovendo procedimento legal contra quem o use ou exerça a profissão ilegalmente; l) Exercer jurisdição disciplinar sobre os enfermeiros; m) Participar na elaboração da legislação que diga respeito à profissão de enfermeiro; n) Promover a solidariedade entre os seus membros; o) Fomentar o desenvolvimento da formação e da investigação em enfermagem e pronunciar-se sobre os modelos de formação e a estrutura geral dos cursos de enfermagem; p) Prestar a colaboração científica e técnica solicitada por qualquer entidade nacional ou estrangeira, pública ou privada, quando exista interesse público; q) Promover o intercâmbio de ideias, experiências e conhecimentos científicos entre os seus membros e entidades congéneres, nacionais ou estrangeiros, que se dediquem às áreas da saúde e da enfermagem; r) Colaborar com as organizações de classe que representam os enfermeiros em matérias de interesse comum, por iniciativa própria ou por iniciativa daquelas organizações; s) Participar nos processos oficiais de acreditação e na avaliação dos cursos que dão acesso à profissão de enfermeiro; t) Reconhecer as qualificações profissionais obtidas fora de Portugal, nos termos da lei, do direito da União Europeia ou de convenção internacional. (Lei 156/2015 de 16 de setembro, 2015)

A Ordem dos Enfermeiros exerce as suas competências no território nacional e é constituída por cinco secções regionais: Norte, Centro, Sul, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

São órgãos nacionais da Ordem a assembleia geral, o bastonário, o conselho jurisdicional, o conselho fiscal, o conselho de enfermagem, os colégios das especialidades e a comissão de atribuição de títulos. Os órgãos regionais da Ordem dos Enfermeiros consistem nas assembleias regionais, conselhos diretivos regionais, conselhos jurisdicionais regionais, conselhos fiscais regionais e nos conselhos de enfermagem regionais, é referido no mesmo diploma legal (Lei 156/2015 de 16 de setembro, 2015).

4. A Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros

A SRC-OE tem sede em Coimbra, num edifício com o nº 185 situado na Avenida Bissaya Barreto. Representa perto de 15 mil enfermeiros, de acordo com os dados disponíveis no folheto informativo "Enfermeiros: Conhecimento, Qualidade e Segurança" (Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, s/d). Estes 15 mil profissionais encontram-se distribuídos pelos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, os seis que a SRC-OE abrange.

No período em que decorreu o estágio, entre o início de novembro de 2015 e o final de janeiro de 2016, a SRC-OE empregava cerca de uma dezena de funcionários, entre quadros técnicos e especializados e funcionários administrativos e de manutenção.

No edifício de três pisos, completamente renovado, que acolhe a sua sede, a SRC-OE presta os serviços de atendimento aos enfermeiros, em questões de natureza administrativa ou jurídica e desenvolve atividades noutros domínios. Entre elas contam-se, por exemplo, protocolos para a formação contínua dos enfermeiros e para a concessão de benefícios em vários campos ou a participação em encontros científicos.[2]

Na ligação à comunidade, a SRC-OE mantinha ainda, no mandato em que foi realizado o estágio, uma série de atividades de caráter científico social e cultural, de ligação à comunidade, no âmbito de cooperação com instituições como, entre outras, a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, Liga dos Bombeiros Portugueses e diversos agrupamentos escolares.[3]

Uma agenda regular de iniciativas no auditório da SRC-OE compreendeu, em 2014/2015, entre outras ações, sessões abertas ao público com o fundador do Serviço Nacional de Saúde, António Arnaut (sobre enfermagem e cidadania), e com o presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Manuel Machado (delegação de competências nas autarquias). Em ambas as sessões participou o então bastonário da OE, Germano Couto.

---

[2] Isabel Oliveira, comunicação pessoal, março 2016.
[3] Isabel Oliveira, comunicação pessoal, março 2016.

Também no mandato 2012-2015, a iniciativa “Conversas na Ordem” trouxe ao auditório da SRC-OE o presidente do Centro de Estudos de Medicina Baseada na Evidência, António Vaz Carneiro. A prática de enfermagem baseada na evidência é um conceito que retomarei ao longo deste relatório.

5. O estágio na SRC-OE

O estágio na SRC-OE decorreu entre 3 de novembro de 2015 e 28 de janeiro de 2016.

A candidatura ao estágio foi precedida por uma breve reunião, em outubro de 2015, com a então presidente do conselho diretivo regional do Centro, Enf.ª Isabel Oliveira, que foi responsável pela orientação do estágio na entidade de acolhimento.

Nessa altura, o bastonário da Ordem dos Enfermeiros era o Enf.º Germano Couto (mandato 2012-2015). Na sequência das eleições realizadas a 15 de dezembro de 2015, foi eleita bastonária a Enf.ª Rita Cavaco. O Enf.º Ricardo Correia de Matos passou a presidir ao conselho diretivo regional do Centro, sucedendo a Isabel Oliveira.

Nesse primeiro encontro, a Enf.ª Isabel Oliveira deu uma resposta favorável à minha intenção de me candidatar ao estágio na instituição, tendo-me ainda informado que a OE precisava, sobretudo, de tradução de documentos na área da regulação. Este dado desviava-se do meu desejo de traduzir textos no domínio da saúde, remetendo os conteúdos a trabalhar mais para a área jurídica, setor em relação ao qual não sentia tanta apetência. Mas no mundo real é assim que as coisas acontecem.

Presidente do conselho diretivo regional do Centro da SRC-OE, entre janeiro de 2012 e janeiro de 2016, Isabel Oliveira é enfermeira especialista em Enfermagem de Reabilitação na Unidade de Cuidados na Comunidade de Albergaria-a-Velha (Aveiro), integrando a Equipa de Cuidados Continuados Integrados, cuja coordenação assegurou de novembro de 2010 a janeiro de 2012. Além disso, é responsável pelo projeto de educação e formação para cuidadores formais e informais naquela unidade.

Durante vários anos foi responsável pela orientação e avaliação dos alunos do Curso de Enfermagem naquela unidade e também no Hospital de S. Teotónio (Viseu), no qual trabalhou, ainda como enfermeira graduada, entre 1999 e 2002.

Natural de França, Isabel Oliveira diplomou-se na Escola Superior de Enfermagem Ângelo da Fonseca (Coimbra) e iniciou o seu percurso profissional no Cliria – Hospital Privado de Aveiro e nos Hospitais da Universidade de Coimbra.

Durante o mandato na Ordem dos Enfermeiros desenvolveu atividade executiva e política no âmbito do exercício profissional e da regulação profissional da enfermagem e das políticas de saúde e esteve ainda envolvida em vários dossiês relativos ao exercício profissional da enfermagem e às políticas de saúde, incluindo propostas legislativas. Foi a responsável política do conselho diretivo da Ordem dos Enfermeiros pelas áreas dos cuidados de saúde primários e da enfermagem do trabalho.

Após a regularização do processo formal, o estágio começou e, no primeiro dia, a Enf.ª Isabel Oliveira apresentou-me a todos os funcionários da SRC-OE, que se revelaram de grande gentileza e hospitalidade durante o período em que ali estagiei. Mostrou-me as acolhedoras e modernas instalações da sede e o gabinete onde eu iria trabalhar, uma sala com duas janelas, situada no primeiro andar, equipada com mobiliário de escritório moderno e ligação sem fios à internet, tal como todo o edifício.

Quanto ao horário, a orientadora na EA disse-me que faria o horário que achasse mais adequado, no período de abertura ao público da SRC-OE, entre as 09:00 e as 17:30. Como o estágio já foi iniciado numa fase tardia, decidi cumprir um horário de trabalho normal, de oito horas diárias, exceto à sexta-feira, dia em que tinha aulas à tarde, ou noutras ocasiões pontuais. Este propósito foi realizado de modo relativamente uniforme, cumprindo habitualmente o horário 09:30/17:30, com uma curta pausa para almoço. Por vezes, para assegurar o respeito pelos prazos, trabalhei em casa e, no final de janeiro, quando o estágio terminou, já tinham sido ultrapassadas as 300 horas regulamentares exigidas.

No que diz respeito aos meios informáticos, usei o meu computador pessoal, o programa Microsoft-Word e a ferramenta de apoio à tradução memoQ. A utilização do

memoQ surge no âmbito do acordo de cooperação existente entre a Universidade de Coimbra e a empresa Lexicon e que concede aos alunos do Mestrado em Tradução uma licença gratuita durante a duração do curso. O memoQ facilitou imenso a tradução e composição de alguns dos documentos traduzidos durante o estágio.

Os documentos a traduzir foram-me facultados nos formatos PDF ou Word e fornecidos em versão impressa quando o solicitei.

Quanto aos materiais de apoio, usei os meus dicionários pessoais, incluindo um dicionário jurídico bilingue, e recorri à internet para consultar um vasto leque de fontes, a que me referirei em mais pormenor quando abordar os projetos trabalhados. Também me desloquei à biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para fazer pesquisas específicas no domínio da gestão e saúde.

Organizei as pesquisas na internet por projetos e/ou subtemas/conceitos/termos em pastas diferentes, recorrendo quer ao sistema de favoritos do Internet Explorer, quer ao figurino de marcadores do Chrome.

Contudo, este sistema de organização das pesquisas na internet é demasiado básico, insuficiente e trabalhoso para gerir, de forma expedita, a quantidade de PDF e outros documentos que se foram acumulando, e para poder consultar e organizar, de modo rápido, as citações e referências bibliográficas resultantes dessas mesmas pesquisas.

Só contactei com os gestores de referências bibliográficas Zotero e Mendeley meses mais tarde, em sessões de formação de acesso livre organizadas pela Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e pude aperceber-me que os dois programas, ambos gratuitos, poderiam ter sido uma ferramenta útil durante o estágio.

5.1 Documentos traduzidos durante o estágio

A primeira tarefa que me foi entregue foi uma pequena tradução do português para inglês. Mesmo tendo sido concertado que realizaria apenas traduções para a língua materna, pude aplicar os ensinamentos do mestrado nesta incumbência, tendo-a concretizado no primeiro dia de trabalho.

Esta tarefa consistiu na retroversão de alguns excertos de artigos do Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, introduzidos pela alteração estatutária publicada na Lei nº 156/2015, de 16 de setembro. Foi necessário atualizar a tradução para inglês que já fora feita do Estatuto, nomeadamente de excertos da parte "Deontologia Profissional dos Estatutos da OE".

Assim, traduzi sete parágrafos, que foram adicionados pela referida alteração estatutária publicada após a finalização da versão traduzida, cortei um que fora suprimido na alteração e alterei a numeração, adequando-a ao novo diploma.

A retroversão total dos estatutos da OE fora feita anteriormente por uma colega do Mestrado em Tradução da FLUC, no âmbito de um estágio na SRC-OE.

Tal como a orientadora na SRC-OE referira no início, os documentos de trabalho seguintes que me foram entregues foram dois estatutos de estruturas congéneres à OE portuguesa, da Croácia e da Sérvia, nomeadamente os estatutos do *Croatian Nursing Council* (Statutes of the Croatian Nursing Council, 2003) e da *Chamber of Nurses and Health Technicians of Serbia* (Statute of Chamber of Nurses and Health Technicians of Serbia, 2006).

Fiz a tradução provisória destes dois documentos durante o mês de novembro e a primeira quinzena de dezembro, e suspendi-a nesta altura para traduzir o documento da Organização Mundial de Saúde (OMS)/Europa "European strategic directions for strengthening nursing and midwifery towards Health 2020 goals" (World Health Organization, 2015), que foi definido pela OE como sendo prioritário em relação aos textos anteriores.

Foi este documento da OMS, o principal traduzido no estágio, que suscitou mais exigência em termos de contextualização teórica, recorrendo, nomeadamente, às teorias funcionalistas e do *Skopos*, de Katharina Reiss e Hans J. Vermeer, e de análise textual orientada para a tradução, de Christiane Nord, que serão objeto de análise no capítulo II. As particularidades deste documento enquanto texto com linguagem especializada levantaram desafios, problemas e dificuldades, alguns das quais serão abordados nos capítulos II e III, recorrendo também à teorização de Jody Byrne.

No que diz respeito aos estatutos das ordens dos enfermeiros croatas e sérvios, traduções inacabadas, o principal problema consistiu no facto de se tratarem ambos de traduções deficientes de cada uma daquelas línguas para inglês. Algumas questões suscitadas por estes problemas – o inglês como *lingua franca*, por exemplo - serão abordadas no capítulo III.

Na parte final do período de estágio e no período de alguns dias em que o documento da OMS estava a ser submetido a uma revisão técnica pela Enfª Isabel Oliveira, fiz a tradução do currículo do então bastonário da Ordem dos Enfermeiros, Enf.º Germano Couto.

Para concluir, vou referir-me ao projeto *Well Connected*[4], uma iniciativa de prestação de cuidados de saúde de proximidade liderada por enfermeiros. A tradução de alguns materiais desse projeto, desenvolvido no condado de Worcestershire (Reino Unido), foi equacionada durante o estágio, mas nunca chegou a concretizar-se em virtude de outras tarefas terem sido consideradas prioritárias pela OE.

Alguns meses antes do estágio li, por acaso, no Diário de Notícias (Maia, 2015), um artigo sobre esse projeto, que me suscitou curiosidade. Nessa altura, não imaginava que me iria candidatar a um estágio na SRC-OE.

A Enf.ª Isabel Oliveira facultou-me um texto informativo em inglês sobre o projeto e a sua leitura, associada ao referido artigo do Diário de Notícias, o que provocou um interesse imenso na sua tradução, tanto mais que esses materiais poderiam ser usados pelos então dirigentes da Ordem dos Enfermeiros para sustentar a possível apresentação de uma proposta de contornos idênticos ao Ministério da Saúde português.

De forma integrada e coordenada, *Well Connected* junta profissionais de saúde e de serviço social para prevenir, evitar e reduzir a hospitalização, antecipando os problemas e prestando cuidados e apoio às pessoas, famílias e cuidadores, para que os doentes possam ser tratados na sua casa ou em instituições de proximidade (Worcestershire Health and Care NHS, s.d.).

[4] A informação sobre o programa pode ser consultada em http://www.hacw.nhs.uk/well-connected/

Com o título bem conseguido “Um enfermeiro sempre à mão”, a jornalista do Diário de Notícias, que foi conhecer o projeto, reproduz as declarações da presidente da Câmara de Worcester ao relatar como essa integração e coordenação de cuidados permitiu reduzir custos na ordem do milhão de libras e reduzir, em 10%, os internamentos de urgência em Wyre Forest, no norte do condado, a região do país com mais idosos.

Por ser um programa em que o domínio da saúde assume o seu caráter mais nobre, o cuidar e o cuidar com dignidade – por exemplo, dos mais velhos, para quem a hospitalização prolongada é um desenraizamento e um estranhamento – acalentei a tradução desses conteúdos durante o estágio e foi com alguma pena que, afinal, não a concretizei.

De certa forma, ao desejar traduzir esses conteúdos de um projeto que me entusiasmou, julgo que queria fazer parte ou poder participar, de algum modo, num possível programa de humanização dos cuidados de saúde. O facto de nunca se ter concretizado não lhe retira o papel que também teve neste estágio.

6. Considerações gerais

Estagiar numa instituição cuja missão não é a tradução, embora possa precisar de documentos traduzidos esporadicamente, tem vantagens e inconvenientes. A pressão de terminar as traduções em prazos excessivamente apertados não foi sentida, tendo-me sido dada uma razoável latitude para a concretização dos trabalhos.

Contudo, devido ao início tardio do estágio, ao facto de, em virtude do calendário eleitoral da OE, ter havido mudança dos corpos dirigentes no decurso do estágio – o que aconselhava a sua conclusão durante o mandato da mesma equipa e supervisora com que o iniciara - empenhei-me em concluir as traduções em tempo útil. Para cumprir as condições agora referidas, a entrega das traduções não poderia ir para além do mês de janeiro.

Devido a esse motivo, tive de acelerar a fase de revisão do documento da OMS e não lhe dediquei o tempo que gostaria, pelo que a versão então entregue à OE foi apurada posteriormente. Acresce o facto de nessa mesma altura (janeiro de 2016) ter

de elaborar um trabalho para um seminário do mestrado. Com estas condicionantes e limitações expressei, no entanto à OE, minha disponibilidade para após esse período mais atarefado, colaborar no processo de revisão da tradução.

Estes dois fatores – não se tratar de uma empresa de tradução e a demora no início do estágio – levaram a que questões como a definição das especificações da tradução para cada um dos trabalhos pedidos tenha sido feita apenas de modo informal e telegráfico, em contactos ocasionais com a orientadora na OE.

À indicação inicial de tradução, fui somando as instruções que recolhi depois por minha iniciativa. No caso dos estatutos das duas ordens estrangeiras, por exemplo, preocupei-me sobretudo em saber a quem se destinavam as traduções (aos enfermeiros portugueses e/ou trabalhando em Portugal), e qual seria o meio de divulgação (o sítio da OE).

Uma das vantagens deste estágio foi o grande domínio, por parte da orientadora na EA, da linguagem e realidades do mundo da enfermagem, das suas diferentes categorias, especialidades e respetivas subdivisões e dos modelos e organização, que variam de país para país.

Além da sua sensibilidade para as questões linguísticas, algo muito vantajoso ao permitir um outro olhar, distanciado, para o texto, também foi útil e produtivo o seu conhecimento no domínio da administração e gestão de serviços de saúde, área em que detém uma pós-graduação e experiência profissional.

Este traquejo e conhecimento de um meio específico permitiu, por exemplo, já na fase de revisão técnica da tradução, esclarecer que o *Government Chief Nurse and Midwife* (WHO, 2015, p. 16) do TP equivale à designação internacional de *Chief Nursing Officer* (CNO) e que no meio da enfermagem e da política de saúde em Portugal é usada habitualmente a sigla em inglês (CNO).[5]

Nem mesmo o Despacho nº 19816/2007 de 13 de Agosto, do Ministro da Saúde, que nomeia o CNO, escapa a essa importação direta do termo do inglês (Despacho nº 19 816/2007, 2007).

[5] Previsto na legislação portuguesa, o CNO é um alto cargo na enfermagem, de nomeação governamental, com funções de aconselhamento especializado (Isabel Oliveira, comunicação pessoal, janeiro 2016).

Esse conhecimento especializado permitiu, por exemplo, informar-me que, em Portugal, não existe atualmente a figura de parteira – *midwife*, uma profissão central na publicação da OMS – que seria a tradução imediata para o leigo ou para o cidadão comum. Na terminologia correta relativa ao corpo profissional da enfermagem portuguesa a *midwife* equivale, isso sim, ao Enfermeiro Especializado em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (EEESMO).

A essa conclusão chegara eu, entretanto, mas apenas após longas horas de pesquisa.

Esta matéria, a *midwife* e o EEESMO, será desenvolvida no capítulo III do relatório, mas cabe produzir agora algumas considerações breves sobre o assunto.

A figura da parteira existe em vários países, com uma formação diferenciada da do enfermeiro, mas em Portugal ela equivale ao enfermeiro habilitado com a especialidade em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica.

Com isto quero dizer que o domínio de terminologia específica deste setor permitiu resolver em segundos algo que a um leigo ou a alguém apenas superficialmente familiarizado com o meio levaria horas.

Revela a pertinência de se adquirir algum grau de especialização na tradução e a forma como esse conhecimento e o domínio da terminologia e convenções do setor facilita e agiliza o processo de traduzir.

O que quer dizer que de uma próxima vez que precise de traduzir um texto especializado que se refira à *midwife* a tradução será imediata e poderei passar ao problema seguinte.

Os dicionários, tesauros e outras fontes, os meios disponíveis na internet – como textos paralelos, sítios de enfermagem e de saúde, a OMS, etc. – por vezes não propiciam respostas rápidas e seguras, ou porque o termo é recente, ou não está ainda consolidado ou diz respeito a uma realidade muito específica.

Este exemplo da *midwife* que, numa tradução para português destinada aos enfermeiros, é o EEESMO, ilustra a importância do domínio da terminologia e

linguagem especializadas, o que o tradutor conseguirá ou especializando-se e traduzindo bastante nesse domínio ou tendo formação específica na área em questão.

Retrospetivamente, parece-me que este processo de pesquisa poderia talvez ter sido evitado ou reduzido de forma significativa caso o projeto de tradução tivesse sido apoiado por memórias de tradução e bases terminológicas.

CAPÍTULO II - Enquadramento teórico e análise da tradução

1. Introdução – a importância da encomenda de tradução

Dado que o principal projeto concretizado durante o estágio foi a tradução de "European strategic directions for strengthening nursing and midwifery towards Health 2020 goals" (WHO, 2015) é neste projeto que se vai centrar a maior parte deste relatório.[6]

A encomenda de tradução do documento da OMS consistiu numa primeira indicação de ser necessário traduzi-lo para português, aquando da entrega do texto em inglês pela orientadora do estágio na EA. Foi também abordada a questão do prazo para a conclusão da tradução, cuja revisão técnica seria assegurada pela Enf.ª Isabel Oliveira, como a própria me comunicou nessa altura. Posteriormente, o gabinete de relações internacionais da OE enviou-me a capa do documento já traduzida para português e soube também que não teria de me preocupar com os aspetos do *layout*, dos quais se encarregaria a OE.

Enquanto aluna do Mestrado em Tradução da FLUC retive a importância de elaborar a encomenda de tradução, as vantagens de previamente definir as coordenadas do trabalho. Mas o certo é que, por vicissitudes várias – a pressão do tempo, o facto de a orientadora não se deslocar diariamente à SRC-OE, o período natalício e a própria vida interna da OE – comecei a tradução fazendo eu própria o meu esboço de encomenda, com os pressupostos e os conhecimentos implícitos, sobretudo do objetivo da tradução e dos seus destinatários.

Pareceu-me que uma tradução de tipo instrumental era o caminho indicado já que se tratava de um documento institucional, com uma distribuição global (os países que fazem parte da Região Europeia da OMS), destinado, em Portugal, aos enfermeiros portugueses ou trabalhando em território nacional, com o objetivo de os

[6] O TP está disponível em http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0004/274306/European-strategic-directions-strengthening-nursing-midwifery-Health2020_en-REV1.pdf?ua=1 e a tradução em http://www.ordemenfermeiros.pt/publicacoes/Documents/OMS_Europa_OrientacoesEstrategicasEuropeias_ONLINE.pdf

informar e também de os mobilizar para os objetivos expressos no texto, a divulgar numa publicação impressa ou digital (no sítio da OE).

A tradução teria, portanto, um objetivo comunicativo na cultura de chegada – o de transmitir aos enfermeiros portugueses este documento programático sobre as formas como a enfermagem e a EESMO podem e devem contribuir para reforçar os objetivos do Saúde 2020. Sendo um documento de estratégia, programático e político no sentido amplo, preocupei-me em ser rigorosa na sua tradução – e, nessa medida, valorizei muito o TP – procurando encontrar em português os conceitos equivalentes especializados em que é abundante, adequando-o aos destinatários.

Nesse sentido, tentei proceder como Christiane Nord (1997c/2014, p. 21) preconiza quando compara o tradutor a um "target-culture text producer expressing a source-culture sender's communicative intentions".

Reconhecendo, contudo, que quando se traduz se recorre a todo o arsenal de conhecimento e experiências que se tem e não é muito fácil catalogar o que se faz, como ou porque se faz, ou que teorias influenciaram a tomada de decisão ao tentar produzir a tradução adequada. Como refere Roberto Mayoral Asensio (1-6 julho de 2013, p. 28),

> una traducción profesional adecuada combinará procedimientos de traducción tanto literales como no literales, será literal y no literal hasta cierto grado y estará muy condicionada por la subjetividad del traductor. Es responsabilidad del traductor utilizar todos los recursos y herramientas disponibles de forma que su traducción sea aceptable y eficaz.

Na sequência das ideias desenvolvidas no âmbito da formação na FLUC e dos preceitos teóricos para este tipo de tradução, tive ainda em linha de conta o que é enunciado por Jody Byrne, quando este refere que o fator mais decisivo na abordagem que o tradutor faz ao TP é o tipo de tradução que é pedida pelo cliente: "this might seem like a pointless question but it is incredibly important because it will determine what we translate, how we translate it and the amount of time we need to spend doing it" (Byrne, 2012, p. 32).

Byrne (2012, p. 132) escreve ainda que o serviço a prestar pode implicar traduzir apenas algumas partes do texto (tradução seletiva); pode ainda ser pedido um resumo com as ideias principais do TP (*gist translation*). Uma outra hipótese é se o TC tiver um objetivo meramente informativo (por exemplo, para consumo interno numa empresa) e, nesse caso, Byrne (2012, p. 132) explica que são relativizadas deficiências em termos de linguagem ou de estilo e o tradutor terá que assegurar apenas a transmissão da informação de forma clara e rigorosa na língua de chegada. Mas a tradução que se destina a publicação é muito mais exigente e exige um rigor supremo em termos do conteúdo e de apuro da linguagem e do estilo.

> However, when a translation is for *publication purposes* we need to produce the best translation we possibly can in terms of content and language. This is because the text will be used for external purposes such as publication, inclusion on a website, submission to government authorities, etc. This is the most time-consuming and demanding type of translation because we need to be absolutely sure not only that our texts are accurate and easy to understand but also that the language and style are flawless. When translating texts like this it is not uncommon for translators or agencies to engage a second translator or reviewer to edit or proof the translation to make sure it is of the highest quality. (Byrne, 2012, pp. 132-133)

Nos contactos com a OE, nunca foi colocada a questão de o cliente pretender uma tradução seletiva, um resumo ou uma versão meramente informativa, para consumo interno restrito, sendo a publicação (com a capa definida previamente) o objetivo a cumprir com a produção do TC. Já no final do estágio, soube que, além da divulgação junto dos enfermeiros portugueses, a tradução seria enviada também para a OMS para esta a reproduzir de acordo com os seus critérios editoriais. Portanto, nesta fase tardia alargou-se o âmbito de publicação prévio, o pressuposto de que partira ao executar a tarefa.

Por aqui se começa a perceber como a falta de uma encomenda de tradução bem estruturada trouxe algumas surpresas ao longo do ato translatório. Por outro lado, também é de reconhecer que a elaboração da referida encomenda, com todos os seus detalhes, teria exigido tempo e disponibilidade que, eventualmente, teriam atrasado a tradução propriamente dita. Porventura, admito, teria beneficiado da existência dessas instruções e o tempo teria sido bem aplicado.

Em *Medical Translation Step by Step*, Montalt Resurrecció e González Davies (2007, p. 28) também sublinham a importância, na tradução na área da saúde, das especificações dadas pelo cliente na encomenda de tradução (*translation assignment*), referindo que o tradutor deve ser fiel a esta e ao conteúdo do TP. As indicações sobre a tarefa a cumprir podem determinar, neste domínio da tradução profissional, diferentes graus de fidelidade ao TP e a adaptação do translato aos destinatários e ao meio no qual vai ser divulgado.

Durante o trabalho, em síntese, e citando Ana Paula Lopes no artigo que escreveu, em 2011, sobre a tradução jurídica, guiei-me pelo princípio de que uma tradução

> deve orientar-se para o seu contexto de chegada, tendo sempre em mente o público que a vai utilizar e o seu objectivo nessa cultura de chegada. Não devemos "esquecer" o texto de partida, mas ser-lhe fiel não significa partilhar as mesmas estruturas de superfície, mas implica uma adequação do mesmo às necessidades dos leitores na cultura de chegada. (Lopes, 2011, p. 108)

1.1 A norma internacional sobre serviços de tradução ISO 17100

A norma internacional ISO 17100 – Translation Services – Requirements for translations services, de 1 de maio de 2015, também parece apontar para uma orientação funcionalista e para a importância da encomenda quando refere que o tradutor "shall translate in accordance with the purpose of the translation project, including the conventions of the target language and relevant project specifications" (ISO 17100, 2015, p. 10).

Esta norma é também clara ao determinar que o fornecedor do serviço de tradução deve assegurar uma etapa de revisão e que o revisor terá de ser uma pessoa diferente do tradutor. Esta fase compreende a comparação entre TP e TC, para despistar a existência de eventuais erros ou outras questões, e a verificação da adequação da tradução ao seu propósito. Ao revisor cabe ou corrigir eventuais erros ou recomendar a sua correção (ISO 17100, 2015, pp. 10-11).

Durante o estágio, a revisão técnica foi feita pela orientadora na EA, cuja atenção se centrou mais nas questões da terminologia especializada, embora também tenha feito sugestões produtivas em termos do estilo.

Recentemente, já na fase final de elaboração deste relatório, descobri, por acaso, que a tradução feita no estágio fora publicada no sítio da OE. Segundo a ficha técnica, foi ainda submetida a uma revisão por comparação, a uma segunda revisão técnica e a uma revisão literária após a paginação. É redigida nos termos do acordo ortográfico anterior, enquanto a tradução produzida no estágio respeitou o acordo ortográfico em vigor (Ordem dos Enfermeiros/WHO, 2016).

Convém, neste momento, determo-nos um pouco sobre a OMS e a sua missão.

1.2 A Organização Mundial de Saúde e a enfermagem

A importância e a dimensão desta organização – o emissor do TP, mas também, noutra fase, o potencial emissor do TC – determinam um texto de partida peculiar (afinal, os seus destinatários são os países que integram a Região Europeia[7] e nestes, especificamente, os profissionais de enfermagem, entre outros agentes e entidades do sistema de saúde). A cultura de partida é, afinal, a cultura de uma organização internacional, e a língua de partida, é o inglês, *lingua franca* global em muitos domínios.

A OMS é a agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável pelas questões de saúde e saúde pública. Na informação disponível no sítio da instituição, é referido que a OMS tem como missão construir um futuro melhor e mais saudável para as pessoas de todo o mundo (WHO, 2016c).

Mais de 7000 pessoas, de mais de 150 nacionalidades, trabalham nos 150 escritórios que esta agência especializada da ONU tem em vários países, zonas ou territórios, nos seis escritórios regionais e na sede, situada em Genebra (WHO World Health Organization, 2016a).

Sobre a OMS José Pereira Miguel e Filipa Barreiros referem:

> A Organização Mundial de Saúde (OMS) é um organismo internacional, do sistema das Nações Unidas, totalmente dedicado às questões da saúde. Foi estabelecida em 1948 e dotada de uma Constituição que consagra a saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas como a ausência de doença

[7] A OMS/Europa integra também países de fora da Europa, como Israel e várias nações que foram outrora antigas repúblicas da extinta União Soviética, como o Uzbequistão e o Tajaquistão, entre outras.

> ou enfermidade. A missão da OMS é, pois, justamente, trabalhar para que todas as pessoas possam atingir o nível mais elevado de saúde possível, promovendo para isso actividades próprias e a cooperação entre os Estados. (Miguel & Barreiros, 2009)

Com sede em Copenhaga, o Escritório Regional europeu é um dos seis escritórios regionais da OMS espalhados pelo globo, cada um dotado de um programa concebido em função das condições de saúde dos países abrangidos. A Região Europeia integra 53 países, entre os quais se encontra Portugal (WHO, 2016h).

Para atestar o relevo e a importância que o Escritório Regional da OMS para a Europa confere aos cuidados de enfermagem para a melhoria dos padrões de saúde dos cidadãos e da saúde pública em geral, basta reproduzir o seguinte excerto:

> Nurses and midwives comprise the majority of health care professionals in Europe and thus play a key role in the successful delivery of health services. In line with the growing international health workforce crisis, the WHO European Region currently faces serious shortages of well-qualified nurses and midwives. (WHO, 2016e)

Por outro lado, pela sua importância, a OMS é uma organização de referência, cujas diretrizes, orientações e recomendações guiam e tutelam a OE e a enfermagem portuguesa, tal como as várias entidades governamentais e não-governamentais com atuação no domínio da saúde em Portugal. No caso da Ordem dos Enfermeiros, a OMS é invocada frequentemente em posições, pareceres e outros documentos, como se verifica, por exemplo, na "Norma para o cálculo de dotações seguras dos cuidados de enfermagem" (Ordem dos Enfermeiros, 2014) ou no artigo "De que falamos quando se fala em Enfermeiro de Família?" (Ferreira, 2010), publicado na página da Secção Regional da OE da Região Autónoma dos Açores.

Este artigo aborda a figura do enfermeiro de família, uma realidade preconizada pela OMS que já foi adotada em vários países e cuja importância é vincada também no TP. O enfermeiro de família encontra-se consagrado no Decreto-Lei nº 118/2014 de 5 de agosto (Decreto-Lei nº 118/2014 de 5 de agosto de 2014), o qual refere que esta figura tem sido criada em vários países da Região Europeia da OMS. Apesar deste enquadramento legislativo, em novembro de 2015 a Ordem dos

Enfermeiros (Ordem dos Enfermeiros, 2015) protestava, em comunicado de imprensa, contra a falta de execução das experiências-piloto previstas naquele diploma legal.

A atuar a nível dos cuidados de saúde primários, este enfermeiro especialista centra os cuidados de saúde na unidade que é a família, ao longo do ciclo de vida.

A estas observações sobre a inter-relação entre o mundo da enfermagem portuguesa e a Organização Mundial de Saúde seguem-se algumas considerações sobre exemplos de projetos de tradução na OMS e as orientações que esta instituição divulgou como orientação destinada a esses casos concretos.

1.2.1 A OMS e a tradução

Segundo Daniel Gouadec (2007, p. 38), a tradução institucional é uma categoria especial de tradução que acontece em instituições bilingues ou multilingues como as instituições da União Europeia, da Organização das Nações Unidas (ONU), ou da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), entre outras. Nelas podem ser traduzidos documentos e materiais de vários tipos e abrangendo qualquer domínio.

A OMS tem uma política de multilinguismo, com seis línguas oficiais: árabe, chinês, espanhol, francês, inglês e russo (WHO, 2016b).

Para tentar ultrapassar, em parte, o facto de o português não ser uma dessas línguas oficiais, foi criada, em 2005, a rede "ePORTUGUÊSe". Trata-se de, "uma plataforma para apoiar o desenvolvimento de recursos humanos para a saúde nos países de língua portuguesa, fortalecendo a colaboração na área da informação e capacitação em saúde". Na base desta iniciativa está a constatação de que o português é a língua mais falada no hemisfério sul e a sexta mais falada do mundo, com cerca de 300 milhões de pessoas a falarem português (WHO, 2016f).

Deborah Cao e Xingmin Zhao (2008, p. 1) - o segundo autor é tradutor na ONU - entendem que a tradução nas Nações Unidas constitui um domínio especializado da atividade tradutória, com as suas características específicas e exigências próprias,

ditadas pela natureza do trabalho da ONU e da diplomacia internacional que se desenvolveu em mais de 60 anos de história; e assinalam que tal atividade tem merecido pouca atenção nos estudos de tradução:

> The UN's experience in translation, both positive and negative, provides an important insight and lesson for translators, translation organizations and translation educational institutions. Despite the long history of translation and multilingual practice at the UN, very little has been studied and written as to the nature and difficulties of translating documents at the UN in translation studies. (Cao & Zhao, 2008, p. 1)

Sendo a OMS uma das agências especializadas das Nações Unidas, talvez estas palavras se apliquem, pelo menos em parte, à tradução nesta instituição.

Por outro lado, grande parte dos textos produzidos na ONU – e na OMS – têm uma particularidade: destinam-se a ser traduzidos e têm como recetores públicos variados, de línguas e culturas diferentes.

Mary Snell-Hornby (2006, p. 173) entende que ao enquadramento de organizações internacionais como a ONU, em vez da noção de cultura se aplica a de "sistema discursivo", um conjunto de elementos interrelacionados e que interagem formando uma entidade coletiva. Esta noção foi cunhada por Kaisa Koskinen[8] (2004, citada por Snell-Hornby, 2006, p. 173), que a aplicou às instituições da União Europeia.

Para Snell-Hornby (2006, p. 173), o sistema discursivo é uma realidade abstrata, desprovida de qualquer sentimento de pertença ou de identidade.

Kaisa Koskinen (2004, citada por Snell-Hornby, 2006, p. 173) entende que as instituições da União Europeia têm as características de uma cultura supranacional e institucional, com as suas normas, valores, história e conhecimento comuns, "and its own idiom (in eleven dialects)". Por isso, Koskinen conclui que aquelas instituições não formam afinal uma cultura, mas são antes um "discourse system". Na tradução no seu seio, muitas vezes apenas é preciso mudar o código linguístico sem procurar chegar a destinatários fora desta cultura (dando-se assim o fenómeno de tradução

[8] Antiga tradutora na Comissão Europeia.

intracultural); outros textos traduzidos destinam-se a leitores fora desta cultura e para os quais esta é estranha (tradução intercultural).

De acordo com Montalt Resurrecció e González Davies (2007, p. 26), a OMS é um dos potenciais clientes dos tradutores da área da saúde (*medical translation*) no setor público, a par com outras instituições como os serviços de tradução da Comissão Europeia, agências governamentais, universidades ou institutos de investigação.

1.2.2 Orientações da OMS para a tradução de alguns dos seus textos – dois exemplos

Embora sem orientações emanadas da própria OMS sobre a tradução de documentos como o que trabalhei no estágio[9], o sítio da instituição disponibiliza informação sobre a tradução de algumas das suas publicações. Alguma dessa informação é aqui abordada, nomeadamente a que diz respeito à tradução das diretrizes da OMS e à adaptação, para várias línguas, de um instrumento de gestão do abuso de drogas (*management of substance abuse*).

No primeiro caso, lê-se o seguinte na publicação *WHO Handbook for Guideline Development*

> Because WHO guidelines target a global audience it might be appropriate to provide translations of the guideline in one or several languages, particularly the six official languages Arabic, Chinese, English, French, Russian and Spanish. To ensure accurate translation of technical content, experts should be involved in checking the translations. Translations must be planned in advance and the timing of the translations discussed with the translation suppliers or regional office involved. Do not forget to budget for translation costs. To reduce translation costs, translations may be limited to the executive summaries. Special care should be taken in the translation of the recommendations themselves: the meaning of the recommendation, or its strength should not change in translation. (WHO, 2012, p. 52)

O processo de tradução e adaptação do referido instrumento é mais minucioso. Revelando optar por uma tradução de tipo instrumental, a OMS explica que as diferentes versões devem ser equivalentes e produzir, com naturalidade, o mesmo

[9] Informação que poderia ter pedido à própria OMS, caso o tempo disponível assim o tivesse permitido.

efeito junto do público-alvo em cada uma das línguas e culturas de chegada. Além disso, é avançado um método de controlo de qualidade (WHO, 2016d).

> The aim of this process is to achieve different language versions of the English instrument that are conceptually equivalent in each of the target countries/cultures. That is, the instrument should be equally natural and acceptable and should practically perform in the same way. The focus is on cross-cultural and conceptual, rather than on linguistic/literal equivalence. A well-established method to achieve this goal is to use forward-translations and back-translations. This method has been refined in the course of several WHO studies to result in the following guidelines.
>
> Implementation of this method includes the following steps:
>
> 1. Forward translation
> 2. Expert panel Back-translation
> 3. Pre-testing and cognitive interviewing
> 4. Final version (WHO, 2016d)

Verifica-se que no primeiro caso (mais adequado ao trabalho produzido no estágio por ter algumas semelhanças com ele) é vincada a necessidade de rigor técnico da tradução e de preservar a sua força na língua de chegada. A OMS admite que se pode fazer o que se afigura equivaler à *gist translation* de Jody Byrne (2012, p. 132). Isto é, reconhece, que há informação redundante no TP, e que pode ser suprimida, pelo menos para alguns destinatários e funções e/ou objetivos.

No segundo caso, a estratégia é muito centrada no destinatário e na conformação à cultura de chegada. A tradução deve soar como 'natural' e deve haver uma equivalência conceptual, e não literal, entre traduções, que devem cumprir funções equivalentes em cada um dos contextos a que se destinam.

Estas observações, de caráter parcial, sobre o que é a tradução na OMS, conduzem ao documento traduzido durante o estágio curricular na secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros, que analisarei a seguir.

2. Abordagem e tradução de "European strategic directions for strengthening nursing and midwifery towards Health 2020 goals"[10]

2.1 Teorias funcionalistas

Introdução

No trabalho de preparação e reflexão sobre a encomenda de tradução relativa ao texto da OMS, as teorias funcionalistas funcionaram como o enquadramento geral para o que deve ser o trabalho do tradutor orientado por motivações sobretudo pragmáticas. Enquanto experiência-piloto ou simulação de profissionalização, o estágio aponta para uma prática futura em que se irá recorrer às teorias que melhor se adequem à execução das tarefas com rigor, segurança técnica e num prazo razoável, em tempo útil, sem ignorar as questões éticas e deontológicas que o trabalho com o texto sempre implica.

Já no seminário de Teoria da Tradução do Mestrado de Tradução da Faculdade de Letras de Coimbra, lecionado pela Professora Doutora Maria António Hörster, essas teorias sobressaíam no conjunto de muitas outras. Parecia, nessa altura, que poderiam ser uma espécie de bússola para guiar as opções do tradutor, pelo seu teor pragmático, pela sua atenção a um contexto profissional de onde a tradução literária está ausente e por darem relevo a aspetos muito concretos deste ato comunicativo – quando se escreve ou traduz, escreve-se ou traduz-se com um objetivo e tem-se um leitor/destinatário em mente (embora a avaliação do perfil do potencial leitor seja, tal como na prática do jornalismo, um ato marcado pela subjetividade).

Aliando o espírito incisivo e inteligente ao pragmatismo a que habituou os seus alunos,[11] Maria António Hörster (1998, p. 33) coloca a questão em termos simples, ao afirmar que "se torna impossível traduzir sem tomar em conta a situação comunicativa em que o texto traduzido vai funcionar".

---

[10] Consultado entre dezembro de 2015 e agosto de 2016, disponível em http://www.euro.who.int/en/health-topics/Health-systems/nursing-and- midwifery/publications/2015/european-strategic-directions-for-strengthening-nursing-and-midwifery-towards-health-2020-goals

[11] Refiro-me ao seminário de Teoria de Tradução, lecionado pela Prof.ª Doutora Maria António Hörster, que frequentei em 2014/2015. A FLUC, a Secção de Tradução e, sobretudo, os alunos ficaram a perder com a sua aposentação.

De facto, nos estudos de tradução, as teorias funcionalistas põem a enfâse na dimensão comunicativa e nos aspetos pragmáticos e contextuais dos textos, bem como nas condições práticas de trabalho dos tradutores, e afastam-se dos conceitos de equivalência linguística ou da fidelidade ao texto original, para atribuir à função e ao objetivo (*skopos*) da tradução o peso preponderante nas decisões do tradutor. O texto de partida (TP) é relativizado, sendo encarado como "uma oferta de informação" (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 14) a partir da qual o tradutor opta por uma estratégia tradutiva para trabalhar os elementos necessários de modo a cumprir a finalidade que se visa atingir junto dos destinatários com o novo texto.

Enquanto ato comunicativo, a tradução é determinada pelo enquadramento em que ocorre e por fatores contextuais do mundo real que vão muito para além do enunciado linguístico, como sublinha Ian Mason (2001, p. 29) ao referir-se à forma como as abordagens comunicativas e funcionalistas encaram esta atividade, numa perspetiva que se recusa a separar o ato tradutivo do seu contexto.

O que Jorge Almeida e Pinho refere acerca da escola funcionalista, no contexto da análise que faz ao universo da tradução para edição em Portugal, aplica-se de igual modo ao ser desencadeado um processo de encomenda de tradução na SRC-OE:

> (…) A função do texto traduzido, nomeadamente os fatores cruciais inerentes ao início de todo o processo, são determinantes nas tomadas de decisão dos tradutores. Tal como é importante na fase inicial de encomenda a função específica que se espera vir a ser cumprida pelo texto traduzido e a situação em que o mesmo deverá ser recebido. (Pinho, 2014, p. 137)

Em virtude da atenção que conferem à tradução profissional, cruzando as teorias e conceitos com as questões, dificuldades e dilemas que muitos tradutores enfrentam no seu trabalho, e como no estágio curricular traduzi, conforme referi no capítulo I, um texto com linguagem especializada (documento da OMS) e, em conjunto com a orientadora na EA, concordei com uma decisão de não tradução de dois documentos jurídicos, vou concentrar-me, sobretudo, na análise de algumas propostas de Katharina Reiss e Hans J. Vermeer e ainda de Christiane Nord.

Sem experiência profissional anterior de tradução, com a experiência e os vícios de anos noutra profissão que também lida com a linguagem e a comunicação, foram

estas teorias que, ao longo do mestrado, me pareceram as que me poderiam fornecer mais ferramentas e instrumentos para o trabalho prático da tradução, bem como um enquadramento teórico a que poderia recorrer para sustentar as decisões tradutivas na área da tradução com algum grau de especialização, sobretudo, mas não exclusivamente, no domínio da saúde. Isto associado, claro, a obras específicas sobre este domínio.

Como as características do exercício da profissão de tradutor são desconhecidas do cidadão comum (e para mim própria eram também uma novidade antes de ter iniciado o meu percurso no Mestrado em Tradução da FLUC), também retive destas teorias o destaque que conferem, de forma insistente, à especificidade desta atividade; o facto de este aspeto me ter chamado a atenção poderá resultar da minha própria falta de conhecimento anterior ao curso, ou da necessidade de afirmação e de fortalecimento da imagem por parte dos profissionais. Mas estas circunstâncias poderão, eventualmente, ser um barómetro do que se passa na sociedade e entre a classe.

2.2 Katharina Reiss e Hans J. Vermeer – a *Skopostheorie*

Segundo a regra central da *Skopostheorie*, concebida por Hans J. Vermeer (Reiss & Vermeer, 1984/1996; Vermeer, 1989/2004), é a função ou objetivo que se pretende atingir com o texto a traduzir junto dos seus destinatários que determina a estratégia de tradução. Questões como a intenção do autor do texto de partida ou a função deste texto junto dos destinatários na cultura de partida são relegadas para segundo plano, com o tradutor a valorizar mais as exigências e necessidades do(s) recetor(es) na cultura de chegada e a adequar a informação do TP a elas, nos termos definidos pela encomenda de tradução e requeridos pelo cliente.

Como refere Christina Schäffner (2001b, p. 236), "consequently, the *skopos* is largely constrained by the target text user (reader/listener) and his/her situation and cultural background".

Hans J. Vermeer (1978, conforme citado por Schäffner, 2001b, p. 236) sustenta que devem ser observadas duas regras genéricas, a da coerência – do texto traduzido,

de forma a ser compreendido pelos seus destinatários – e a da fidelidade, que diz respeito à coerência intertextual entre TP e TC, estipulando "merely that some relationship must remain between the two once the overriding principle of *skopos* and the rule of (intratextual) coeherence have been satisfied" (Schäffner, 2001b, p. 236).

Nos *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheory* (1984) (Fundamentos para uma teoria geral da tradução) Reiss e Vermeer elaboram uma teoria "sufficiently general (*allgemeinen Translationstheory*), and sufficiently complex, to cover a multitude of individual cases" (Schäffner, 2001b, p. 236). A primeira parte da obra baseia-se na teoria geral do *skopos*, desenvolvida por Vermeer a partir de 1978. Na segunda parte, inspirada nos trabalhos publicados por Reiss a partir de 1971, são apresentadas teorias mais orientadas para as condições e convenções específicas do texto que se podem encontrar na cultura europeia (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 6).

Rejeitando o conceito tradicional de equivalência, que será também aquele que o leigo associa ao processo de tradução, ou seja, uma transposição linguística entre duas línguas, Reiss e Vermeer (1984/1996, p. 109) sustentam que a relação entre TP e TC não constitui uma "correspondência biunívoca" entre os seus elementos textuais; conferem-lhe um âmbito muito mais alargado, em que a tradução é uma transferência cultural (incluindo a transferência linguística) e em que pode haver um défice ou um excedente em relação à oferta de informação inicial.

A visão da tradução como mera transferência linguística leva a um entendimento do tradutor como um profissional com um bom domínio das línguas. O tradutor ideal, segundo este entendimento, será, por exemplo, uma pessoa bilingue. Encarar a tradução de um modo diverso, como um ato comunicativo complexo, também tem implicações no perfil do tradutor e nas exigências que lhe são colocadas.

Para Reiss e Vermeer, num sentido restrito, a equivalência – uma noção central e que assume várias aceções e conteúdos na teoria da tradução - é um tipo especial de adequação entre TP e TC, quando a função comunicativa é a mesma em ambos os textos: "*Equivalencia* es, segundo nuestra definición, um tipo especial de adecuación, es decir, adecuación cuando la función entre el texto de partida y el final se mantiene constante" (Reiss & Vermeer, 1984/1996, pp. 124-125).

Em termos mais genéricos, equivalência entre TP e TC é a "correlación funcional de contenido(s) y forma(s) de ambos textos en relacíon con la función que aquéllos desempeñan para establecer el sentido del texto" (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 147).

Exemplificando com um dos trabalhos realizados durante o estágio curricular: o documento em inglês da OMS tem a mesma função (informativa) que a sua tradução para português, verificando-se, portanto, uma equivalência entre ambos. No caso do TP, o objetivo é informar os Estados-membro da OMS Europa e respetivas classes de enfermagem sobre as orientações estratégicas para reforçar os cuidados de enfermagem no quadro do programa Saúde 2020. Com o TC, por seu turno, visa-se informar especificamente os enfermeiros portugueses acerca desta mesma matéria.

Quando a função do TP e do TC é diferente, Reiss e Vermeer entendem que "the standard for the translation will not be intertextual coeherence with the source text, but **adequacy** or appropriateness to the *skopos*, which also determines the selection and arrangement of content" (Schäffner, 2001b, p. 236).

O conceito de adequação na tradução de um texto (ou parte desse mesmo texto) de partida diz respeito à relação que existe entre o TP e o TC, "teniendo en conta de forma consecuente el objetivo (escopo) que se persigue con el processo de traducción" (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 124).

2.3 Os tipos de texto segundo Reiss e Vermeer

Outro contributo para a teoria da tradução, desenvolvido nesta obra por Reiss e Vermeer, é a proposta de classificação dos diferentes tipos de texto, inspirada, segundo os autores, no modelo das três funções comunicativas do signo linguístico definido por Bühler (Reiss & Vermeer, 1984/1996, pp. 178-180). É sublinhada a importância de conhecer o TP e o seu estatuto na cultura de partida para compreender o respetivo sentido e avaliar o peso dos seus elementos, definindo, em função destes fatores, as estratégias tradutivas mais adequadas a aplicar na tradução. No caso de o TP e o TC terem a mesma função, o tipo de texto mantém-se invariável na tradução (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 185).

Nesta obra conjunta, Katharina Reiss e Hans J. Veermer estabelecem três tipos de texto, de acordo com a sua função (associada à intenção do autor do TP): informativo, expressivo e apelativo:

> En analogía al modelo de los signos lingüísticos de Bühler (1934; 1965, 34), en el que se establecen las tres funciones básicas del signo lingüístico – representativa, expresiva y apelativa -, hemos identificado las tres funciones básicas de los textos, que se derivan de la intención comunicativa del autor del texto (Reiss 1971; 1976; 1978 [a]) y que utilizamos para caracterizar las diferentes categorías textuales. (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 178)

Reiss e Vermeer (1984/1996, p. 179) atribuem um caráter universal aos três tipos de texto e adiantam que se encontram codificados em três planos diferentes: a transmissão de conteúdos (texto informativo), a transmissão de conteúdos e a organização artística (expressivo) e a transmissão de conteúdos e a persuasão, além de, eventualmente, também no plano da organização artística (operativo).

> Antes de formular un texto, cada autor se decide por una de las tres funciones básicas, que probablemente existen en todas las comunidades culturales, por lo que podemos considerar las categorías textuales como un fenómeno universal (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p.179).

Ao estabelecer esta tipologia, os autores sustentam que, na tradução comunicativa, nos textos informativos predomina a transmissão do conteúdo; nos textos expressivos é preciso transmitir os conteúdos com um arranjo artístico análogo, tendo em conta as diferentes convenções e tradições literárias do par de línguas; e, finalmente, nos textos operativos, deve-se traduzir de forma a manter o efeito apelativo e as estratégias de persuasão, "que habrá que adaptar a la cultura final y a la mentalidad del lector final" (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p.186).

Um manual de instruções, um poema e um texto de propaganda são exemplos avançados para exemplificar os três tipos básicos de texto.

Reiss e Vermeer (1984/1996, p. 184) adicionam um quarto tipo a esta classificação, o texto multimédia; trata-se do texto escrito que constitui uma oferta de informação em combinação com outros elementos, que podem ser gráficos (livros ilustrados, por exemplo) ou música (canções). Qualquer dos textos das categorias

básicas pode assumir a configuração de um texto multimédia, pelo que Reiss e Vermeer advertem que, para se fazer uma tradução adequada, deve-se ter em conta a interdependência entre os diversos componentes.

Na obra conjunta, publicada pela primeira vez em 1984 ("Fundamentos para uma teoria geral da tradução") e por inspiração no linguista russo Roman Jakobson, são propostas ainda as funções fática e poética, que podem coexistir com as funções básicas (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 178).

Por outro lado, Reiss e Vermeer consideram que existem "formas híbridas" e que há textos que têm duas funções simultaneamente e contêm em si características de mais do que um tipo: por exemplo, um verso mnemónico em que coexistem três finalidades, nomeadamente a transmissão de uma regra fonética do espanhol, o facilitar da memorização através de uma configuração artística e o tornar a aprendizagem mais suave através de uma "prosodia graciosa" (Reiss & Vermeer, 1984/1996, pp. 180-181).

Relevante nesta obra é o facto de Reiss e Vermeer sublinharem que "el principio dominante de toda traslación es su finalidad (escopo) " e que objetivos de tradução diferentes implicam um leque de estratégias tradutivas diversas para um mesmo texto de partida e, consequentemente, uma possível variedade de textos de chegada a partir da seleção de conteúdos diferentes retirados da mesma oferta de informação contida no TP ou do seu arranjo de forma diversa (Reiss & Vermeer, 1984/1996, p. 120).

Um exemplo dado por Reiss e Vermeer (1984/1996, pp. 122-123) é o da tradução de um texto técnico, que resultará em TC diferentes caso se destine a especialistas ou a leigos, com a necessidade, no segundo exemplo, de adequação da tradução, no plano sintático, semântico e pragmático, ao nível de conhecimento de leitores menos informados.

Em relação ao estágio curricular, o documento da OMS enquadra-se no tipo de documento essencialmente informativo e a tradução foi feita no sentido de transpor essa informação para o TC.

2.4 Justa Holz-Mänttäri e o modelo do ato translatório

A importância de adequar o TC ao perfil e aos pressupostos do leitor na cultura de chegada, para assegurar que a comunicação se processa com fluidez, é também destacada por Justa Holz-Mänttäri, que valoriza o papel do tradutor enquanto especialista neste domínio.

Esta autora realça o papel do tradutor, enquanto especialista na comunicação intercultural. Com o argumento de que o imperativo, para o tradutor, é o cumprimento da encomenda e a transmissão da mensagem de forma adequada, Holz-Mänttäri sublinha a vinculação do tradutor à função do texto na cultura de chegada e às necessidades dos recetores: "The translator is unilaterally committed to the target situation because it is primarily the message and the commission, rather than the text itself, that have to be rendered for the client" (Schäffner, 2001b, p. 3).

Neste âmbito, e enquanto especialista no ato translatório e no domínio da comunicação, o tradutor pode nem chegar a fazer uma tradução, mas ser contratado para dar um parecer técnico sobre um texto e concluir que determinado documento não deve ser traduzido da forma como se pretende, como sublinha também Christiane Nord (1997c/2014, p. 17).

Conferir ao trabalho do tradutor um domínio mais amplo do que a tradução textual faz parte das teorias de Justa Holz-Mänttäri, que integra o ato translatório no contexto das teorias da comunicação, considerando-o uma transferência intercultural que nem sempre envolve um TP ou um TC (Nord, 1997c/2014, p. 17).

Ao referir-se ao pensamento de Holz-Mänttäri, Nord (1997c/2014, p. 13) escreve que "the purpose of translational action is to transfer messages across culture and language barriers by means of message transmitters produced by experts. Translators are experts in producing appropriate messages transmitters in intercultural or transcultural communication".

O modelo do ato translatório foi desenvolvido por Justa Holz-Mänttäri na obra *Translatorisches Handeln: Theorie und Methode*, publicada em 1984, e é descrito por Jeremy Munday na sua *Introdução aos Estudos de Tradução*:

> A tradução interlinguística é descrita como [um] "ato translatório com base num texto de partida" e como um processo comunicativo envolvendo uma série de **funções** e **agentes** (*ibid*.: 109-11), que são:
>
> **O iniciador**: a empresa ou o indivíduo que necessita da tradução;
>
> **O encomendante**: o indivíduo ou agência que entra em contacto com o tradutor;
>
> **O produtor do TP**: o(s) indivíduo(s) dentro da empresa que escreve(m) o TP, e que não está(ão) forçosamente envolvido(s) na produção do TC;
>
> **O produtor** do TC: o(s) tradutor(es) e a agência ou secção de tradução;
>
> **O utilizador** do TC: a pessoa que utiliza o TC – por exemplo, um professor universitário que use um manual traduzido ou um representante que use brochuras publicitárias;
>
> **O recetor** do TC: o destinatário final do TC – por exemplo, os estudantes que usem o manual na aula do professor ou clientes que leiam as brochuras publicitárias traduzidas. (Munday, 2014, p. 139)

Nos termos deste modelo, cada um dos agentes envolvidos no ato translatório tem "objetivos primários e secundários específicos" próprios e o ato translatório visa produzir um TC que seja "**funcionalmente comunicativo** para o recetor"; esta adequação é determinada pelo tradutor, na sua qualidade de especialista neste tipo de transferência intercultural (Munday, 2014, p. 139).

Na apreciação que faz do modelo, Jeremy Munday (2014, 140) enaltece o seu contributo para o enquadramento da tradução profissional não literária no seu contexto sociocultural, "incluindo a interação entre o tradutor e o iniciador", mas critica-o pela "complexidade do seu jargão" e ainda por não considerar "a diferença cultural de forma mais detalhada".

Também Mary Snell-Hornby (2006, p. 66), que sublinha a sua importância para a mudança de paradigma nos estudos de tradução, alude também à dimensão do jargão na construção teórica de Holz-Mänttäri, associando-a às normas e convenções do discurso académico alemão, mas que é paradoxal numa área científica cujo objetivo é comunicar.

O modelo apresenta a vantagem de apresentar a tradução como uma fase de um processo complexo, numa rede sociocultural e profissional em que participam vários agentes, que poderão ter objetivos e interesses contraditórios e incompatíveis.

Segundo Munday (2014, p. 140), “a inclusão dos constrangimentos reais da tradução comercial é bem-vinda, pelo facto de abordar algumas das decisões encaradas pelos tradutores”.

Ao atribuir ao tradutor um papel preponderante na execução da encomenda – é ele o perito com os conhecimentos necessários para executar a tarefa de acordo com as especificações exigidas – a teoria de Holz-Mänttäri pode, no entanto, resvalar para uma espécie de tirania da função na cultura de chegada e para o concomitante apagamento do texto de partida, no fenómeno admitido por uma figura preponderante das teorias funcionalistas, Hans J. Vermeer, como a “dethroning of the source text” (s.d., conforme citado em Snell-Hornby, 1988/1995, p. 46).

A teorização de Holz-Mänttäri é importante também na medida em que valoriza o papel do tradutor como o especialista que viabiliza a comunicação, não só linguística mas cultural, entre “membros de diferentes comunidades culturais” (Nord, 1997c/2014, p. 17), contribuindo assim para a afirmação da relevância do seu papel profissional e social num mundo globalizado.

Segundo Mary Snell-Hornby (2006, pp. 56-57), a abordagem da professora e tradutora alemã foi ainda mais radical do que a de Vermeer, porque para ela a tradução, na sua essência, não é uma questão linguística, mas é sim ação, uma forma de comunicação intercultural em que a língua, em vez de ser o conteúdo ou o objetivo, desempenha antes um papel instrumental.

Snell-Hornby (2006, p. 56) realça ainda o facto de o pensamento de Holz-Mänttäri, que constituiu uma reação aos dogmas nos estudos de tradução de então (anos oitenta do século passado), resultar da sua experiência enquanto tradutora e refletir as rotinas quotidianas dos tradutores profissionais.

Em *The Turns of Translation Studies: New paradigms or shifting view points?*, Snell-Hornby (2006, p. 59) refere que, inicialmente, a mensagem de Holz-Mänttäri foi mais bem recebida pelos tradutores no exercício da atividade do que pelo meio académico e realça o facto de ela ter introduzido nos estudos teóricos da altura um interveniente até então praticamente ignorado do debate em torno da tradução: o cliente.

Aplicando a classificação de Holz-Mänttäri à tarefa da OMS, verifica-se que ela é vantajosa, desde logo, para se ter uma ideia da complexidade de agentes e interesses envolvidos nesta rede translatória: o iniciador é a OE, o encomendante é a ex-presidente da SRC-OE, o produtor do TP é o redator ou redatores na OMS, o produtor do TC é a tradutora, o utilizador é a OE (e, eventualmente a OMS) e os recetores são os enfermeiros portugueses.

2.5 Christiane Nord

Christiane Nord é uma das figuras de proa do funcionalismo. Professora e tradutora, Nord (2006, p. 43) entende que a tradução é um ato comunicativo que tem sempre um objetivo determinado: "according to functional theories of translation, translating is regarded as a "purposeful activity" (cf. Nord 1997)".

Traduzir é uma forma de comunicar transversal a línguas e culturas diferentes; não acontece no vazio e não se limita a uma transposição linguística; é o tradutor que decide, com o seu conhecimento de ambas as culturas, qual a estratégia mais adequada para traduzir, de acordo com o objetivo (*skopos*) comunicativo que se pretende atingir junto dos destinatários na cultura de chegada.

Nord faz assim uma síntese do que significa adotar uma abordagem funcionalista na tradução:

> Taking a «skopos-oriented» approach to translation means that translators choose their translation strategies according to the purpose or function that the translated text is intended to fulfil for the target audience. Communicative purposes can only be achieved under certain circumstances, such as culture-specific knowledge presuppositions, value systems or behaviour conventions. Therefore, the translator will have to analyse the target-culture conditions for which the translation is needed (as specified in the translation brief) in order to decide whether, and how, any source text purposes can work for the target audience according to the specifications of the brief (Nord, 2006, 43)

O *skopos* é definido na encomenda de tradução pelo cliente, a par com as outras especificações e parâmetros por que se guiará o processo tradutivo.

Para Nord (2006, p. 43) é o tradutor, enquanto "especialista em comunicação intercultural" e desempenhando "o papel de produtor do texto, visando atingir um determinado objetivo comunicativo", que tem a formação e as competências necessárias para analisar as especificações da encomenda, a intenção do cliente, o TP e as condições da cultura de chegada e decidir então como vai transformar o TP para satisfazer os objetivos que o cliente pretende atingir com a tradução.

É por isso que Nord (1997c/2014, p. 17), tal como Justa Holz-Mänttäri, insere a tradução no contexto mais lato da ação translatória (*translation action*), que pode incluir tarefas como aconselhamento e consultoria e não chegar a contemplar nenhuma tradução de um texto de partida.

Nord (1997b, p. 47) sublinha mesmo que, na formação dos tradutores, as tarefas de tradução devem ser acompanhadas pelo "translation brief", definindo as condições a cumprir para o TP atingir a sua finalidade junto dos destinatários. Nord entende que embora frequentemente os tradutores profissionais não careçam dessas especificações detalhadas, no contexto de aprendizagem os formandos, devido à sua inexperiência, não têm o traquejo suficiente para interpretar uma situação comunicativa que não é definida de forma clara.

Relembrando dois dos trabalhos realizados durante o estágio, nomeadamente os respeitantes aos estatutos das ordens profissionais dos enfermeiros da Croácia e da Sérvia, chegou-se à conclusão que não era possível realizar a tradução devido aos desvios existentes nos TP, que afetavam a sua inteligibilidade.

Não é fácil para uma tradutora principiante chegar a esta conclusão. Aliás, para ambos os textos foi feito um esboço de tradução prévia (a partir de indicações de tradução muito básicas). Mas mesmo uma análise dos textos sem iniciar a sua tradução implicaria o dispêndio de muitas horas para a prestação de um serviço especializado que, muitas vezes, é minimizado e desvalorizado pelos que dele precisam.

Tal como Vermeer e Holz-Mänttäri, Nord recorre a conceitos da teoria da ação desenvolvida por Georg Henrik von Wright para explicar algumas das dimensões da sua teoria sobre a tradução:

> Action is the process of acting, which means "intentionally (at will) bringing about or preventing a change in the world (in nature)" (von Wright 1968: 38). Action can thus be defined as an intentional "change or transition from one state of affairs to another" (cf. von Wright 1963: 28). If generalized in cases where there are two or more agents, the theory of action can become a theory of *inter*action. (Nord, 1997c/2014, p. 16)

Nord (1997c/2014, p. 16) adianta que à interação humana subjaz uma intencionalidade de mudança que afeta duas ou mais pessoas ou agentes, e que essa interação é comunicativa quando é efetuada através de signos produzidos intencionalmente por um dos agentes – o emissor (*sender*) -, dirigidos a outro agente – o destinatário (a*dressee*) ou recetor (*receiver*).

Estas interações comunicativas ocorrem em situações com contornos temporais e espaciais específicos:

> This means every situation has historical and cultural dimensions that condition the agents' verbal and non-verbal behaviour, their knowledge and expectations of each other, their appraisal of the situation, and the standpoint from which they look at each other and at the world. Within a particular culture community the situations of sender and receiver generally overlap enough for communication to take place (…). When senders and receivers belong to different cultures, the situation can be so different that they need an intermediary who enables them to communicate across time and space. (Nord, 1997c/2014, pp. 16-17)

Os tradutores são então os intermediários, especialistas, que, de acordo com Nord, permitem a comunicação entre membros de comunidades culturais diferentes:

> They bridge the gap between situations where differences in verbal and non-verbal behaviour, expectations, knowledge and perspectives are such that there is not enough common ground for the sender and receiver to communicate effectively by themselves. (Nord, 1997c/2014, p. 17)

Para Nord (1997c/2014, pp. 19-20), o processo tradutivo profissional constitui uma interação interpessoal, envolvendo vários agentes e pessoas, que desempenham determinadas funções e papéis numa "rede complexa de relações mútuas". O cliente – o iniciador, na terminologia de Holz-Mänttäri – contacta o tradutor para este fazer a tradução de um TP e/ou outros conteúdos. Estes materiais foram produzidos, na

cultura de partida, por um "produtor" (*text-producer*) e/ou transmitidos por um emissor (*sender*) em circunstâncias próprias dessa mesma cultura.

Segundo Nord (1997c/2014, p. 20), os principais agentes ou papéis neste processo são o iniciador e o tradutor. A autora minimiza a participação do produtor do texto de partida, considerando que é indireta, e que ele é responsável apenas pelas características do TP. Mais determinantes são os recetores, quer do TP, quer do TC, pois, na sua qualidade de destinatários, são relevantes na especificação do objetivo de cada um dos textos.

Nord (1997c/2014, p. 20) admite que se podem adicionar mais intervenientes a este modelo, pois observa que Holz-Mänttäri (1984, conforme citada em Nord, (1997c/2014, p. 20), inclui o encomendante e o utilizador final do texto traduzido nos elementos a ter em conta no processo tradutivo.

A autora (Nord, 1997c/2014, pp. 20-21) elabora um esquema para delinear os diferentes intervenientes nesta "rede funcional" que constitui o processo de tradução, que, em traços gerais, comporta os seguintes agentes:

1 - O iniciador – a pessoa, grupo ou instituição que desencadeia o processo de tradução e define o objetivo que é necessário atingir com o TC.

> Holz-Mänttäri (1984:109f) distinguishes between the initiator (*Initiator* or *Bedarfsträger*), who actually needs the target text, and the commissioner (*Besteller*, *Auftraggeber*), who asks the translator to produce a target text for a particular purpose and addressee (similarly Vermeer 1986a:274). (Nord, 1997c/2014, p. 20)

Segundo Nord (1997c/2014, p. 20), o papel de iniciador pode ser assumido por qualquer um dos agentes envolvidos na interação translativa, nomeadamente pelo autor do TP, o futuro recetor da tradução ou o responsável pela encomenda; e todos podem ter razões e objetivos diversos na sua pretensão de ter uma tradução do TP.

Exemplificando, o iniciador e a pessoa que faz a encomenda ao tradutor podem coincidir ou ser indivíduos/entidades diferentes: imagine-se que um investigador faz um pedido de tradução a uma empresa especializada e esta delega a tarefa num tradutor.

Nord (1997c/2014, p. 20) explica que o iniciador é a pessoa, grupo ou instituição que desencadeia o processo tradutivo e determina o seu curso ao definir o objetivo que se visa atingir com o TC.

2 - O tradutor – a figura crucial no processo, segundo Nord, já que este profissional é:

> Ostensibly the expert in translational action and should be responsible both for carrying out the commissioned task and for ensuring the result of the translation process, even when aspects like formatting and layout are assigned to other agents (cf. Vermeer 1989b: 174). (Nord, 1997c/2014, p. 21)

Nord (1997c/2014, p. 21) explica, de forma detalhada, o processo que antecede a tradução propriamente dita e em que se inicia a atividade do tradutor: inicialmente, este é um recetor quer das indicações de tradução da entidade ou pessoa que faz a encomenda, quer do TP. Cabe-lhe então produzir um TC "that they regard as functional in the sense that it meets the demands of the translation brief (cf. Vermeer 1989a:64)".

Sobre as tarefas que o tradutor tem de cumprir, Christiane Nord cita Vermeer e Holz-Mänttäri:

> According to Vermeer, the translator's tasks is to:
>
> analyze the acceptability and viability of the translation brief in legal, economic or ideological terms:
>
> check whether the translation is really needed;
>
> specify the activities required for carrying out the brief;
>
> perform a translational action, which may result in a target text, perhaps a short summary of the source text or, in special cases, in advising the client not to have the source text translated because a translation would not serve the intended purpose (cf. Vermeer 1986a:276, also Holz-Mänttäri 1984:109f). (Nord, 1997c/2014, p. 21)

3 - O produtor do texto de partida - tradicionalmente e para o leigo, aquele que seria o papel mais importante no processo translatório, sobretudo quando se pensa em tradução literária, é definido como o agente que produziu o texto que vai servir de ponto de partida para a ação translatória. Quando a produção do TP se deveu a fatores

que não estão relacionados com a tradução, o produtor do TP não é um agente imediato na ação translatória (Nord, 1997c/2014, p. 21).

4 - O recetor do TC – Enquanto destinatário da tradução, é um fator decisivo na produção do TC, como refere Holz-Mänttäri (1984, citada por Nord, 1997c/2014, p. 22) e a sua definição deve fazer parte da encomenda de tradução.

No que diz respeito a este agente da ação translatória, Nord distingue entre destinatário (*adressee*) e recetor: o primeiro é "the prospective receiver seen from the text producer's standpoint", enquanto o segundo (*receiver*) é "the person, group or institution that actually reads or listens to the text after it has been produced" (Nord, 1997c/2014, p. 21).

5 - O utilizador do TC – O elemento que finalmente utiliza a tradução. Nord (1997c/2014, p. 22) lembra que diferentes papéis podem ser preenchidos pela mesma pessoa, dando dois exemplos, um dos quais da sua autoria: um professor de medicina alemão tem de proferir uma palestra numa conferência internacional cuja língua oficial é o inglês. Redige um rascunho da intervenção, um tradutor traduz-lhe o texto para inglês e o professor lê-a no congresso: "In this case, the professor is source-text producer, initiator and target-text user all in one person (example from Nord [1988] 1991: 6)".

2.5.1 Tipos de tradução em Christiane Nord

Nord (1997c/2014, p. 47) concebeu uma tipologia baseada em critérios "estritamente funcionalistas", que distingue entre dois tipos básicos de tradução, a documental, mais próxima da cultura de partida, e a instrumental, mais orientada para a cultura de chegada. A opção por uma ou por outra depende do objetivo do processo de tradução e da função do TC resultante .

Com a tradução documental pretende-se traduzir um documento de uma interação comunicativa na cultura de partida para leitores na cultura de chegada (Nord, 1997c/2014, p. 48). Por seu turno, na tradução instrumental é produzido um documento para uma interação comunicativa na cultura de chegada, configurada de

acordo com uma interação comunicativa na cultura de partida ((Nord, 1997c/2014, p. 51).

Nord entende que estes dois tipos de tradução resultam de dois tipos básicos de processo de tradução:

> The first aims at producing in the target language a kind of *document* of (certain aspects of) a communicative interaction in which a source-culture sender communicates with a source-culture audience via the source text under source-culture conditions. The second aims at producing in the target language an *instrument* for a new communicative interaction between the source-culture sender and a target-culture audience, using (certain aspects of) the source-text as a model. (Nord, 1997c/2014, p. 47)

Enquanto na tradução documental, o texto de chegada tem uma função metatextual, na tradução instrumental pode ter uma função referencial, expressiva, apelativa ou fática, que se podem subdividir em várias subfunções (Nord, 1997c/2014, p. 48 e 51; 1997a pp. 50-51).

Nord (1997c/2014, pp. 47-49) enumera os vários figurinos que a tradução documental pode assumir:

- Tradução interlinear – com o objetivo de reproduzir o sistema da língua de partida, centra-se nas estruturas do léxico e da sintaxe da língua de partida (usada, por exemplo, na linguística comparada).
- Tradução literal – quando o objetivo é reproduzir as palavras do TP, adaptando as estruturas sintáticas e a utilização idiomática do vocabulário às normas da língua de chegada (usada, por exemplo, no ensino de línguas ou ao transcrever citações de políticos estrangeiros em artigos noticiosos).
- Tradução filológica – uma tradução literal acompanhada por explicações acerca da cultura de partida ou de determinadas singularidades da língua de partida, em notas de rodapé ou glossários (a tradução dos autores da Antiguidade Clássica ou da Bíblia, por exemplo).
- Tradução exoticizante - quando, na tradução de ficção, se verifica a reprodução da forma, dos conteúdos e das circunstâncias do TP, criando uma impressão de

estranheza junto dos leitores da cultura de chegada (a tradução de prosa literária moderna).

Ao contrário da tradução documental, que é identificada pelos recetores como uma tradução, a tradução instrumental é lida como um original, dado que o figurino do TC é geralmente adaptado às normas e convenções da cultura de chegada em termos de tipologia textual, género, registo e tom ((Nord, 1997c/2014, p. 52).

Nord (1997c/2014, pp. 50-53) distingue também três subtipos de tradução instrumental:

- Tradução equifuncional (*equifunctional translation*) – a função do TP e do TC é a mesma. São exemplo deste tipo de tradução, textos técnicos, manuais de computadores e outros textos de natureza pragmática como instruções para o utilizador ou textos com informação sobre produtos ou destinada a turistas.
- Tradução heterofuncional (*heterofunctional translation*) – quando não é possível preservar, integralmente ou na mesma hierarquia, a função ou funções do TP, por distanciamento temporal e/ou cultural. Nord exemplifica com as obras *Gulliver's Travels*, de Jonathan Swift, ou *Don Quixote*, de Cervantes, em que, numa tradução para o público infantil, a função apelativa da dimensão satírica se perde devido ao distanciamento temporal, sendo essa dimensão substituída por uma história divertida num cenário exótico.
- Tradução homóloga – o termo de comparação é um estatuto semelhante num *corpus* ou sistema, geralmente no âmbito da literatura ou da poesia. Segundo Nord (1997c/2014, p. 52), "here the target text might be supposed to represent the same, or a homologous, degree of originality as the original with regard to the respective culture-specific corpora of texts". Numa tradução do hexâmetro grego para inglês opta-se pelo verso branco ou outra métrica e não pelo hexâmetro inglês, por aquele ser mais comum, tal como o verso hexâmetro era na poesia clássica grega.

2.5.2 Christiane Nord, o *skopos* e a encomenda de tradução

O método proposto por Nord em *Translating as a Purposeful Activity* inclui a análise do TP, a elaboração de uma encomenda de tradução detalhada e a identificação dos problemas de tradução. Nord associa estes instrumentos à formação dos tradutores, salientando que não se pode pretender que o TP contenha em si "all the instructions about how it should be translated" (1997c/2014, p. 59).

Em *Translation as a Purposeful Activity*, Nord descreve a *Skopostheorie*, citando Vermeer e Reiss e a influência da teoria da ação. Nos termos desta abordagem, o *skopos*, a finalidade, o objetivo do texto de chegada é que determina o processo de tradução.

"The top-ranking rule for any translation is thus the "*Skopos* rule", which says that a translational action is determined by its *Skopos*; that is, 'the end justifies the means' (Reiss and Vermeer 1984: 101)", escreve Nord (1997c/2014, p. 29).

E o *skopos*, adianta Nord (1997c/2014, p. 30), pode exigir uma tradução "fiel" ao TP ou uma tradução "livre", mais documental ou mais instrumental, na terminologia de Nord apresentada acima. É na encomenda de tradução que são definidas as condições da tradução, idealmente com o maior número de dados sobre os objetivos do texto traduzido, seus destinatários, tempo, lugar e meio da comunicação.

> Evidently, the *Skopos* often has to be negotiated between the client and the translator, especially when the client has only a vague or even incorrect idea of what kind of text is needed for the situation in question. Clients do not normally bother to give the translator an explicit translation brief; not being experts in intercultural communication, they often do not know that a good brief spells a better translation. (Nord, 1997c/2014, p. 30)

Com base na encomenda, o tradutor decide qual a estratégia de tradução mais adequada e que tipo de tradução se apropria àquele *skopos*, decisões que são inteiramente da responsabilidade deste profissional e do seu grau de competência (Nord, 1997c/2014, p. 30). Além disso, como refere, um tradutor experiente infere a finalidade da própria situação translativa.

Ian Mason (2001, p. 29) observa que, segundo a perspetiva funcionalista, "the context of situation is crucial and must include the participants in speech events, the action taking place and other relevant features".

De acordo com Nord, o tradutor,

> like any other text producer – analyses the pragmatics of the (prospective) target situation before deciding on what to say (i.e. how to rearrange the information given in the source) and how to say it (i.e. what linguistic or even non-linguistic devices to use in order to make the text fit for the client's purpose). (Nord, 2006, p. 44)

É preciso definir quais as condições necessárias para a tradução cumprir a sua função na cultura de chegada. Como as circunstâncias em que o TP foi produzido são diferentes daquelas que determinam a elaboração do TC (à exceção do caso da interpretação), Nord (1997c/2014, p. 60) preconiza que a encomenda deve conter informação o mais clara possível sobre a (s) funções pretendidas, o(s) destinatário(s) do TC, tempo e local de receção do texto, canal de comunicação do TC e o motivo da produção ou receção do TC.

Aplicando, de forma muito breve e esquemática, o modelo da encomenda de tradução de Nord ao projeto do documento da OMS chega-se ao seguinte esquema para o TC:

- Funções: Referencial (informativa); apelativa (persuasiva e imperativa).
- Destinatários: Enfermeiros portugueses e/ou trabalhando em Portugal.
- Data e local previsto para a receção do texto: a partir dos primeiros meses de 2016, Portugal.
- Canal de divulgação: Sítio da OE e, eventualmente, uma brochura.
- Motivo da tradução: Divulgar junto dos enfermeiros as diretrizes da OMS.

Para atingir o objetivo pretendido, o TC deve ter um formato informativo e um registo formal, tal como o exemplo da tradução da brochura assinalando os 600 anos da Universidade de Heidelberga apresentado por Nord (1997/2014, p. 62).

Ao referir-se à análise do texto de partida, Nord admite que este não é "completamente irrelevante":

> The priority of the target-text purpose does not mean that the source text is completely irrelevant, as it is sometimes assumed. The source-text provides the offer of information that forms the starting point for the offer of information formulated in the target text. (Nord, 1997c/2014, p. 62)

Nord (1997c/2014, p. 62) explica que a análise permite, desde logo, avaliar a viabilidade do projeto de tradução, determinar quais as unidades do texto que são relevantes na tradução orientada para a função do TC e que estratégia de tradução é a mais adequada para ir ao encontro dos requisitos da encomenda.

Pode-se usar um leque de modelos de análise textual do TP, mas o importante é que se contemple uma análise pragmática das situações comunicativas envolvidas e que se utilize o mesmo modelo no TP e no TC (Nord, 1997c/2014, p. 62).

Regressando ao documento da OMS (WHO, 2015), e comparando o TP com o perfil do TC definido na encomenda, observa-se o seguinte:

Quanto à função é a mesma nos dois textos: informativa, com informação sobre as estratégias a adotar para fortalecer a enfermagem e a saúde das populações; e, em segundo grau ou complementarmente, apelativa, de forma a mobilizar os recetores para o envolvimento nestas políticas.

Verifica-se uma diferença a nível dos destinatários no TP e no TC: destinado aos Estados-membros da OMS Europa e aos enfermeiros portugueses, respetivamente.

Tendo em conta que, como apurei posteriormente – faltou a encomenda no início -, a tradução seria também enviada à OMS para esta divulgar conforme entendesse – eventualmente publicando-a no seu sítio na internet (à semelhança do que verifiquei ter acontecido, entretanto, com versões noutras línguas) o público-alvo alarga-se exponencialmente, para todos os países de falantes de língua oficial portuguesa e emigrantes potencialmente interessados nesta matéria (com a emigração de enfermeiros portugueses na ordem do dia, haverá certamente público para tal).

No entanto, há um ponto comum aos destinatários em ambos os grupos: potencialmente são profissionais de enfermagem ou talvez até agentes do setor da saúde.

Outra diferença reside no emissor: a OMS no TP, e a OE no TC (e a OMS, caso optasse por divulgar a tradução).

De acordo com a terminologia de Nord, e após esta análise, procede-se a uma tradução instrumental, equifuncional (mantendo a mesma hierarquia de funções no TP e no TC).

Na formação de tradutores, Nord (1997c/2014, p. 64) considera também importante um mapeamento prévio dos problemas de tradução e questiona até se, mesmo no exercício profissional, tal não será aconselhável. Sem se duvidar que seja proveitoso, terá talvez de se equilibrar a vantagem na sistematização, que vai acontecendo instintiva e talvez de forma espontânea e desordenada quando se lê e se interpreta o TP, com a necessidade de também ir avançando com a produção do TC. Por outro lado, afigura-se que muitos dos problemas só surgirão com o próprio ato de traduzir ou com a tradução já parcialmente executada.

É conveniente lembrar a distinção que Nord estabelece entre problemas de tradução e dificuldades de tradução:

> Note that translation *problems* are here considered to be objective or at least intersubjective; they are not to be equaled with translation *difficulties*, which are the subjective difficulties that a particular translator or trainee encounters in a translation process because of deficient linguistic, cultural or translational competence or because they do not have appropriate documentation. Translation problems will always remain problems, even when a translator has learnt how to deal with them rapidly and effectively. (Nord, 1997c/2014, p. 64)

Na mesma obra, Nord (1997c/2014, p. 64) propõe uma tipologia dos problemas de tradução, a usar com objetivos pedagógicos, mas que poderá ser aplicada ao texto da OMS: problemas pragmáticos, relacionados com as convenções, linguísticos ou específicos do texto. Alguns destes problemas serão abordados no capítulo III deste relatório.

Ao contrário do que será uma tendência do tradutor principiante para começar a traduzir a nível da frase, sem se deter o suficiente nas dimensões pragmáticas do texto – encarando a tradução sobretudo como uma operação de transferência linguística, frase a frase, do TP para o TC – Nord defende o estabelecimento de uma

hierarquia funcional dos problemas de tradução, numa abordagem de cima para baixo, descendo dos aspetos pragmáticos do texto para as questões sintáticas e lexicais:

> In functional translation, problems should therefore be dealt with in a top-down way. This means that a functional translation process should start on the pragmatic level by deciding on the intended function of the translation (documentary vs instrumental). A distinction is then made between those functional elements of the source text that will have to be reproduced 'as such' and the ones that must be adapted to the addressee's background knowledge, expectations and communicative needs or to such factors as medium-restrictions and deixis requirements. (Nord, 1997c/2014, p. 68)

2.6 Jody Byrne

Jody Byrne (2012), que reconhece mérito à teoria do *skopos* por, entre outros fatores, dar relevo ao contexto profissional da tradução, chama a atenção para a realidade que encontrei no estágio e que será prática corrente no meio profissional e que se prende com o facto de, frequentemente, as traduções não serem acompanhadas por indicações precisas que permitam elaborar a referida encomenda.

Por este motivo, Byrne (2012, pp. 13-14) manifesta algumas reservas em relação ao contributo prático que esta teoria, apesar das suas potencialidades, possa dar nos casos concretos e no dia-a-dia do trabalho profissional dos tradutores, sublinhando ainda que o seu caráter muito genérico impede que seja um instrumento efetivo para orientar a prossecução dos objetivos específicos dos serviços encomendados ao tradutor. Para Byrne, esta teoria assenta numa "undefined notion of the translation brief, which is open to interpretation and may, in some cases, be very difficult to formulate because translators are rarely given meaningful translation briefs or commissions".

Perante a variedade de teorias de tradução, a multiplicidade de textos e de culturas, a gerarem abundante número de problemas de tradução, o distanciamento temporal relativamente à tradução do documento da OMS permite encarar as propostas de Jody Byrne, para a tradução técnica e científica, como adequadas, até porque recorrem apenas a alguns dos aspetos (os que se revelarem mais proveitosos) de algumas destas teorias, para uma aplicação prática num projeto com características de linguagens com um certo grau de especificidade.

Na tradução técnica e científica, Byrne (2012, p. 14) sugere que o tradutor tire partido das melhores propostas da *Skopostheorie*, nomeadamente para determinar o que se pretende atingir com a tradução, combinando esse contributo com a teoria da equivalência e o trabalho desenvolvido acerca dos tipos de texto.

Esta estratégia permite ao tradutor antecipar o que será a tradução em termos de traços como a linguagem, a terminologia e o conteúdo, através da comparação com textos paralelos na língua de chegada. (Byrne, 2012, p. 14)

> Then, with this knowledge, we can use the various levels of equivalence not as criteria for comparing texts, but as guidelines, informed by our understanding of the purpose of the target text which will aid us when translating. (Byrne, 2012, p. 14)

3. Análise da tradução do documento da OMS

3.1 Perfis do TP e do TC na encomenda de tradução

Recorrendo às teorias expostas no capítulo anterior, passo a aplicá-las no projeto da OMS. A análise e definição destes parâmetros deriva mais de uma análise minha do TP e dos pressupostos associados ao TC, do que propriamente de uma encomenda de tradução negociada com o cliente ou a encomendante.

As funções textuais pretendidas são as mesmas no TP e no TC: informar os Estados-membro e servir de base para a elaboração de perfis nacionais com as orientações do documento, no primeiro; informar e mobilizar os enfermeiros, no segundo.

Sobre a lealdade à função do TP, Byrne (2006, p. 41) refere que "unless the translator is told otherwise, the text type of the translation will be the same as the source text".

No que diz respeito aos destinatários, no caso do texto de partida, são os Estados-membro da OMS/Europa. Quanto aos destinatários do texto de chegada, são os enfermeiros portugueses e/ou trabalhando no território nacional.

Em relação ao momento e ao local de receção do texto, o TP foi divulgado em setembro de 2015 para a Região Europeia da OMS; o TC, quando foi produzido, tinha

divulgação prevista para 2016 em Portugal.[12] A diferença temporal entre os dois momentos não é, portanto, significativa.

O emissor é a OMS, no primeiro caso. Além da versão inglesa, em julho de 2016 tinham sido adicionados à página da instituição dedicada às publicações sobre enfermagem e EESMO, os TC em alemão, russo e francês.

É uma tradução instrumental, como já foi referido no ponto 2.1.5, *equifunctional*, segundo o modelo de Christiane Nord, já que a função é a mesma no TP e no TC:

> The second type, which I call the instrumental translation type, is an object-text in its own right, directed at a target-culture readership for whom it can fulfil any of the above-mentioned basic functions and sub-functions like a non-translated text, and modelled according to a pre-existing text borrowed from a source culture (cf. House's "covert translation" type). Instrumental translations may be intended to achieve the same function as the source text ("equifunctional translation") or a function that is different from that of the source text ("heterofunctional translation"). (Nord, 1997b, p. 49)

3.2 A análise do texto de partida

Em termos da macroestrutura formal, o documento tem 35 páginas: o texto principal subdivide-se em cinco partes e contém oito caixas e duas figuras; é complementado com dois anexos com quadros que expandem os 12 objetivos previamente expostos no texto. Apresenta ainda uma lista de referências bibliográficas.

Trata-se de um texto com temas da área da saúde, centrado na profissão e âmbito de atuação da enfermagem, com ligações à governação e gestão no setor. Na sua abordagem, segui estratégias semelhantes às indicadas por Vicent Montalt Resurrecció e Maria González Davies na obra *Medical Translation Step by Step – Learning by Drafting* para a compreensão do texto no âmbito da tradução no domínio da saúde:

[12] Conforme já foi referido, a tradução feita no âmbito do estágio curricular do MT encontra-se disponível, pelo menos desde julho de 2016, no sítio da OE, em http://www.ordemenfermeiros.pt/comunicacao/Paginas/Saude-2020-Orientacoes-estrategicas-da-OMS-Europa.aspx

> In medical translation text comprehension is often a non-linear, complex process. Only when we are very familiar with the topic and the genre of the text, can we read it and produce a translation straightaway sentence by sentence. Otherwise, in order to understand the source text properly we need to work through it in a rather circular way integrating macro- and micro elements. (Montalt Resurrecció & González Davies, 2007, p. 106)

Estes dois autores propõem um método com três etapas, mas sugerem que é apenas um ponto de partida e que pode ser adaptado quer ao estilo de trabalho do tradutor, quer às especificidades de cada trabalho. Esse método compreende uma fase inicial em que se apreende o sentido geral, as ideias essenciais do texto; segue-se uma abordagem a elementos particulares; culmina numa etapa de "fix-up strategies" (Montalt Resurrecció & González Davies, 2007, pp. 106-118), com uma série de soluções para ultrapassar problemas na compreensão do texto.

Embora a tentação do tradutor principiante seja a de começar de imediato a traduzir para avançar no trabalho, foi produtivo ler o texto "em diagonal" para captar as ideias principais: as primeiras leituras, em que muitas dúvidas surgiram, permitiram perceber que existiam muitos elementos recorrentes no texto, nas figuras, caixas e quadros.

Por exemplo, as áreas de ação prioritária nesta estratégia da OMS, como o "workforce planning and optimizing skill mix" e a "promoting evidence-based practice and innovation" são repetidas nesses diferentes elementos do TP, surgindo, portanto, várias vezes no texto. Por vezes foi preciso avançar para a segunda fase (a análise de elementos individuais) para as perceber de forma integrada e ter a visão de conjunto, depreendendo-se, portanto, que o método não é linear.

Nesta primeira etapa, Montalt Resurrecció e González Davies (2007, p. 107) sugerem ainda que o tradutor recorra a diferentes velocidades de leitura: em primeiro lugar, porque nem toda a informação tem o mesmo peso. Em segundo lugar, porque, o tradutor pode estar mais familiarizado com certa informação (o que levará a uma apreensão rápida), enquanto outros dados podem ser completamente novos e a sua compreensão será mais demorada.

Um exemplo de familiaridade relativamente ao conteúdo é quando o TP refere que "nurses and midwives together form the largest group of health professionals in all countries" (WHO, 2015, p. 5), dado que é essa a perceção que se tem, em Portugal, acerca da dimensão da classe da enfermagem no sistema de saúde.

Já uma categoria na enfermagem como a de *Government Chief Nurse and Midwife* foi uma novidade absoluta. Esta designação equivale ao *Chief Nursing Officer* (CNO), conforme foi referido no capítulo I. Trata-se de um alto cargo de liderança e assessoria especializada, de nomeação governamental, e que, em Portugal, não se costuma traduzir, como revela, aliás, o Diário da República (Despacho nº 19 816/2007, 2007) que nomeou o CNO em 2007.[13]

Para reforçar o entendimento do texto de partida, Montalt Resurrecció e González Davies (2007, p. 108) propõem também a elaboração de um esboço, com os pontos nucleares do texto, ligados por traços e setas, ou de um resumo, que condense as ideias principais do TP, omitindo a informação menos importante.

Para afinar a correta compreensão do TP, defendem ainda que o resumo deve ser escrito na língua de chegada, deve evitar a repetição de frases extraídas literalmente do TC e seguir antes a via da paráfrase, chegando mesmo a uma estrutura e sequência que pode ser diferente da do TP (Montalt Resurrecció & González Davies, 2007, pp. 107-108).

Segundo os mesmos autores,

> Understanding the main ideas of the source text will enable us to have a comprehensive framework in which to process microelements. However, when trying to get the gist of the text, we may need to understand an individual item – term, expression or sentence. (Montalt Resurrecció & González Davies, 2007, p. 107)

Por seu turno, Roberto Mayoral Asensio (2003a, p. 4) desvaloriza a necessidade de uma compreensão perfeita do TP, salientando que ela é um ideal por que pugnam

[13] Isabel Oliveira, 2016, comunicação pessoal. Conforme já foi referido, este esclarecimento foi prestado pela encomendante na OE, Enfª Isabel Oliveira, que, neste caso, assumiu também a revisão técnica da tradução.

as visões académicas da tradução correta, mas que raramente é atingido na realidade do trabalho do dia-a-dia dos tradutores.

> Even translation scholars should be aware of the fact that a text or message does not have a single interpretation (comprehension) and that each recipient brings his or her own context to bear on the source text during the decoding stage of the message. It should not be overlooked that the professional translator is constantly struggling to compensate for his or her own ignorance and succeed in their everyday challenge: transmit information that they are not able to comprehend to the same extent as the original producer, more often than not an expert in the subject matter of the source text. (Mayoral Asensio, 2003a, p. 4)

Ian Mason (2001, p. 32) refere-se igualmente ao facto de que o tradutor, também ele um recetor do texto de partida, não tem acesso direto às intenções comunicativas do produtor do TP ou aos significados que o autor pretendeu dar ao seu texto; neste sentido, "the receiver interprets, rather than understands, a text".

Desta análise do TP, que não foi linear mas que se foi produzindo entre o ler, entender, interpretar e traduzir, realço o seguinte sobre os conteúdos do documento:

Constitui o primeiro documento no género produzido na Região Europeia da OMS, e visa-se que funcione como um guia técnico para os Estados-membro, com o apoio do Escritório Regional da OMS Europa, possibilitarem e reforçarem o contributo dos enfermeiros e EEESMO para alcançar os objetivos de Saúde 2020, como é referido no resumo da publicação.

Apresenta um quadro estratégico para atuação, identifica 12 objetivos, quatro áreas de ação prioritária e quatro mecanismos que permitem alinhar as políticas e a prática com a visão do Saúde 2020, ajudando os Estados-membro a fortalecer a enfermagem e a EESMO no contexto dos respetivos planos nacionais (WHO, 2015, p. 3).

No prefácio, a diretora-geral para a OMS para a Europa, Zsuzsanna Jakab, destaca dois aspetos: por um lado, que o documento resultou de um amplo processo de debate, consulta e discussão, envolvendo os líderes das classes profissionais da enfermagem e da EESMO na Região Europeia da OMS. Por outro lado, embora esteja

focado nestes profissionais, para os apoiar na implementação do Saúde 2020, os sistemas de saúde são realidades complexas onde se movimentam muitos outros profissionais de saúde e de serviço social, pelo que é crucial ter modelos multidisciplinares e interprofissionais na educação e na prestação de serviços, para se prestar cuidados integrados e centrados nas pessoas (WHO, 2015, p. 2).

Há algumas pistas no próprio texto em relação à sua própria classificação: é referido como um "technical guide for Member States" (no resumo) ou um "technical document" (WHO, 2015, p. 2).

Contudo, na ótica de Jody Byrne (2006, p. 3), em termos de tipologias de tradução, este documento que a OMS classifica com um guia técnico para os países da Região Europeia, não é um documento técnico. Aliás, o autor e tradutor irlandês adverte para o que entende ser um equívoco de se pretender que a tradução técnica inclua a economia, o direito ou o setor empresarial.

> In reality, "technical" means precisely that, something to do with technology and technological texts. Just because there is a specialised terminology, doesn't make something technical. In discussing technical translation it is useful to make the distinction between specialised and technical translation. For example, religion has a very specific terminology and very definite conventions, styles and document structures, but is never regarded as "technical". The tendency among certain theorists to include LSP [Language for Specific Purposes] texts such as legal, financial and economic texts within the field of technical translation is less than helpful not least because each area has its own unique characteristics, requirements and constraints. Simply because a field or subject or area has unique or specialised terminology does not make it technical. This is not to say that financial translation, or indeed legal translation, do not deserve to be studied in detail as areas in their own right. (Byrne, 2006, p. 3)

Em termos de uma análise orientada para a tradução, o texto tem características que o colocam no domínio da tradução especializada na área da saúde.

Procedendo a uma análise do conteúdo do documento, verifica-se que contém informação destinada aos Estados-membro da Região Europeia da OMS e aos enfermeiros - tem, portanto, uma função predominantemente referencial (informativa). Contudo, possui também uma dimensão apelativa, ao pretender envolver e mobilizar os destinatários para os objetivos que persegue (função

persuasiva). Além disso, apresenta um caráter prescritivo e normativo na medida em que o emissor do TP pretende que as recomendações expostas sejam aplicadas (o uso frequente do verbo modal "should" é disso exemplo) – apresentando ainda, portanto, características da função imperativa (Nord, 1997a, pp. 50-51).

Como já foi referido, trata-se de um documento com linguagem específica dos domínios da saúde e das políticas e economia de saúde, abordando a prestação de cuidados pelos enfermeiros e EEESMO. Além disso, utiliza terminologia relacionada com este grupo profissional, nomeadamente carreiras profissionais e diferentes funções e cargos. O campo lexical do ensino é outro dos presentes no texto.

A enfermagem é encarada de uma forma holística, a partir de diversas perspetivas: a prestação de cuidados às pessoas; a formação destes profissionais e a estruturação desta formação; a organização da enfermagem para uma maior influência destes profissionais e do seu saber na administração da saúde e nos diversos níveis de direção e governação. Como é referido no texto, o principal objetivo é uma maior humanização dos cuidados de saúde, nos termos definidos no Saúde 2020.

A sua língua de origem é o inglês e o seu emissor o Escritório Regional Europeu da OMS, o que coloca aquele idioma como *lingua franca* e esta organização como "uma cultura de partida" institucional, no que será um panorama com semelhanças relativamente ao que se verifica com as traduções na ONU e no seio das instituições da União Europeia.

3.3 A tradução na Comissão Europeia: o Guia do Tradutor e o Código de Redação Interinstitucional

A título de exemplo, vou referir apenas brevemente a tradução numa das instituições da UE, a Comissão Europeia (CE), abordando o *Guia do Tradutor* (Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, 2015), publicação com mais de 200 páginas.

Em perto de 140 páginas a publicação desenvolve as formas de traduzir corretamente atos jurídicos, dedica um outro capítulo a "regras e convenções gerais" e inclui vários anexos sobre direções-gerais e serviços, agências e outros organismos da

UE, cargos na Comissão e sua composição no mandato 2014-2019 e Estados-membro e respetivas regiões, divisões administrativas e tribunais, entre outras matérias.

Na introdução lê-se que "o Guia pretende fornecer soluções práticas para problemas concretos que surgem durante o processo de tradução e ser um documento de referência e normalização, ao serviço dos tradutores, assistentes e freelancers" (Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, 2015, p. 1).

Elaborado pela equipa linguística do Departamento de Língua Portuguesa, o guia "articula-se com o Código de Redação Interinstitucional, documento de harmonização/normalização em uso nas instituições da União Europeia, procurando completar esta publicação de referência" (Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, 2015, p. 1).

Sobre a redação/tradução de atos jurídicos, o guia enuncia "dois princípios essenciais a respeitar na redação/tradução de atos jurídicos, enunciados no Guia Prático Comum para a redação de textos legislativos" (Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, 2015, p. 3):

> O redator deve utilizar, na medida do possível, palavras da linguagem corrente, privilegiando a clareza do enunciado e não a beleza do estilo. Deve, por exemplo, evitar utilizar sinónimos e frases diferentes para exprimir uma mesma ideia.
>
> A terminologia utilizada deve ser coerente tanto entre disposições de um mesmo ato como entre esse ato e os atos já em vigor, especialmente na mesma matéria.
>
> (Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia, 2015, p. 3)

Apliquei alguns destes princípios ao traduzir o documento da OMS, como refiro, de forma breve, de seguida.

A preocupação com a coerência da informação factual no TC relativamente ao TP e a coerência interna da tradução, princípios gerais que, segundo (2007, pp. 124-125), devem pautar a tradução, independentemente da encomenda, foram outras das coordenadas por que me guiei. Outros princípios gerais para a redação do TC enunciados por estes dois autores são a verdade e a precisão, legibilidade, correção

gramatical e sintática e adequação em termos estilísticos e retóricos à situação comunicativa e ao contexto.

O objetivo é produzir uma tradução "equilibrada", segundo o esquema proposto por Hervey, Higgins e Haywood (1995, conforme citados por Montalt Resurrecció & González Davies, 2007, p. 172): mais fluente do que uma tradução de tipo literal, mas mantendo-se próxima do TP.

Quanto ao recurso à linguagem corrente, fi-lo na medida do razoável, mas sem ignorar a especialização da terminologia no domínio da economia da saúde, por exemplo, que me colocou problemas específicos por o texto se destinar a um público de um grupo profissional do domínio da saúde, familiarizado com essas especificidades. Abordarei algumas dessas questões no capítulo III.

Como o objetivo do texto de chegada é informar os leitores, preocupei-me com a clareza dos enunciados.

Outra regra que segui foi a de manter a uniformidade da linguagem e conceitos no texto; por exemplo, a noção de "workforce planning and optimizing skill mix", que surge várias vezes no texto e nos quadros, é sempre traduzida da mesma forma como "planeamento dos recursos humanos e a otimização da combinação de competências".

Jody Byrne (2012, pp. 130-131) introduz a estratégia de tradução designada por *iconic linkage*, adequada à tradução técnica e, sobretudo, aos textos com o caráter de instruções; trata-se minimizar a variação e assegurar que a mesma informação é transmitida sempre da mesma forma. Na sua perspetiva, deve-se traduzir a mesma informação sempre da mesma maneira, por razões de clareza, consistência e profissionalismo.

Esta estratégia, segundo Byrne (2012, pp. 130-131), além de aumentar a eficácia dos textos, também contribui para aumentar a usabilidade das traduções, nomeadamente no caso de o texto traduzido vir a servir como texto de partida ou texto de base para outra tradução.

Ao contrário do domínio do jornalismo, em que o escriba se preocupa em variar a linguagem e em formular a mesma ideia de forma diferente, para não maçar o leitor com repetições, na tradução a regra é manter a invariância por uma questão de coerência interna e para não baralhar o leitor com pistas confusas (a não ser, claro, que o objetivo do TC seja esse).

Além da coerência interna no documento no que diz respeito à terminologia, procurei confrontá-lo com outros textos idênticos ou do mesmo domínio da OMS já traduzidos para português e com textos do mesmo domínio temático publicados pela Ordem dos Enfermeiros e por instituições oficiais da área da saúde, nomeadamente o Ministério da Saúde e escolas de enfermagem, entre outras.

Isso sucedeu, por exemplo, com as expressões "evidence-based", "cost-effective" e "skill mix", algumas das quais serão analisadas no capítulo III, já que levantaram alguns problemas/questões. As duas primeiras são exemplos claros de uma tradução 'domesticante', em que aproximei a tradução à cultura de chegada dos recetores e respeitei as especificações terminológicas exigidas pela encomendante na encomenda que foi sendo definida e negociada ao longo da execução do projeto.

Estas observações sobre alguns dos princípios essenciais que os tradutores devem respeitar na Comissão Europeia e, nomeadamente, a coerência da terminologia, a nível intra e intertextual, prende-se com a análise de uma outra dimensão do TP, a sua linguagem, e a forma como é tratada a nível do TC.

A linguagem tem algum grau de especialização nas áreas acima indicadas, mas em termos gerais é uma linguagem corrente para um texto programático que, além de informar, também pretende instituir práticas e procedimentos e mobilizar.

A tradução do texto destina-se, em primeiro lugar, aos enfermeiros portugueses e trabalhando em Portugal. Sem memórias de tradução, bases terminológicas, glossários ou outros materiais que pudessem servir de suporte à tradução, achei que o caminho a seguir seria produzir um texto com uma estrutura formal idêntica à do TP e com uma linguagem semelhante em termos de especialização, dado que os destinatários são profissionais também habituados a essas especificidades.

3.4 Procedimentos e técnicas tradutivas utilizadas – alguns exemplos

Como refere Jody Byrne (2012, pp. 8-9), o texto de partida era, tradicionalmente, o elemento mais importante no processo de tradução, mas com a viragem introduzida pelas teorias comunicativas e funcionalistas a transmissão de conteúdos de uma forma adequada para os destinatários na cultura de chegada adquire um papel de maior relevo.

A inclinação natural do tradutor principiante também será a de se manter fiel às estruturas do TP, mas o certo é que uma tendência excessiva para o imitar pode prejudicar o efeito comunicativo do texto de chegada e mesmo a sua clareza. Byrne (2012, p. 9) explica que, recentemente, os estudos de tradução, sobretudo da tradução não literária, deslocaram a sua atenção de um enquadramento baseado no TP para uma abordagem mais centrada na eficácia comunicativa do TC.

De acordo com Byrne (2012, p. 9), a importância dada ao TP pelas teorias da tradução é visível na abordagem ao conceito de equivalência, para o qual foram cunhadas várias definições e tipologias, que se baseiam em diferentes modelos de relação entre o TP e o TC.

> The focus in equivalence theory on the need to have a strong link between the source and target texts is unfortunately taken to extremes, however, with the result that the source text can erroneously be regarded as the most important component in the translation process, with translators striving to create as close a replica of the source text as possible. Indeed, some would argue that it should be the sole guiding principle for translators. Taking this approach to its natural conclusion, we would have a situation where we could never separate the source text and target text; the target text could not function as a translation without the ever-present source text. (Byrne, 2012, p. 9)

Mas Byrne (2012, p. 9) também evita o radicalismo de algumas posições e considera que seria falacioso rejeitar a existência de qualquer ligação entre TP e TC, porque, de facto, o texto de partida constitui a base da tradução.

3.5 Os diferentes tipos de equivalência e como foram usados

Na abordagem dos diferentes esquemas elaborados em torno da equivalência, Jody Byrne (2012, p. 10) refere que o esquema proposto por Werner Koller em 1979 é um dos mais duradouros. Koller (1979, citado por Byrne, 2012, p. 10) entende que a equivalência pode verificar-se em vários níveis: a nível do significado denotativo (o objeto ou conceito em questão) e do significado conotativo (que se subdivide nos níveis da linguagem, do socioleto, do dialeto, do canal, estilo, frequência, domínio, valor e tom emocional).

A equivalência a nível das normas textuais verifica-se com a linguagem específica de textos com características próprias como, por exemplo, documentos legais ou cartas comerciais, etc.

Quando a equivalência se dá ao nível do significado pragmático está-se a incluir as expectativas dos destinatários/recetores dos textos. Já a equivalência ao nível formal lida com mecanismos tais como a metáfora e a rima, entre outros.

Byrne (2012, p. 10) explica que cada um destes níveis origina um tipo especial de equivalência, que pode ser usado para descrever a relação entre o TP e o TC. Nos textos técnicos e científicos para alcançar a equivalência em algum destes níveis o tradutor pode ter de se concentrar mais na informação transmitida (equivalência denotativa) – por exemplo, ao traduzir um manual de instruções – ou na forma como a informação é comunicada (equivalência formal), no caso de se tratar de um artigo no domínio da ciência popular. No caso da tradução de um certificado de conformidade, o tradutor pode ter de optar por frases formalizadas [*set phrases*] e convenções do documento (normas textuais).

Segundo Byrne (2012, p. 10), para dar ênfase à equivalência num destes níveis, o tradutor pode ter de optar por reduzir o grau de equivalência noutros níveis.

No que diz respeito ao conceito de equivalência em Eugene Nida, Byrne adianta o seguinte:

- Equivalência formal – Concentra-se na forma e no conteúdo da mensagem no TP e com o maior nível de correspondência possível – em termos lexicais, sintáticos, estilísticos, fonológicos ou ortográficos – no TC (Byrne, 2012, p. 9).

- Equivalência dinâmica – é introduzida a noção de efeito. O TC deve ter o mesmo efeito que o TP junto dos seus destinatários, recriando, na cultura de chegada, a mesma relação entre a mensagem e os seus destinatários que existia na cultura de partida (Byrne, 2012, pp. 9-10).

> According to dynamic equivalence, a successful translation needs to capture the sense of the ST [source text] and not just the words. As such, it can be regarded as a successful piece of communication if the message is successfully transmitted to the target audience. (Byrne, 2012, p. 10)

Tal como Jody Byrne (2012, p. 11) adverte, os níveis de equivalência servem para comparar TP e TC após a concretização da tradução, mas não ditam as regras para a produzir nem qual o modelo mais indicado na relação TP/TC. Em relação à tradução técnica e científica, Byrne é categórico ao vincar que esta é avaliada de acordo com o contexto das normas, expectativas e regras do texto de chegada: "In other words, they will be treated as if they were originally produced in the target language and not as translations" (Byrne, 2012, p. 11).

Regressando ao texto da OMS, o exemplo que se segue ilustra esta ideia:

TP: Wide variations exist in the pattern of health and disease in the 53 Member States of the Region. (WHO, 2015, p. 3)

TC: Os padrões de saúde e doença nos 53 Estados-membro da Região apresentam uma grande variabilidade. (Ordem dos Enfermeiros/WHO, 2016, p. 9)

Inverteu-se a ordem sintática para que os destinatários do TC recebessem a informação como se fosse produzida na sua língua, de forma fluida. Com esta opção, de equivalência dinâmica, captou-se o significado do TP, embora não o reproduzindo literalmente.

Outra tradução possível seria o recurso ao presente do indicativo do verbo *existir* ou *verificar*:

Existe/Verifica-se uma grande variabilidade (ou grandes disparidades) nos padrões de saúde e doença nos 53 Estados-membro da Região.

A tradução literal, seguindo palavra-a-palavra o TP, resultaria estranha para o leitor do TC:

> Grandes variações existem no padrão de saúde e doença nos 53 Estados-membro da Região.

Como já foi referido, Byrne (2012, p. 11) considera que os diversos níveis de equivalência servem para descrever a relação entre TP e TC após a tradução estar finalizada. Na sua perspetiva, um modo de tornar esta noção mais produtiva para o trabalho prático é, durante o processo de tradução, usar os seus variados níveis e tipos enquanto ferramentas e estratégias para alcançar um objetivo tradutivo específico.

> In practice, this might mean that when translating an instruction manual, for instance, we would decide that denotational equivalence is more important than equivalence of linguistic form or connotational equivalence and that we would concentrate on conveying the information rather than on recreating the particular stylistic features of the source text.
>
> The difficulty in adopting this type of approach, as hinted at above, is that we do not know which of the various levels of equivalence and, by extension, which aspects of the source text, are the most appropriate for a particular context. Simply knowing the different ways in which a source text and target text *can* be equivalent does not mean that a translator will choose the most appropriate one for a particular project. As a result, translators are usually left to their own devices in choosing the most appropriate translation strategy and may or may not choose the right one. (Byrne, 2012, p. 11)

Para Christiane Nord (1997a, pp. 43-44), o modelo da equivalência baseia-se num conceito que é um dos mais ambíguos dos estudos de tradução e que apresenta vários inconvenientes, nomeadamente por se concentrar em demasia nos aspetos estruturais do TP e ao não valorizar devidamente os aspetos pragmáticos e culturais e a inter-relação entre fatores intratextuais e extratextuais.

Apesar de, aparentemente, existir um consenso mais ou menos expresso nos estudos de tradução sobre a necessidade de ultrapassar a noção de equivalência, ou de, pelo menos, não se ficar demasiado preso ao conceito, numa obra recente - *A Tradução para Edição – Viagem ao mundo de tradutores e editores em Portugal (1974-2009*), publicada em 2014 - Jorge Almeida e Pinho (p. 76) observa que a definição de

equivalência elaborada por Eugene Nida continua a orientar a formação dos tradutores no que diz respeito à identificação e avaliação dos erros por eles cometidos durante a aprendizagem:

> "Além disso, nas avaliações feitas aos trabalhos no contexto do mercado profissional são também consideradas as apreciações dos revisores que dependem igualmente do referido conceito de equivalência individualmente atribuído por cada revisor aos elementos lexicais, sintáticos ou semânticos presentes no texto de chegada, por contraponto com o que intepretam e reconhecem válido no texto de partida. Por todos estes motivos, a equivalência continua a ser um tema central na prática e exercício do ofício de tradutor. (Pinho, 2014, p. 76)

Jorge Almeida e Pinho (2014, p. 76) chama ainda a atenção para o contributo decisivo de Eugene Nida "para os avanços na área da tradução ao conferir uma grande importância à necessidade de adequar o texto às necessidades e expectativas do público-alvo" e à distinção que fez entre equivalência formal e equivalência dinâmica: a primeira, centrada na mensagem enquanto tal, na sua forma e conteúdo; a segunda visando a naturalidade de expressão junto dos recetores.

Não obstante os limites e reservas em relação ao conceito e ferramenta da equivalência, Byrne, por seu turno, considera que se trata de um mecanismo incontornável para quem trabalha em tradução e que, apesar dos seus constrangimentos, tal noção não pode ser banida da atividade profissional:

> The insistence of equivalence-based approaches on maintaining what some could regard as excessively close links between the target text and the source text and its original audience seems incongruous when the point of translation is to communicate to a new audience. Equivalence can also be criticized for its general difficulty in incorporating real-world, extratextual issues such as time constraints, preferred terminology and style, reader expectations, etc. However, to dismiss equivalence out of hand because it appears old-fashioned, excessively concerned with the source text and isolated from the world in which translation takes place is like saying that walking is not as useful as running and should be banned. (Byrne, 2012, pp. 10-11)

3.6 A taxinomia de Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet – alguns exemplos

Numa obra publicada pela primeira vez em 1958 (*Stylistique comparée du français et de l'anglais)* Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet "fizeram uma análise comparativa estilística do francês e do inglês (Munday, 2014, p. 106) e definiram um

modelo que compreende duas estratégias gerais de tradução – a direta e a oblíqua - e sete procedimentos.

Embora o modelo destes dois autores se centre no par de línguas francês/inglês, ele inspirou obras sobre tradução noutras línguas, como refere Munday (2014, p. 106). A descrição teórica que se segue, baseia-se na tradução para inglês da obra de Vinay e Darbelnet; inclui a apresentação, de uma forma não exaustiva, de alguns exemplos selecionados do trabalho com o texto da OMS e dos dois autores da taxinomia.

Segundo Vinay e Darbelnet (1958/1995, pp. 31-40), a tradução direta inclui três procedimentos:

- Empréstimo – quando a palavra ou expressão é transferida diretamente para a língua de chegada, devido a uma lacuna desta. Um dos exemplos dados é a expressão francesa "déjà vu".
- Decalque – é também um empréstimo de uma expressão ou estrutura da língua de partida, mas em que cada um dos seus elementos é transferido, de forma literal, para a língua de chegada.

  TP: A growing body of evidence shows these new models for services and nursing and midwifery practice are leading to **cost-effective**, people-centred services with better patient outcomes. (p. 2)

  TC: Um conjunto crescente de evidência mostra que estes novos modelos para os serviços e as práticas de enfermagem e de ESMO conduzem a serviços **custo-efetivos**, centrados nas pessoas e com melhores resultados para o doente (p.7).[14]

- Tradução literal – a tradução palavra-por-palavra ou literal:

  TP: Such life-long learning is not restricted to the academic setting and can be pursued through innovative learning models, such as virtual education. (p. 9)

[14] A partir deste ponto, nos exemplos a citação do TP e do TC é simplificada, indicando-se apenas a página respetiva. A versão revista do TC publicada pela OE mantém esta redação mas traduz *cost-effective* por "uma boa relação custo-eficácia".

TC: Esta aprendizagem ao longo da vida não se restringe ao contexto académico e pode ser prosseguida através de modelos de aprendizagem inovadores, nomeadamente a educação virtual. (p. 15)

TP: Health 2020 is the European policy framework for health and well-being, adopted by the 53 Member States of the Region in September 2012. (p. 4)

TC: O Saúde 2020 é o quadro europeu de políticas para a saúde e para o bem-estar adotado, em setembro de 2012, pelos 53 estados que são membros da Região. (p. 10)

Na tradução oblíqua, incluem-se, entre outros, os seguintes procedimentos:

- Transposição – Mudança de uma categoria gramatical para outra; pode ser obrigatória ou facultativa:

TP: **Use** the best available evidence. (p. 12)

TC: **Recurso** à melhor evidência disponível. (p. 18)

(Mudança de verbo para substantivo)

TP: Cardiovascular diseases and cancer are the main **killers**. (p. 3)

TC: As doenças cardiovasculares e o cancro são as doenças mais **mortíferas**. (p. 9)

(Mudança de substantivo para adjetivo)

- Modulação – Mudança do ponto de vista semântico:

TP: Some nurses and midwives should also be educated as specialists in public health to work solely in this field alongside other public health specialists. (p. 5)

TC: Além disso, alguns enfermeiros e EEESMO devem ter também formação especializada em saúde pública para trabalharem em exclusividade neste campo, a par com outros especialistas neste domínio. (p. 11)

(Mudança da voz passiva para a voz ativa)

- Equivalência – quando as línguas, para expressar uma mesma situação, usam mecanismos estilísticos e estruturais diferentes. Vinay e Darbelnet apresentam

o exemplo “Like a bull in a china shop/Comme un chien dans um jeu de quilles”.

- Adaptação – Quando a situação descrita no TP não existe na língua de chegada e é preciso encontrar um equivalente. Um dos exemplos dados por Vinay e Darbelnet é a nível dos desportos mais populares do Reino Unido e da França, *cricket* /*Tour de France*.

Jeremy Munday (2014, p. 111) destaca ainda outras técnicas descritas por Vinay e Darbelnet, que considera manterem-se “atuais na teoria da tradução”:

- Amplificação e economia - a língua de chegada usa mais ou menos palavras do que a língua de partida

  TP: The next decade is likely to be challenging for Member States due to the consequences of the international financial and economic crisis and the continued problems of social exclusion, and health inequality. (p. 4)

  TC: Provavelmente, a próxima década será um desafio para os Estados-membro, em virtude das consequências da crise económica e financeira internacional e dos problemas permanentes da exclusão social e das desigualdades **em matéria de** saúde. (p. 10)

(Recurso a mais palavras no TP; amplificação e explicitação, à semelhança do exemplo seguinte)

A explicitação acontece quando a informação implícita no TP é tornada explícita no TC; pode ocorrer a vários níveis (gramática, semântica):

TP: Innovative roles such as the family health nurse, launched by the Regional Office, is focused particularly on promoting and protecting people’s health throughout the life-course, and reducing the incidence of and suffering from the most common and preventable diseases and injuries. (p. 6)

TC: O enfermeiro de família, figura inovadora lançada pelo Escritório Regional, está especificamente focado na promoção e proteção da saúde das pessoas ao longo do ciclo de vida, e na redução da incidência das doenças e lesões mais frequentes e evitáveis e do sofrimento **a elas associado**. (p. 12)

4. O “fator humano” segundo Roberto Mayoral Asensio

Mesmo com os detalhes deste quadro teórico-prático para produzir a tradução correta, adequada, Mayoral Asensio entende que há algo que escapa às especificações da encomenda de tradução e à consideração de todas as variáveis do ato comunicativo:

> In my opinion, even if we aim to systematize with maximum precision all the communicative factors and the translation brief parameters which play a role on the translation of a given text, the results of this process are subject to a huge, almost infinite, variety. (Mayoral Asensio, 2003a, p. 3))

Na sua perspetiva, grande parte dos teóricos da tradução omite o “fator humano”, ou seja o impacto que a personalidade, subjetividade e criatividade do tradutor tem nas traduções que faz e que implica que, perante uma mesma encomenda, dois tradutores produzam um TC diverso. Isto porque, para Mayoral Asensio (2003a, p. 3), a tradução é uma arte (*craft*, no sentido explicado a seguir, e não se afigura que se esteja a referir à tradução literária) e ninguém esperaria que dois pintores executassem retratos iguais, mesmo usando o mesmo modelo, nas mesmas circunstâncias e a partir de indicações idênticas.

> The approach to translation as an «art» was put aside long ago and replaced by the consideration of translation as a «science» (sic; you can only consider a science the discipline that studies it). I think it is high time to recover the idea of translation as a craft or, more precisely, as a «technology» in the sense of technology as a human activity leading to the efficient execution of a rational task (Toulmin 1972, Mayoral 2001). (Mayoral Asensio, 2003a, p. 3)

Na sua perspetiva, esta abordagem implica a aplicação de variáveis técnicas (resultantes do conhecimento científico) e também de fatores de ordem artística e ligados à criatividade (Mayoral Asensio, 2003a, p. 9).

O fator humano não será algo evidente na abordagem às tarefas executadas durante este estágio, mas talvez seja patente nos bastidores do texto traduzido, quando se vai de recurso a recurso de pesquisa até esgotar todos os meios ao alcance do conhecimento para assegurar o rigor do TC; ou quando se busca, por todos os

meios, a palavra certa na língua de chegada, a palavra adequada àquele destinatário e contexto.

É também Mayoral Asensio que, no mesmo texto ("Theoretical detachment from reality: academic *versus* professional views on translation"), compara os ofícios de jornalista e de tradutor, ambos fadados para a busca incessante de conhecimentos que variam segundo a notícia ou a tarefa, mas que realmente não têm:

> It should not be overlooked that the professional translator is constantly struggling to compensate for his or her own ignorance and succeed in their everyday challenge: transmit information that they are not able to comprehend to the same extent as the original producer, more often than not an expert in the subject matter of the source text. Translators are also expected to master the specialised linguistic register to be replicated in the target language, regardless of their specific proficiency and degree of familiarity with the subject matter they are dealing with. In everyday life, professional translators are expected to draw upon their documentation skills – *i.e*. information search and retrieval - although these will not be enough for them to write as engineers or to express themselves in the same way as a literary Nobel prize-winner. For all of these reasons, professional translators usually opt to disguise their ignorance, feign knowledge and mastery and imitate the original (Robinson 1997:148-151). The top priority in their agenda is to ensure that their knowledge and skills equal those of the original author in the opinion of the target text recipients. In many respects, the variables constraining the performance of the professional translator resemble those affecting other communication professionals, such as journalists, information managers or editors. (Mayoral Asensio, 2003a, pp. 4-5)

Jornalistas e tradutores são mediadores culturais, os primeiros, em princípio mas não em exclusivo, intralinguísticamente, os segundos interlinguísticamente. Ambos os profissionais lidam com uma variedade de assuntos e temáticas, o que requer um uso criterioso de fontes de pesquisa e de investigação. Trabalham para suportes diferentes e têm de adaptar os textos ao meio de divulgação.

O ritmo de trabalho do jornalista pode implicar, no quotidiano diário, fazer uma cobertura de uma visita de um membro do Governo de manhã – com todos os temas centrais e colaterais associados – e, à tarde, ir por exemplo a um congresso de computação na universidade, no qual, eventualmente, terá de fazer de intérprete ao entrevistar um matemático russo, que fala num inglês pouco claro, sobre os últimos avanços naquele domínio. E depois terá de escrever, de forma rápida, uma notícia apelativa sobre aquele assunto. Terá de se documentar no escasso tempo que tem de

forma a produzir o melhor texto, que talvez saia numa versão reduzida em nome da rapidez, mas será o texto possível naquelas circunstâncias concretas.

Confrontado com o ritmo das exigências do dia-a-dia e a variedade de textos e temáticas, o tradutor profissional tentará também produzir o melhor TC nas circunstâncias concretas e de acordo com as instruções do cliente.

Em artigo publicado já em 2016, Yves Gambier defende também que se podem traçar paralelismos entre as duas profissões e que tradutores e jornalistas beneficiariam de uma partilha de experiências. Ambas têm sido confrontadas com a emergência das tecnologias de informação e comunicação, e com o afluxo generalizdo de amadores, facilitado pelo recurso às TIC. Gambier refere também que, mais importante do que adquirir conhecimento que rapidamente se torna obsoleto, é a aquisição de competências e nota ainda que ambas as profissões implicam a tomada de decisão de forma autónoma e a capacidade de auto-avaliação.

> Nevertheless, certain parallels can be drawn between translators and journalists, who have likewise been confronted with computerization and an influx of amateurs. They work with written and oral forms and have a sociocultural responsibility that goes beyond the immediacy of the statements produced (Gambier, 1994). They require abilities to document properly and conduct terminological research. They need to be able to establish relationships with other experts. The communicational efficiency of media professionals could be a useful lesson for translators, and the translators' concern for quality and precision could serve to assist media professionals increasingly being asked to sight translate to synthesize their texts more effectively. In both cases, acquiring skills is more important than gaining knowledge that is rapidly rendered obsolete, and where autonomous decision making and the ability to self-evaluate are essential. Finally, both professions are confronted with ICTs and all the transformations they imply within production workflows and in the distribution channels of information. As in journalism, the means and tools users have at their disposal today are making translation desirable and feasible. (Gambier, 2016, pp. 894-895)

CAPÍTULO III - Problemas de tradução

Introdução

Neste capítulo do relatório analisam-se alguns problemas que surgiram durante o estágio, recorrendo, sobretudo, ao pensamento de Nord sobre esta matéria.

Como já foi referido anteriormente, Nord (1997a, pp. 58-59) preconiza uma hierarquização funcional dos problemas de tradução e propõe quatro categorias de problemas de tradução: pragmáticos, culturais (relacionados com convenções), linguísticos e específicos do texto de partida.

Neste capítulo, vou deter-me em problemas de ordem pragmática e linguística com que me deparei no projeto da OMS.

Termino com uma breve abordagem dos estatutos das ordens dos enfermeiros da Croácia e da Sérvia, dado que os problemas de tradução que apresentaram levaram à sua não tradução.

1. Problemas pragmáticos

1.1 Enfermeiros e enfermeiros especialistas em saúde materna e obstétrica – porquê manter a distinção no TC?

O TP refere-se a duas atividades – *nursing* e *midwifery* – e o TC reproduz essa distinção – enfermagem e enfermagem de saúde materna e obstétrica - embora eu admita que na organização socioprofissional da enfermagem em Portugal ela possa ser um pouco artificial.

No Reino Unido, cuja língua – e, quiçá, cultura – constitui a língua de partida do TP – existe esta distinção entre *nurses* e *midwives*, cuja formação se faz em cursos diferentes (embora um enfermeiro possa, em certas condições, obter esse grau), como se pode ler no sítio do *Nursing and Midwifery Council* (Nursing & Midwifery Council, 2016). Esta situação é idêntica noutros países que integram a OMS Europa e noutras

nações por todo o mundo, nos quais as parteiras, por razões históricas, têm uma intervenção e visibilidade que não tem paralelo em Portugal. Nesta falta de visibilidade algum papel terá, ainda que marginal, a própria designação – EEESMO – tanto mais que uma associação do setor até lançou um inquérito aos profissionais para a modificar.

Nesse questionário lançado pela Associação Portuguesa de Enfermeiros Obstetras (APEO) lê-se o seguinte:

> Em Portugal, os Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (EEESMO) desempenham as mesmas funções que a parteira a nível mundial. As qualificações académicas exigidas para o exercício legal da sua atividade são reconhecidas pela entidade reguladora do seu país.
> O EEESMO é um profissional autónomo que trabalha em parceria com as mulheres, famílias e comunidades, no sentido de alcançar resultados na gravidez, no nascimento e ao longo do ciclo reprodutivo da mulher. Atua nas áreas do planeamento familiar, do diagnóstico e vigilância da gravidez normal, na realização de programas de preparação para a parentalidade e para o parto, na assistência e realização do parto normal, na vigilância do puerpério normal, assim como no cuidar da puérpera e do seu recém-nascido, de entre outras. Pode atuar em diferentes contextos, nomeadamente na comunidade, nos hospitais, em unidades de saúde ou clínicas privadas. Tem as suas competências específicas definidas e regulamentadas pela Ordem dos Enfermeiros.
> A Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras – APEO - é uma associação profissional representativa dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica. Tem como objetivos promover a intervenção do EEESMO nos cuidados de saúde primários e diferenciados, bem como defender os interesses destes profissionais promovendo a sua autonomia e responsabilidade.
> Ao EEESMO, no seu percurso histórico, têm sido atribuídas diferentes nomenclaturas tais como parteira, enfermeira parteira, de entre outras. Atualmente o nome atribuído a este profissional não é consensual entre os profissionais da área e tem sido verbalizado e identificado como um fator capaz de originar alguma confusão junto do cidadão e da família que é alvo dos seus cuidados, não promovendo a sua identificação.
> Com este inquérito pretendemos identificar o nome atribuído ao EEESMO que melhor descreva a sua função e contribua para a sua identidade profissional, tendo em conta a sua opinião como profissional especializado. (Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras, s.d.)

A APEO pergunta qual a designação que os profissionais acham mais adequada: enfermeiro/a parteira, enfermeiro/a obstetra, enfermeiro/a de saúde materna e obstétrica ou outra designação a indicar.

Em Portugal, tal como noutros países, as *midwives* – por razões históricas e sociais, a esmagadora maioria, no Reino Unido, são mulheres - são os enfermeiros

especializados em saúde materna e obstétrica que realizam a atividade profissional da parteira, nas áreas do planeamento familiar, vigilância da gravidez normal e assistência e realização do parto normal, entre outros domínios da saúde da mulher e do recém-nascido.

A saúde materna e obstétrica é uma das várias especialidades que o enfermeiro diplomado com o curso geral de enfermagem pode fazer após completar esta formação básica.

Segundo parecer da Mesa do Colégio de Especialidade de Saúde Materna e Obstétrica da OE, "o exercício do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (EEESMO), designação que na legislação europeia corresponde a "Parteira", insere-se no contexto de atuação do EESMO" (Ordem dos Enfermeiros/Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, 2010).

Portanto, quando em português se diz "os enfermeiros", os EEESMO também estão abrangidos, tal como os restantes enfermeiros que adquiriram a sua especialidade em saúde comunitária, enfermagem médico-cirúrgica ou outras, e que têm qualificações e competências altamente diferenciadas nas respetivas áreas de especialização. Mas quando em inglês se diz "nurses", não se está a abranger as parteiras.

Ao exportar para o TC essa distinção não se estará a criar uma divisão artificial e que, eventualmente, não terá sido intenção do autor do TP? Sem querer negar a importância da *midwifery* noutros países, em Portugal para cumprir os desideratos programáticos do documento, além dos EEESMO também terão eventualmente o seu papel e importância nesta missão os enfermeiros comunitários, os enfermeiros de saúde infantil e pediátrica e os restantes especialistas.

Deste modo, numa tradução destinada puramente aos enfermeiros portugueses poder-se-ia admitir fundir os dois conceitos no termo geral "enfermeiros", como se verifica na generalidade dos textos publicados na área?

Para atestar a estranheza de enunciar "enfermeiros e EEESMO" basta pesquisar o enunciado entre aspas no Google, como fiz no dia 3 de julho de 2016, com nenhuns

resultados. Repeti a pesquisa, nos mesmos termos em 16 de julho, e apareceu-me um resultado, a publicação que resultou da tradução feita no estágio curricular na SRC-OE e que foi, entretanto, publicada no sítio da Ordem dos Enfermeiros (Google, 2016).

Esta distinção colocou-me uma questão retórica: seria desnecessária esta distinção no TC – que, além disso, torna o texto repetitivo e, porventura, dificulta a sua leitura – quando a especialidade de enfermagem de saúde materna e obstétrica é apenas uma das várias que existem na área da enfermagem?

A resposta intuitiva e depois refletida acabou por ser negativa, devido à importância que a OMS atribui à prestação de cuidados pelas *midwives* e ao seu impacto na saúde das populações. Uma opção mais moderada seria, por exemplo, referir as duas áreas (enfermagem e ESMO) na primeira vez que a designação surgisse no TC, assinalar, numa nota de rodapé, a menção implícita a partir daí, e depois simplificar. Mas admito que mesmo uma solução desse tipo poderia contribuir para minimizar o que a política e estas orientações estratégicas da OMS pretendem valorizar.

Portanto, esta distinção feita no TP teria de ser mantida no TC, porque a omissão dos EESMO ou a sua dissolução (mesmo na sequência de uma primeira referência após uma eventual nota explicativa) na categoria geral dos enfermeiros, não me pareceu adequada, dada a importância destes enfermeiros especialistas na prestação de cuidados de saúde materna e obstétrica e no acompanhamento de grávidas e mães e em virtude do destaque que a OMS confere à classe.

Em Portugal, essa importância está consagrada na legislação, mas na prática isso não se verifica, pelo menos na sua plenitude: em 2013, a Mesa do Colégio da Especialidade de ESMO recomendava, num parecer, que "a persistência em não reconhecer, na prestação de cuidados, as competências dos EEESMO deve ser apresentada às instâncias europeias competentes" e preconizava o recurso ao Tribunal Europeu (Ordem dos Enfermeiros/Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica, 2013). A nível internacional o panorama é diferente.

Rosa Castro escrevia, em 2011, na sua dissertação de mestrado, que:

> Nalguns países, a parteira detém um papel fundamental e claramente visível na assistência ao nascimento. Em Portugal apesar de todo o investimento teórico prático e da —relativa autonomia legalmente conquistada, ocorrem lutas de poder que tomam força na "dramatização" e "patologização" do acto de nascer, o que torna a classe médica como elemento chave. (Castro, 2011, p. 14)

De acordo com a *International Confederation of Midwives* (ICM),

> the midwife is recognised as a responsible and accountable professional who works in partnership with women to give the necessary support, care and advice during pregnancy, labour and the postpartum period, to conduct births on the midwife's own responsibility and to provide care for the newborn and the infant. (International Confederation of Midwives, 2016)

A questão é que é necessário manter no TC a importância estratégica que a OMS atribui às parteiros/EEESMO pelo seu papel na saúde materna e das crianças e na redução de males como a mortalidade infantil e materna e, consequentemente, no desenvolvimento. Outro aspeto é a interrogação sobre o papel que terão as restantes especialidades de enfermagem nesta estratégia da OMS.

Numa tradução puramente documental, a opção para a tradução do termo original seria por "parteira". Também se o termo *midwife* surgisse numa obra de ficção ligeira, seria essa igualmente a mesma opção, embora a designação de parteira tenha sido extinta oficialmente em Portugal na sequência de alterações introduzidas no ensino da enfermagem após o 25 de Abril de 1974 (Galhardo, 2004, p. 20).

Segundo Galhardo:

> O termo "Parteira" é reconhecido em todo o mundo, e é assim, que a legislação comunitária se refere em todos os seus documentos. Todos os Estados membros têm uma designação específica e em Portugal é designada como "Enfermeira Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica". (2004, p. 18)

Por outro lado, a sua manutenção e o estranhamento que despertará a alguns dos leitores lembra aos destinatários na cultura de chegada que este é um documento de política europeia, para aplicar não só em Portugal mas em todos os países que integram a Região Europeia da OMS. Talvez a eficácia na receção da mensagem com um texto tão repetitivo, nomeadamente na sua vertente apelativa, seja comprometida

com esta repetição, mas também é verdade que os enfermeiros portugueses estão cientes destas realidades e de que se trata de um texto de âmbito internacional.

Galhardo (2004), na dissertação de mestrado na área da EESMO apresentada ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, escreve:

> Utilizamos o termo parteira até à sua integração no ensino de enfermagem e depois outros termos como "enfermeira parteira" e finalmente enfermeira especialista em enfermagem de saúde materna e obstétrica, integrada no ramo da especialização em enfermagem com o CESE [Curso de Estudos Superiores Especializados] ou equivalente legal. (p. 19)

E refere-se também à OMS e à forma como esta valoriza a enfermagem de saúde materna e obstétrica:

> As necessidades sociais em cuidados de saúde na área materno-infantil e a política de saúde definida pelo Estado, vão como que modelando o percurso destas enfermeiras. Por outro lado, surgem pressões sociais que apelam a uma maior capacidade de acção da enfermagem como resposta às solicitações de determinadas organizações internacionais - Organização Mundial de Saúde (OMS) e Comunidade Económica Europeia (CEE) - no sentido de minimizar ou erradicar problemas de saúde. Assim, em constantes reformulações formativas, as parteiras e enfermeiras parteiras preparam-se para dar resposta às exigências que lhes são colocadas. (Galhardo, 2004, p. 20)

Pode parecer um paradoxo, mas o TP é um documento destinado a 53 Estados-membro e os destinatários são muito variados. O TC tem como emissor a OE mas com a noção de que a informação é oriunda de uma instituição internacional e que os seus destinatários primeiros são aquele conjunto diversificado de países. As realidades socioprofissionais divergem e não existe uma equivalência direta entre conceitos nas diferentes culturas.

2. Problemas linguísticos

2.1 A tradução de *evidence* e de *cost-effective*

Os conceitos de *evidence* e de *evidence-based practice/nursing/care* surgem frequentemente no TP. Eis alguns exemplos:

> A growing body of evidence shows these new models for services and nursing and midwifery practice are leading to cost-effective, people-centred services with better patient outcomes. (p. 2)
>
> It is important that initial training of nurses and midwives promotes a commitment to evidence-based practice (…) (p. 9)
>
> It is of utmost importance that patient safety, quality of care and the ability to apply evidence-based clinical practice are central to nursing and midwifery professional education. (p. 9)
>
> Member States need to use accurate and complete data, appropriate methods and relevant tools to make evidence-based decisions to monitor and plan the nursing and midwifery workforce. (p. 10)

Num glossário da OMS, o conceito de *evidence* é definido como "any form of knowledge, including, but not confined to research, of sufficient quality to inform decisions" (WHO, 2011, p. 7).

Já no Medical Subjects Headings - MeSH, encontra-se a seguinte definição de *evidence-based practice*:

> A way of providing health care that is guided by a thoughtful integration of the best available scientific knowledge with clinical expertise. This approach allows the practitioner to critically assess research data, clinical guidelines, and other information resources in order to correctly identify the clinical problem, apply the most high-quality intervention, and re-evaluate the outcome for future improvement. (National Library of Medicine, 2016)

É também o MeSH que apresenta a seguinte definição de *evidence-based nursing*:

> A way of providing nursing care that is guided by the integration of the best available scientific knowledge with nursing expertise. This approach requires nurses to critically assess relevant scientific data or research evidence, and to implement high-quality interventions for their nursing practice. (National Library of Medicine, 2016)

Segundo o *Medical Dictionary Online!* a mesmo *evidence-based nursing* significa:

> A way of providing Nursing Care that is guided by the integration of the best available scientific Knowledge with nursing expertise. This approach requires Nurses to

> critically assess relevant scientific data or Research evidence, and to implement high-quality interventions for their Nursing practice. (Medical Dictionary, s.d.)

Sobre o conceito de *evidence-based medicine*, os autores de *Medical Translation Step by Step* referem:

> Evidence-based medicine is the conscientious, explicit and judicious use of current medicine in making decisions about the care of individual patients. The practice of evidence-based medicine and health care requires the integration of individual clinical expertise with the best available external clinical evidence from systematic research. (Montalt Resurrecció & González Davies, 2007, p. 79)

O MeSH refere a propósito de *evidence-based care*:

> A way of providing Health care that is guided by a thoughtful integration of the best available scientific Knowledge with clinical expertise. This approach allows the practitioner to critically assess Research data, clinical guidelines, and other information resources in order to correctly identify the clinical problem, apply the most high-quality intervention, and re-evaluate the outcome for future improvement. (National Library of Medicine, 2016)

Neste mesmo MesH, o conceito de *evidence-based* tem também entradas no domínio geral dos cuidados de saúde e da gestão do setor e da medicina, entre outras áreas. (National Library of Medicine, 2016)

Embora seja um desvio do significado dicionarizado de *evidência* em português, o certo é que a tradução direta para "baseado em evidência" está consagrada no mundo da enfermagem e da saúde, como se pode comprovar em várias teses e sítios consultados, e até na existência do Centro de Investigação de Medicina Baseada na Evidência, dirigido pelo médico António Vaz Carneiro.

De acordo com o dicionário da Porto Editora em linha, *evidência* quer dizer "noção clara, certeza manifesta" (Dicionário da Língua Portuguesa, 2003-2016). O dicionário Priberam da Língua Portuguesa refere que significa "qualidade de evidente; certeza manifesta" e *em evidência* quer dizer "exposto à vista de todos" (Dicionário Priberam, 2016). *Evidente*, por seu turno, é "o que todos vêem e podem verificar" e o que se compreende desde logo". Como sinónimos de *evidente* são adiantados os

termos *visível*, *claro*, *incontestável*, *inequívoco*, *manifesto*, *óbvio* e *patente* (Dicionário Priberam, 2016).

Em várias pesquisas feitas através da internet, a tradução para português mais comumente encontrada, é a direta, literal – *baseada na evidência* - e deteta-se em sítios oficiais, do ensino, da saúde e profissionais, nomeadamente no mundo da enfermagem. Eis alguns exemplos que evidenciam a consagração desta tradução:

No documento da Direção-Geral de Saúde *Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-estar*:

> (…) existe *evidência* científica crescente sobre a nocividade para a saúde de se estar muitas horas nesta posição.
>
> Usar estratégias baseadas em *evidência* científica que contribuam, através da sua monitorização e avaliação, para o reforço da produção de informação e investigação de qualidade neste domínio. (Silva, Graça, & Mata, 2015, p. 4)

No relatório do projeto de mestrado na área da tradução médica, de Carolina Costa Pais Fonseca, *Questões de Tradução de "Medication Safety in Pregnancy & Breastfeeding – The Evidence-Based A-to-Z Clinician's Pocket Guide"*, que regista alguma variação:

> O CCoPE desenvolveu informação actualizada, baseada em *evidências* de diagnóstico, tratamento, prognóstico e efeito no resultado fetal de cancro durante gravidez. (p. 18)
>
> Não há *provas* suficientes para apoiar a ingestão de doses duplas de esteróides pré-natais (…) (Fonseca C. C., 2009, p. 90)

Na tomada de posição da OE "Investigação em Enfermagem" :

> Considera-se uma prática de Enfermagem baseada na evidência como sendo a incorporação da melhor *evidência* científica existente (quantitativa e qualitativa), conjugada com a experiência, opinião de peritos e os valores e preferências dos utentes, no contexto dos recursos disponíveis. (Ordem dos Enfermeiros, 2006)

Na InterActive Terminology for Europe (IATE) para *evidence-based medicine* é proposto, na área das ciências médicas, “medicina factual”, “medicina baseada na prova” e “medicina baseada na evidência” (IATE, 1995-2014).

É também a tradução mais frequente encontrada em dicionários e portais de tradução em linha como o Linguee (Linguee Dicionário Inglês-Português, s.d.b), Reverso (Reverso Context, s.d.c) ou Mymemory (Mymemory Translated.Net, s.d.a).

No meio desta unanimidade em relação à tradução literal de *evidence*, há, no entanto, algumas vozes discordantes.

No portal Ciberdúvidas é sugerido para o anglicismo semântico *evidence* a tradução por *provas* e não por *evidência*. Neste portal lê-se o seguinte (no contexto de uma questão colocada por um falante do Brasil e da respetiva resposta):

> Assim, num texto técnico, p. ex., na frase «Nossos trabalhos nos trouxeram evidência de superfaturamento», é seguro afirmar que a palavra "evidência" pode ser substituída por "prova", ou seria mais adequado substituí-la por "indício"? Muito obrigado!
>
> **Evidência**, no sentido que aponta, é um anglicismo que se deve evitar. É, de facto, **prova** o termo correcto nestes casos e ainda noutros, como na justiça, em que os Ingleses também usam "**evidence**" com o significado de **prova**.
>
> (Fonseca F. V., 2016)

Em 2006, o matemático e antigo ministro da Educação e Ciência Nuno Crato também se pronunciava contra a tradução direta:

> Na tradução deve ter-se particular cuidado, para não induzir em erro. Por exemplo, «scientific evidence» deve ser traduzido por «provas científicas» ou «dados científicos», evitando a errada tradução por «evidência». (Crato, 2006)

Referindo-se à tradução para o espanhol, que parece também ter adotado o decalque, o tradutor da área da saúde Fernando A. Navarro (2001, p. 171) sustenta que se deve evitar o decalque (idêntico ao que se verifica em português), considerando que é muito mais útil para o leitor usar, por exemplo, a tradução “medicina científico-estadística” ou, admitindo que esta primeira possa parecer

complicada, “medicina factual”. Entende que os *hechos* são as *evidences* do inglês, que nada têm a ver com as *evidencias* do espanhol.

Francisco Javier Acosta Artiles (2015, pp. 340-341) critica também a tradução literal para espanhol e defende "medicina sustentada en hallazgos [achados]"

Em Portugal, o próprio diretor do CEMBE admitia, em entrevista, a ambiguidade da tradução e sentia necessidade de a justificar:

> **Raio-X- A evidência é evidente ou necessita de prova?**
> **AVC –** António Vaz Carneiro – A evidência é, na nossa língua portuguesa, aquilo que não necessita de prova, precisamente por ser evidente. A Medicina Baseada na Evidência é de facto a Medicina Baseada na Prova. Ou seja, tentámos ajustar o conceito internacional à língua portuguesa quando, há 16 anos, criámos o Centro de Medicina Baseada na Evidência. Fizemos uma tradução à letra de uma palavra que não tem exatamente o mesmo significado. De qualquer forma, creio que todos sabemos hoje que a evidência é, neste contexto da Medicina, a prova. A palavra foi adquirindo, ao longo destes anos um novo significado. Hoje, a evidência médica é aquilo que suporta a decisão clínica. (Carneiro, 2016)

A título de comentário, posso referir que a sensação ao ler esta expressão em português tem sido de estranheza, ou por não ser profissional do meio ou por estar ainda ligada ao conceito usual de “evidência”. Mesmo depois de todos estes meses a lidar com o tema, continua a não ser muito evidente que a expressão *evidence based* tenha a ver com o conhecimento científico (e a sua meta-análise), mas o certo é que o uso está, como tentei demonstrar, consagrado.

Além disso, a encomendante, simultaneamente revisora técnica, também deu indicações sobre a consolidação da expressão no meio. Optar por outra tradução semanticamente mais correta, mas divergente da que já se encontra implantada, iria baralhar a compreensão do texto junto do público-alvo e seria um desvio da tradução de tipo domesticante e da indicação terminológica dada por agentes fulcrais no ato translatório.

A abordagem à forma como a *evidência* no sentido de conhecimento científico e de análise de dados para a sustentação da tomada de decisão se implantou no discurso da saúde e da ciência em Portugal é também sinal do predomínio do inglês

como língua global. Essa influência é visível igualmente no caso do substantivo *cost-effectiveness* e da respetiva forma adjetival.

Esta expressão do jargão económico - *cost-effective* - surge duas vezes no TP:

> A growing body of evidence shows these new models for services and nursing and midwifery practice are leading to cost-effective, people-centred services with better patient outcomes (…) (p. 2)
>
> (…) can help inform strategies to ensure the most appropriate and cost-effective combination of roles and staff. (p. 10)

Mais uma vez a tradução foi literal, de decalque, com o anglicismo *custo-efetivo*, sugerido pela encomendante, que aludiu ao seu uso generalizado no campo da gestão da saúde.

O tradutor médico Fernando A. Navarro (2001, p. 155) sugere, para a língua espanhola, *rentable*, o que daria "rentável" em português, a hipótese equacionada inicialmente na tradução portuguesa. Mas também em Espanha, se verifica a tradução literal, como admite este autor:

> Cost-effectiveness - Cuando la relación entre el costo y la eficacia de un procedimiento terapéutico es favorable, decimos de él que es rentable (cost-effective). Efectivamente, la mejor traducción para la expresión cost-effectiveness es rentabilidad, mucho más concisa además que la traducción que se ve con frecuencia: «relación costo-efectividad».Tenemos aquí un ejemplo claro de que el principal motivo para adoptar los anglicismos no es, como muchos pretenden, su mayor brevedad. (Navarro., 1995)

A linguagem especializada está cheia de anglicismos o que não é de estranhar quando se sabe que a maior parte da comunicação científica é escrita em inglês para a sua divulgação global.

Pode-se afirmar também que na resolução destes problemas se optou pela preservação da função comunicativa, sobretudo no caso de *evidence-based*, e pelo respeito das indicações terminológicas prestadas pela encomendante.

3. O inglês como *lingua franca* – Estatutos das ordens croata e sérvia

O predomínio do inglês enquanto língua de comunicação global é também patente no projeto de tradução dos estatutos das ordens croata e sérvia, traduzidos dos respetivos idiomas nacionais para a língua inglesa.

Segundo Schäffner (2007, p. 139), o predomínio do inglês na tradução é basicamente um facto político, que deriva do poder dos EUA e do legado do império colonial britânico, fatores que fizeram com que este idioma se tornasse a língua de comunicação em vários contextos.

A ideia inicial era traduzir estes textos normativos com caráter regulador e prescritivo de forma domesticante, procurando as equivalências entre órgãos estrangeiros e nacionais e adequando a fraseologia à existente na redação destes textos legais em português, como preconizam Alcaraz Varó e Hughes (2002, p. 3). O objetivo seria produzir um texto familiar para os leitores, os enfermeiros portugueses.

> We shall assume that the translation is to be of the 'domesticating' kind, designed to sound as natural as possible to the target-culture reader, even though there are clearly situations and clients that require alternatives such as the use of loan words or the invention of neologisms. (Alcaraz Varó & Hughes, 2002, p. 3)

Em termos abstratos, tentaria fazer o tipo de tradução indireta (oblíqua, segundo Vinay e Darbelnet) que Alcaraz Varó e Hughes (2002, p. 180) defendem: "The essence of the method is to produce on the target reader an equivalent effect to that produced by the source text".

Na obra *Legal Translation Explained* (2002), estes dois autores (Alcaraz Varó & Hughes, 2002, pp. 101-102) explicam que este método se afasta da tradução literal, evitando a colagem ao vocabulário e sintaxe da língua de partida, visando produzir um discurso natural e idiomático, mas não descurando o rigor em relação ao TP.

O tradutor jurídico, adiantam Alcaraz Varó e Hughes (2002, p. 3), procura uma equivalência para cada parte do TP, palavra por palavra, frase por frase ou conceito por conceito.

O projeto relativo a estes dois textos evidencia várias dimensões que se podem levantar no trabalho dos tradutores: o abandono da tarefa por impossibilidade de a

concretizar, a globalização e o fenómeno do inglês como língua de comunicação, a tradução para língua não materna e as dificuldades da tradução jurídica e as especificidades deste setor.

Porque esta encomenda se saldou, afinal, pela não concretização da tarefa e porque, entretanto, foi necessário investir noutros projetos, as considerações serão muito breves, quase esquemáticas.

Em relação ao primeiro aspeto, a não concretização da tarefa atribuída, ela ficou a dever-se às deficiências na redação dos estatutos - situação que se colocou com maior agudeza no texto legal sérvio – e ao facto de outras tarefas terem sido consideradas prioritárias pelo "cliente".

Construções erradas e desorganização sintática e designações inesperadas ou estranhas de órgãos estatutários são alguns dos fatores que dificultaram a fixação do significado de um número considerável de artigos, sobretudo no caso dos estatutos da organização sérvia, como se pode verificar na redação do artigo 51 do *Statute of Chamber of Nurses and Health Technicians of Serbia*:

> Court of honour implement oral argument in order to determine the subject of the discipline procedure and to implement the hearing fo weatnesses [sic] and/or competent party.
>
> Evaluation of other evidence Court of honour, by the rules, implement outside of oral argument, in session of the Court.
>
> Decision about the discipline sanction the Court will bring with majority of the votes of all members of the Court of honour.
>
> About implemented oral argument, evaluation of other evidence and negotiation and voting, it is recording the miutes [sic].
>
> (Statute of Chamber of Nurses and Health Technicians of Serbia, 2006, p. 18)

Um exemplo de dilema na tradução surgiu com o órgão *court of honour*, para o qual não se encontrou equivalência direta em português nem noutras línguas em órgãos estatutários semelhantes; a hipótese de traduzir para *conselho jurisdicional*, caso se chegasse à conclusão que as funções e atribuições de ambos os órgãos coincidiam, restava a dúvida de saber se no ordenamento jurídico sérvio existe ou não um *court of honour* e que talvez fosse útil conhecê-lo antes de o "domesticar" de uma

forma tão radical. Porque uma tradução literal para *tribunal de honra* remeteria os destinatários na cultura de chegada para associações de escuteiros ou, eventualmente, para o universo militar, âmbitos onde esta designação existe.

Também ciente destas deficiências, e por o responsável na OE que pedira essas traduções, ter abandonado entretanto a instituição, a Ordem desistiu do projeto, dando prioridade à tarefa relativa ao documento da OMS.

Estas considerações remetem para a distinção feita pelo filósofo alemão Friedrich Schleiermacher (1813/2003, p. 61) entre dois métodos de tradução, o dissimilatório e o assimilatório: "ou o tradutor deixa o mais possível o escritor em repouso e move o leitor em direção a ele; ou deixa o leitor o mais possível em repouso e move o escritor em direção a ele".

A reflexão entretanto feita leva a considerar que, caso fosse possível chegar a uma hermenêutica dos dois textos de regulação profissional, uma estratégia de tradução possível seria a que mantivesse a proximidade com o texto de partida. Esta conclusão parte da constatação da utilização do inglês como língua de comunicação, mas num registo desviante, e da impossibilidade de aceder às línguas e culturas de partida (croata e sérvia), a não ser de forma muito reduzida, e ainda menos à realidade jurídica de cada um desses países.

Uma tradução deste tipo soaria estranha aos destinatários (os enfermeiros portugueses) e eles teriam de, com o seu conhecimento dos seus próprios estatutos e de outros documentos idênticos, descodificar as diferenças e semelhanças entre os sistemas reguladores das associações profissionais nacional e estrangeiras.

Também incapaz ainda de recriar o tipo de tradução – domesticante? estrangeirizante? – que os produtores dos dois TP utilizaram ao vertê-los respetivamente do croata e do sérvio para inglês e sem conhecimento da realidade legal daqueles países, esta afigurava-se como a opção de tradução possível.

Alcaraz Varó e Hughes (2002, p. 4) sustentam que, embora não seja necessário que o tradutor jurídico seja um especialista em direito, a verdade é que precisa de ter bons conhecimentos práticos das principais linhas dos dois sistemas legais do par de línguas. Esta exigência era incomportável com a encomenda relativa aos estatutos

croata e sérvio ou talvez a teoria lide com situações ideais e esse conhecimento ideal esteja desfasado em relação ao quotidiano dos tradutores profissionais. Eventualmente seria uma das situações em que se faria uma tradução mais rudimentar, a "gist translation" de que fala Byrne (2012, p. 132).

O projeto em torno dos dois estatutos evidencia a realidade do inglês como *lingua franca*. Quer como língua de comunicação internacional entre instituições de diferentes países, quer como principal língua em organizações internacionais, caso da OMS, ONU e UE. Um fenómeno idêntico verifica-se no domínio da investigação, com a pressão crescente para os cientistas divulgarem o seu trabalho em revistas internacionais, criando um novo nicho de mercado para os tradutores, como referem Montalt Resurrecció e González Davies (2007, p. 164) São estes mesmos autores que observam o seguinte em relação à criação de neologismos:

> Nowadays, most research journals in the biomedical fields are published in English, the *lingua franca* of biomedical research and technical communication in general. Therefore, most neologisms originate and are then translated into a wide range of languages. (Montalt Resurrecció & González Davies, 2007, p. 248)

Em 1996, Mayoral Asensio explicava o fenómeno da seguinte forma:

> En la comunicación especializada (y la traducción es básicamente comunicación entre lenguas), se han dado uma serie de circunstancias históricas recientes en las que participan tendencias contradictorias: una tendencia a la concentración y al monopolio que provoca al mismo tiempo la tendencia a la variedad y al individualismo; una realidad cada vez más rica y diversa que conlleva una tendencia a la especialización y una communicación interlingüistica cada vez más intensa. Los acontecimentos que han precipitado estas circunstancias han sido:
>
> 1) El desarrollo rapidíssimo de la ciencia pura (siglo XIX) y de la ciencia aplicada y la tecnologia (siglo XX).
>
> 2) El desarrollo de los medios de communicación. No sólo se ha producido una explosión de la información científica y técnica sino que, además, esta información se ha difundido durante las últimas décadas de forma amplíssima y com inusitada rapidez. Algunas de sus consecuencias han sido la vulgarización de palabras y expresiones técnicas; la penetración del inglés en otras lenguas hasta convertirse el inglés en la lengua de la communicación científica y técnica internacional por excelencia; la homogeneización cultural a nivel mundial según las pautas anglosajonas; una mayor influencia del inglés en los procesos de creación neológica en otras lenguas y una contribución a la internacionalización de conceptos y términos.
>
> 3) El desarrollo de las relaciones políticas internacionales. Este desarrollo se produce fundamentalmente tras la Segunda Guerra Mundial, a través de organismos como la

> ONU, la UNESCO, etc., y ha provocado, entre otras cosas, la multiplicación de la communicación interlingüistica e la normalización de conceptos.
>
> (Mayoral Asensio, 1996, p. 3)

Como o inglês falado por muitos destes falantes não tem ligação a nenhuma das culturas onde o inglês é a língua nacional, sendo antes um produto híbrido que resulta dos variados contextos a que estes falantes estão expostos, nomeadamente os média, Karen Zethsen (2010, p. 555) lança a interrogação se para esta *lingua franca* também existirá uma cultura *franca*. Zethsen entende que, apesar da globalização, o papel do tradutor enquanto mediador cultural implica sempre a filtragem dos referentes globais através do prisma local.

Mary Snell-Hornby (2006, p. 144) refere que esta variante da língua inglesa perdeu a sua identidade cultural e reduz-se a uma variante padronizada destinada à comunicação internacional. Assim, qualquer tradutor profissional, movendo-se no competitivo mercado internacional, deve conhecê-la, embora consciente de que se trata de uma mera *lingua franca*.

CONCLUSÕES

O estágio curricular realizado numa instituição como a Ordem dos Enfermeiros (na respetiva Secção Regional do Centro, com sede em Coimbra) foi uma experiência muito positiva, que permitiu aplicar e testar a aprendizagem realizada no Mestrado em Tradução da FLUC. Ao elaborar este relatório, e ao investigar as matérias surgidas, apercebi-me de que o estágio foi uma experiência deveras enriquecedora, mas que é somente um ponto de partida.

No que diz respeito a uma simulação da prática profissional do tradutor este estágio forneceu várias pistas sobre o que pode ser o trabalho como profissional independente no setor, numa visão naturalmente parcelar e incompleta, e levou a explorar algumas das teorias, abordagens e estratégias que se podem aplicar à atividade prática.

As teorias funcionalistas que, a partir do último quartel do século passado, desenvolveram um campo profícuo de reflexão e aplicação prática, constituem uma ferramenta produtiva para quem se abalança no mundo profissional da tradução. Desde logo, porque fornecem como que um manual geral de instruções sobre como se pode abordar cada trabalho que é pedido ao tradutor.

A necessidade de uma aplicação mais sistemática da noção de encomenda de tradução com a elaboração desta espécie de "caderno de encargos" de uma forma mais ou menos detalhada, mais ou menos consciente, mas sempre com o intuito de racionalizar a abordagem ao texto concreto e à produção da tradução, afigura-se como um contributo valioso retirado deste estágio.

Ao estabelecer com o cliente as coordenadas e os pressupostos que deverão balizar a construção do texto na língua de chegada, o tradutor, ao invés de dar um sinal da sua ignorância, pode estar a contribuir para combater o alheamento generalizado do iniciador em relação à necessidade da encomenda de tradução e até, eventualmente, a cimentar a sua imagem enquanto especialista em comunicação,

mediador intercultural e interlinguístico, que utiliza uma metodologia com parâmetros concretos para desempenhar o seu trabalho - na senda do que defendem Christiane Nord e Justa Holz-Mäntäri.

O esquema detalhado de Justa Holz-Mänttäri para o ato translatório, com a sua demarcação entre iniciador e encomendante, o produtor do texto original, o tradutor e o utilizador e o recetor do TC, poderá ser vantajoso nalgumas situações profissionais, em que todos esses agentes são distintos e têm propósitos comunicativos diversos.

Em muitas das situações de trabalho concreto poder-se-á recorrer ao modelo de Christiane Nord que, com o seu saber aliado à experiência, propõe um modelo que engloba os parâmetros da definição da encomenda, fator essencial em qualquer tarefa tradutiva, e ainda a abordagem prática à tradução, nomeadamente a análise do TP, a comparação entre TP e TC e a hierarquização dos problemas de tradução.

Este relatório tem várias limitações: desde logo, o facto de, apesar de eu só descortinar vantagens na encomenda de tradução, não a ter definido de uma forma explícita com o "cliente". Contudo, foi pelo *skopos*, o conceito cunhado por Hans J. Vermeer, que fiz a primeira abordagem, intuitiva e instintiva, ao encargo de traduzir para a Ordem dos Enfermeiros um texto como o documento estratégico da OMS. Concentrei-me nos destinatários e na função visada para o texto na cultura de chegada, tendo por base os pressupostos implícitos, contextuais.

É por isso que numa tradução orientada para estes destinatários específicos na cultura de chegada – os enfermeiros - teria de traduzir *midwife* por EEESMO, mas deveria optar pelo termo corrente *parteira* se a *midwife* surgisse numa obra de ficção ligeira vertida para português.

Numa abordagem ao pensamento de Jody Byrne (2012, pp. 13-14), verifica-se que este defende para a tradução técnica e científica algo que também pode ser produtivo noutros domínios: tirar partido das propostas da *Skopostheorie*, nomeadamente para determinar o que se pretende atingir com a tradução, combinando esse contributo com as teorias em torno do conceito de equivalência e o trabalho desenvolvido acerca dos tipos de texto.

Para Jody Byrne (2012, p.14), as teorias funcionalistas, por terem um caráter demasiado genérico, não permitem inferir indicações explícitas para o tradutor, no seu quotidiano profissional, e cumprir os objetivos específicos de cada trabalho que lhe é encomendado.

É verdade que, perante a variedade de textos concretos para traduzir, os critérios para determinar, por exemplo, o perfil do destinatário, no sentido de adequar a mensagem às suas características, dependerão mais, geralmente, do conhecimento, experiências e competências gerais do tradutor – no fundo, da sua imersão na cultura de chegada e no meio específico a que o texto diz respeito – do que o que aprendeu nos bancos da escola.

Neste contexto, concordo com Mayoral Asensio (2003a, pp. 4-5), quando refere que o tradutor – tal como o jornalista – está como que condenado a uma luta diária para superar as suas próprias limitações, o seu natural e inevitável desconhecimento sobre todas e cada uma das matérias que surgem nos conteúdos a traduzir ou as convenções e estilo a adotar.

Tal como do jornalista se espera que esteja bem informado sobre todos e cada um dos assuntos da atualidade, de forma a que, quando faz a cobertura de um evento e depois redige a notícia, domine todas as variáveis em jogo, do tradutor espera-se que saiba tanto sobre o assunto do TP como o respetivo autor e o transfira para a cultura de chegada com o domínio dos conteúdos, do estilo e da linguagem que correspondam aos pressupostos e expectativas dos destinatários.

O tradutor, mesmo o especializado (o jurídico, por exemplo), trabalha sobre textos com temas diferentes, o que o obriga a, a cada momento, habilitar-se com os conhecimentos necessários a cada um deles, ritmo que é também uma constante diária na vida do jornalista.

Os destinatários da notícia, para o jornalista, são o "cidadão comum, médio", cujas características são, geralmente, definidas pelos editores situados num edifício localizado na capital: é para este cidadão comum que o redator tem de escrever textos apelativos e "com substância".

Para o tradutor, o perfil dos destinatários é geralmente baseado num avaliação empírica que será, muitas vezes, um exercício sobretudo de subjetividade e de bom senso por parte do tradutor, associada, claro, às indicações prestadas pelo cliente.

Além disso, como observa Byrne (2012) e como pude constatar na prática, os trabalhos de tradução raramente são acompanhados pela encomenda. Mas cabe ao tradutor exigir e negociar essas instruções e também sensibilizar os clientes para a sua importância.

Mesmo que as teorias funcionalistas forneçam um paradigma para abordar a tarefa concreta, muito depende do livre arbítrio, preparação científica e técnica, bom senso e ética e deontologia do tradutor. No jornalismo, passa-se o mesmo. E é preciso decidir a cada momento qual o melhor passo a dar.

O uso do inglês como *lingua franca* acaba por ser um fator dominante nos textos traduzidos durante o estágio: o documento da OMS é emanado de uma organização internacional na qual se verifica essa utilização. Os estatutos das ordens dos enfermeiros da Croácia e da Sérvia são escritos também em inglês, enquanto língua de comunicação e divulgação internacional, e traduzi desse mesmo idioma o CV do ex-bastonário da Ordem dos Enfermeiros portuguesa.

No espaço de comunicação global, já há muito que os consumidores em Portugal, em Marrocos ou no Azerbaijão usam esta *lingua franca* nas suas transações comerciais e noutro tipo de comunicações para, por exemplo, comprar ou descarregar, muitas vezes gratuitamente, livros digitais ou outros conteúdos na empresa norte-americana Amazon. A maioria destas obras são escritas numa variante muito empobrecida da língua de Shakespeare e reproduzem uma realidade ficcional que é, também ela, sinal de como a cultura americana é eficiente a divulgar os seus valores e construções. A comunicação que se estabelece sem fronteiras através da internet, de que as redes sociais, gerais e mais específicas, são apenas um exemplo, constituem outro palco onde esse inglês é o idioma comum.

Na área científica dos estudos de tradução, como assinala Mary-Snell Hornby (2006, p. 174), o inglês também é a língua dominante. Num mundo em que qualquer pessoa com conhecimento de línguas se sente apta a traduzir, é normal para o

tradutor profissional deparar-se então com textos desviantes escritos em inglês e a partir dos quais, possivelmente, só poderá produzir um rascunho de tradução.

Quanto ao inglês usado em instituições multinacionais, como as da UE, ele terá também o seu registo padronizado, que poderá ter mais a ver com as necessidades de comunicação dentro destas instituições do que com a transmissão desses conteúdos para o cidadão comum num dos países-membros e, naturalmente, quando traduzido com esse objetivo, terá pouca adequação às convenções da língua e da cultura de chegada.

Esses conteúdos assim traduzidos muitas vezes são usados pelas instituições nacionais para produzir textos de apoio ou comunicados de imprensa que são trabalhados pelos jornalistas e acabam também por retransmitir, num português neutro, esse inglês padronizado.

Para o tradutor profissional que se queira mover na indústria linguística todos estes mundos são realidades globais, mas também locais, a que deve estar atento.

Na implantação em Portugal do "eurojargão" da União Europeia - que possivelmente chega ao espaço nacional através da importação massiva, em vários formatos, de anglicismos (*governança*? *empoderamento*?) e que não se verificará apenas a nível lexical – os jornalistas são também um elo na cadeia pois são eles, tantas vezes, os transmissores do conteúdo desses documentos, traduzidos eventualmente através de uma equivalência formal do inglês para português. Mas o que faz o jornalista se o ministro A ou B emprega o termo *empoderamento* no seu discurso e essa parte da intervenção é o *lead* da notícia?

A verdade é que quando o inglês atua como *lingua franca* e quando os falantes não-nativos aderem mais consciente ou inconscientemente a esses padrões o nivelamento por baixo tende a acontecer também na língua de chegada. Mas também será difícil reverter essa tendência que é uma realidade no meio financeiro, por exemplo, onde já nem se traduzem os termos. E não se pode quantificar o que um português perdeu, em termos de riqueza linguística na sua língua materna nos últimos dez anos, por as suas leituras terem sido sobretudo de textos construídos a partir desse formato do inglês.

É habitual que o jornalista, além do espírito inquisitivo, se questione a ele mesmo (quando lida com questões delicadas, por exemplo), analise o seu próprio uso da língua e as matérias que trata. Quando escreve uma notícia em que a pessoa A é atacada pela pessoa B, a regra de ouro é ouvir a pessoa alvo do ataque. Quando escreve a notícia, o jornalista tem um domínio, em maior ou menor grau, de todas as variáveis da questão e é o intermediário na passagem daquelas matérias ao leitor, nos termos dos conhecimentos que tem e usando as ferramentas e a experiência que acumulou. O leitor C lê a notícia de uma maneira, conhece as pessoas envolvidas e sabe mais do que o jornalista. O leitor D interpreta de outra maneira, mais incompleta.

A prática e a aprendizagem teórica evidenciam que também os tradutores têm de exercer uma atenção e vigilância redobradas ao desempenharem o seu ofício. E que, tal como no jornalismo, a comunicação é uma rede complexa.

Estas considerações levam à visão da tradução como um campo em que especialistas – os tradutores – fornecem os seus serviços especializados aos clientes, assegurando a comunicação. São peritos na sua área, tal como os engenheiros, os arquitetos ou outros profissionais de domínios mais técnicos, uma dimensão que surge na escola funcionalista e também na obra de Roberto Mayoral Asensio.

Mayoral Asensio (2003a, p. 3) introduz o que designa como "fator humano" na atividade do tradutor, associando ao "saber fazer" aprendido na formação superior específica em tradução e consolidado na experiência, a sua própria subjetividade e criatividade – para executar a a tarefa de uma forma eficiente e eficaz.

Há pouco mais de dois anos iniciei, o que nessa altura parecia uma aventura e agora me parece uma aposta ganha em termos pessoais e profissionais, de fazer o Mestrado em Tradução na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dando seguimento a um propósito que teve a sua génese no impulso inicial externo, determinante, de duas pessoas.

Ao longo do estágio, apercebi-me de que não há soluções milagrosas nem teorias e ferramentas aplicáveis a todos e a cada um dos casos. Com a sua formação específica na área científica da tradução, o seu conhecimento, prática e experiência, o tradutor terá de recorrer às técnicas, estratégias e ferramentas que o habilitem a

desempenhar a tarefa o melhor possível. Nesse processo, o tradutor pode ter de convocar todas as suas experiências e tudo o que é ou fez, numa viagem por entre línguas e culturas.

Quando passo do ofício de jornalista ao ofício de tradutora, num processo que tem sido uma descoberta e um enriquecimento fascinantes e com resultados práticos concretos, interrogo-me, algo perplexa, algo maravilhada, se para ser tradutora terei de continuar a ter espírito de jornalista.

BIBLIOGRAFIA

Acosta Artiles, F. (Mai./Jun. de 2015). De "medicina basada en la evidencia" a "medicina sustentada en hallazgos": Una propuesta razonada de traducción. *Revista Española de Salud Pública, 89(3)*, 339-342. Obtido em 19 de agosto de 2016, de http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-57272015000300011

Alcaraz Varó, E., & Hughes, B. (2002). *Legal Translation Explained.* Manchester, UK & Northampton, MA: St. Jerome.

Andrade, M. P. (2010). *Dicionário Jurídico Português-Inglês, Inglês-Português* (4ª ed.). Lisboa: Quid Iuris.

Associação Portuguesa dos Enfermeiros Obstetras. (s.d.). *APEO: Inquérito título do EESMO ao cidadão.* Obtido em 06 de agosto de 2016, de SurveyMonkey: https://www.surveymonkey.com/r/KB67JFF

Baker, M. (1992). *In Other Words: A coursebook on translation.* London and New York: Routledge.

Baker, M., & Malmkjær, K. (Edits.). (2001). *Routledge Encyclopedia of Translation Studies.* London: Routledge.

Baker, M., Olohan, M., & Pérez, M. C. (Edits.). (2010). *Text and Context - Essays on translation and interpreting in honour of Ian Mason.* Manchester, UK & Kinderhook (NY), USA: St. Jerome.

Bassnett, S. (2011). *Reflections on Translation.* Bristol, Buffalo, Toronto: Multilingual Matters.

Byrne, J. (2006). *Technical Translation. Usability strategies for translating technical documentation.* Dordrecht, The Netherlands: Springer.

Byrne, J. (2012). *Scientific and Technical Translation Explained: A nuts and bolts guide for beginners.* Manchester, UK; Kinderhook, NY: St. Jerome.

Cao, D. (2011). Legal translation. Em Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Edits.), *Handbook of Translation Studies* (Vol. II, pp. 191-195). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Cao, D., & Zhao, X. (Janeiro de 2008). Translation at the United Nations as specialized translation. *The Journal of Specialised Translation, 9*, 39-54. Obtido em 15 de Julho de 2016, de http://www.jostrans.org/issue09/art_cao.pdf

Carneiro, A. V. (16 de fevereiro de 2016). António Vaz Carneiro: "A Medicina está obcecada com o conceito de causalidade". RaioX. O seu jornal de saúde online. Lisboa. Obtido em 19 de agosto de 2016, de http://raiox.pt/antonio-vaz-carneiro-a-medicina-esta-obcecada-com-o-conceito-de-causalidade/

Castro, R. S. (2011). *Representações Sociais das Parturientes sobre a Intervenção do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Materna e Obstetrícia: A visibilidade dos cuidados* (Dissertação de Mestrado). Universidade do Porto. Obtido em 17 de Julho de 2016, de https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/9065/1/tese%20definitiva.pdf

Chesterman, A., & Wagner, Emma. (2002). *Can Theory Help Translators?: A dialogue between the ivory tower and the wordface.* Manchester, Uk & Northampton, MA: St. Jerome.

Conselho Nacional das Ordens Profissionais. (s.d.). *A função das ordens profissionais*. Obtido em 12 de Maio de 2016, de Conselho Nacional das Ordens Profissionais: https://www.cnop.pt/sobre/funcoes/

Crato, N. (23 de janeiro de 2006). Nuno Crato. "A escola deseduca a curiosidade quando não educa a persistência e o gosto pela cultura". deFrente. Obtido em 14 de agosto de 2016, de http://www.site01.net/deFrente/deFrente_c/26/index.htm

Decreto-Lei nº 118/2014 de 5 de agosto de 2014. (2014). *Diário da República, 1.ª série — N.º 149 — 5 de agosto de 2014* , 4069-4071. Lisboa: Conselho de Ministros. Obtido em 10 de Julho de 2016, de http://www.acss.min-saude.pt/Portals/0/DL%20118%202014%20princ%C3%ADpios%20e%20o%20en

quadramento%20da%20atividade%20do%20enfermeiro%20de%20fam%C3%ADlia.pdf

Departamento de Língua Portuguesa da Direção-Geral da Tradução da Comissão Europeia. (2015). *Guia do Tradutor.* Obtido em 20 de Julho de 2016, de http://ec.europa.eu/translation/portuguese/guidelines/documents/styleguide_portuguese_dgt_pt.pdf

Despacho nº 19 816/2007. (13 de agosto de 2007). *Diário da República, 2.a série — N.o 168 — 31 de agosto de 2007*, 25252. Ministro da Saúde. Obtido em 8 de agosto de 2016, de http://www.dgs.pt/?cr=11694

Direção-Geral da Saúde. (2011). Obtido em 26 de Novembro de 2015, de Direção-Geral da Saúde - Melhor Informação, Mais Saúde: https://www.dgs.pt

Evidence-based medicine. (1995-2014). Em *IATE. InterActive Terminology for Europe.* Luxembourg: Translation Centre for the Bodies of the European Union. Obtido em 11 de agosto de 2016, de InterActive Terminology for Europe: http://iate.europa.eu/SearchByQuery.do;jsessionid=Cq86tOUoDGYiFznTHR0Vlvp4BDpcn2WqcKyUTWEGsseGE-7tWjPi!-696385923

Evidence-based nursing. (s.d.). Em *Medical Dictionary Online!* Obtido em 16 de agosto de 2016, de http://www.online-medical-dictionary.org/definitions-e/evidence-based-nursing.html

Evidence-based. (s.d.a). Obtido em 12 de agosto de 2016, de MyMemory Translated. Net:http://mymemory.translated.net/pt/Ingl%C3%AAs/ Portugu%C3%AAs/evidence --based

Evidence-based. (s.d.b). Em *Linguee. Dicionário Inglês-Português e Buscador de Traduções.* Linguee GmbH. Obtido em 12 de agosto de 2016, de Linguee Dicionário Inglês-Português: http://www.linguee.pt/portugues-ingles/search?source=auto&query=evidence-based

Evidence-based. (s.d.c). Em *Reverso Context.* Softissimo Inc. Obtido em 12 de agosto de 2016, de http://context.reverso.net/traducao/ingles-portugues/evidence-based

Evidência. (2003-2016). Em *Dicionário da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico.* Porto: Porto Editora. Obtido em 11 de agosto de 2016, de http://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/evid%C3%AAncia

Evidente. (2016). Em *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.* Priberam Informática. Obtido em 12 de agosto de 2016, de https://www.priberam.pt/dlpo/evidente

Ferreira, L. (31 de dezembro de 2010). *De que falamos quando se fala em "Enfermeiro de Família"? .* Obtido em 11 de julho de 2016, de Ordem dos Enfermeiros. Secção Regional Região Autónoma dos Açores: http://www.ordemenfermeiros.pt/sites/acores/artigospublicadoimpressalocal/Paginas/Dequefalamosquandosefalaem%E2%80%9CEnfermeirodeFam%C3%ADlia%E2%80%9D.aspx

Fonseca, C. C. (2009). *Questões de tradução de Medication Safety in Pregnancy & Breastfeeding - The Evidence-Based A-to-Z Clinician's Pocket Guide -* (Dissertação de Mestrado*).* Universidade de Lisboa. Obtido em 14 de agosto de 2016, de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/1746/1/21980_ulfl068138_tm.pdf

Fonseca, F. V. (2016). *O anglicismo semântico "evidência". pergunta-resposta.* Obtido em 14 de agosto de 2016, de Ciberdúvidas da Língua Portuguesa: https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/o-anglicismo-semantico-evidencia/15993

Galhardo, R. M. (2004). *Do Fazer ao Pensar: Que Autonomia? - Dinâmica das Práticas dos Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica (*Tese de Mestrado*).* Universidade do Porto. Obtido em 4 de julho de 2016, de https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/10600/7/6135_TM_01_P.pdf

Gambier, Y. (2016). Rapid and radical changes in translation and translation studies. (L. Gross, Ed.) *International Journal of Communication, 10*, 887–906. Obtido em 20 de agosto de 2016, de http://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3824/1570

Gambier, Y., & van Doorslaer, L. (Edits.). (2010). *Handbook of Translation Studies* (Vol. I). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Gambier, Y., & van Doorslaer, L. (Edits.). (2011). *Handbook of Translation Studies* (Vol. II). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Google. (2016). Obtido em julho de 2016, de Google: https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#safe=active&q=%22enfermeiros+e+EEESMO%22

Gouadec, D. (2007). *Translation as a Profession.* Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Hörster, M. A. (1998). Problemas de tradução. Sistematização e exemplos. *Jornadas de Tradução. V*, pp. 33-43. Porto: ISAI.

International Confederation of Midwives. (2016). *ICM International Definition of the Midwife*. Obtido em 11 de agosto de 2016, de International Confederation of Midwives. Strengthening Midwifery Globally: http://www.internationalmidwives.org/who-we-are/policy-and-practice/icm-international-definition-of-the-midwife/

ISO 17100. (2015). *International Standard. Translation services. Requirements for translation services*. Switzerland: International Organization for Standardization.

Kuhiwczak, P., & Littau, Karin (Edits.). (2007). *A Companion to Translation Studies.* Clevedon Buffalo Toronto: Multilingual Matters.

Kussmaul, P. (1997). Text-type conventions and translating: Some methodological issues. Em A. Trosborg (Ed.), *Text Typology and Translation* (Vol. XXVI, pp. 67-83). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Lei 156/2015 de 16 de setembro. (2015). *Diário da República, 1.ª série — N.º 181 — 16 de setembro de 2015*, 8059-8105. Lisboa: Assembleia da República. Obtido em 01 de maio de 2016, de

http://www.ordemenfermeiros.pt/legislacao/Documents/LegislacaoOE/Lei_156_2015_SegundaAlteracaoEstatutoOE_set2015.pdf

Lopes, A. P. (2011). Reflexão sobre metodologias tradutivas relacionadas com o contrato de compra e venda em inglês e português: uma perspetiva funcionalista. *elingUP. Revista eletrónica de linguística dos estudantes da Universidade do Porto, III, Nº 1*, 100-117. Obtido em 15 de Julho de 2016, de http://cl.up.pt/elingup/vol3n1/article/article_9.pdf

Maia, A. (5 de Outubro de 2015). Um enfermeiro sempre à mão. *Diário de Notícias*. Obtido em 22 de Julho de 2016, de http://www.dn.pt/portugal/interior/um-enfermeiro-sempre-a-mao-4815281.html

Malmkjær, K., & Windle, K. (Edits.). (2011). *The Oxford Handbook of Translation Studies.* New York: Oxford University Press.

Manuila, L., Manuila, A., Lewalle, P., & Nicoulin, M. (2000). *Dicionário Médico.* (J. N. Almeida, Trad.). Lisboa: Climepsi Editores.

Marques, F. M. (2014). *A Tradutora, a Língua Inglesa, e a Projeção do Mundo Académico: A love story (?) (Dissertação de Mestrado).* Universidade de Coimbra.

Mason, I. (2001). Communicative/functional approaches. Em M. Baker, & Malmkjær, Kirsten (Edits.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies.* London: Routledge.

Mayoral Asensio, R. (9 de outubro de 1996). Los retos de la traducción en España y en Europa: Léccion inaugural del curso 1996-7 en el Campus de Soria de la Universidad de Valladolid (Inédito). Valladolid. Obtido em 22 de agosto de http://www.ugr.es/~rasensio/docs/Retos_Soria.pdf

Mayoral Asensio, R. (2003a). Theoretical detachment from reality: Academic *versus* professional views on observing translation. Em L. P. González, *Speaking in Tongues: Language Across Contexts and Users (English in the World Series)* (Vol. 2, pp. 103-18). València: Universitat de València. Obtido em 22 de agosto de 2016, de http://www.ugr.es/~rasensio/docs/Detachment_.pdf

Mayoral Asensio, R. (2003b). *Translating Official Documents.* Manchester, UK & Northampton, MA: St. Jerome.

Mayoral Asensio, R. (2007). Specialised translation: A concept in need of revision. *Babel, 53: 1*, pp. 48-55. Obtido em 29 de agosto de 2016, de http://www.ugr.es/~rasensio/docs/Specialised_translation.pdf

Mayoral Asensio, R. (1-6 julho de 2013). La imposibilidad de la traducción literal. Em *Seminario Internacional científico-práctico «Problemas actuales de traducción ruso-español y español ruso».* Granada. Obtido em 22 de agosto de 2016, de http://www.ugr.es/~rasensio/docs/Imposibilidad.pdf

Miguel, J. P., & Barreiros, F. (2009). A OMS e a respectiva agenda. *Janus 2009*, pp. 1-8. Obtido em 14 de julho de 2016, de http://hdl.handle.net/10451/4848

Montalt Resurrecció, V., & González Davies, M. (2007). *Medical Translation Step by Step.* Manchester, UK & Northampton, MA: St. Jerome.

Montalt, V. (2011). Medical translation and interpreting. Em Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Edits.), *Handbook of Translation Studies* (Vol. II, pp. 79-83). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Munday, J. (2014). *Introdução aos Estudos de Tradução. Teorias e Aplicações.* (A. Cristino, & Saldanha, Ana, Trads.) Ramada: Edições Pedago e Centro de Literatura Portuguesa.

National Library of Medicine. (2016). *MeSH. Medical Subject Headings*. Obtido em 14 de agosto de 2016, de NIH. US National Library of Medicine: https://www.nlm.nih.gov/mesh/MBrowser.html

Navarro, F. A. (2001). *Diccionario Crítico de Dudas Inglés / Español de Medicina* (reimp. ed.). Madrid: McGraw-Hill Interamericana.

Navarro, F. A. (1995). Tercer listado de palabras de traducción engañosa en el inglés médico. *Medicina Clínica, 105, 13*, pp. 504-514. Obtido em 19 de agosto de 2016, de http://www.upch.edu.pe/facien/fc/dbmbqf/mdlsantos/cursos/tallerredaccion0

8/Papers%201ra%20parte/Navarro%201995-Breve%20diccionario%20anglicismos.pdf

Nord, C. (1988/2005). *Text Analysis in Translation: Theory, methodology and didactic application of a model for translation-oriented text analysis* (2ª ed.). (C. Nord, & P. Sparrow, Trads.). Amsterdam - New York: Rodopi B.V.

Nord, C. (1997a). A functional typology of translations. Em A. Trosborg (Ed.), *Text typology and Translations* (Vol. XXVI, pp. 43-66). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Nord, C. (1997b). Defining translation functions. The translation brief as guideline for the trainee translator. *Ilha do Desterro A Journal of English Language, Literatures in English and Cultural Studies, 33*, 41-55. Obtido em 14 de Julho de 2016, de https://periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/view/9208/9484

Nord, C. (1997c/2014). *Translating as a Purposeful Activity: Functionalist approaches explained.* Manchester: St. Jerome.

Nord, C. (2006). Translating for communicative purposes across culture boundaries. *Journal of Translation Studies, 9(1)*, 43-60. Obtido em 23 de Junho de 2016, de http://humanities.ufs.ac.za/dl/userfiles/Documents/00001/935_eng.pdf

Nursing & Midwifery Council. (2016). Obtido em Julho de 2016, de Nursing & Midwifery Council: https://www.nmc.org.uk/

Ordem dos Enfermeiros. (2006). *Investigação em Enfermagem - Tomada de Posição.* Obtido em 12 de agosto de 2016, de Ordem dos Enfermeiros: http://www.ordemenfermeiros.pt/tomadasposicao/Documents/TomadaPosicao_26Abr2006.pdf

Ordem dos Enfermeiros. (30 de maio de 2014). *Norma para o cálculo de dotações seguras dos cuidados de enfermagem.* Obtido em 12 de junho de 2016, de Ordem dos Enfermeiros: http://www.ordemenfermeiros.pt/legislacao/Documents/LegislacaoOE/Ponto

Quatro_Norma_de_DotacoesSeguras_dos_Cuidados_de_Enfermagem_AG_30_05_2014_aprovado_por_maioria_proteg.pdf

Ordem dos Enfermeiros. (11 de novembro de 2015). *Informação. Press-release: Portugal continua sem experiências-piloto do enfermeiro de família .* Obtido em 12 de junho de 2016, de Ordem dos Enfermeiros: http://www.ordemenfermeiros.pt/comunicacao/Paginas/Portugal-continua-sem-experiencias-piloto-do-enfermeiro-de-familia.aspx

Ordem dos Enfermeiros. (2016). Obtido em 2016, de Ordem dos Enfermeiros: http://www.ordemenfermeiros.pt/Paginas/default.aspx

Ordem dos Enfermeiros/Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica. (22 de dezembro de 2010). *Parecer nº 03 / 2010.* Obtido em 12 de agosto de 2016, de Ordem dos Enfermeiros: http://www.ordemenfermeiros.pt/colegios/Documents/Parecer3_MCEESMO.pdf

Ordem dos Enfermeiros/Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica. (6 de novembro de 2013). *Parecer nº 41 / 2013.* Obtido em 10 de agosto de 2016, de Ordem dos Enfermeiros: http://www.ordemenfermeiros.pt/documentos/Documents/MCEESMO_Parecer_41_2013_GT_Peticao_39_XII_DGS.pdf

Ordem dos Enfermeiros/WHO. (2016). *Orientações estratégicas europeias para o fortalecimento da Enfermagem e Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica*, 40. (M. C. Ferreira, Trad.) Lisboa, Portugal: Ordem dos Enfermeiros. Obtido em 27 de agosto de 2016, de Ordem dos Enfermeiros: http://www.ordemenfermeiros.pt/publicacoes/Documents/OMS_Europa_OrientacoesEstrategicasEuropeias_ONLINE.pdf

Pinho, J. A. (2014). *A Tradução para Edição. Viagem ao mundo de tradutores e editores em Portugal (1974-2009).* Porto: Editorial da Universidade do Porto.

Reiss, K., & Vermeer, H. J. (1984/1996). *Fundamentos para uma Teoría Funcional de la Traducción.* (S. García Rayna, & C. Martín de León, Trads.) Madrid: Akal Editiones.

Riesco, L. M., & da Fonseca, R. M. G. S. (2002). Elementos constitutivos da formação e inserção de profissionais não-médicos na assistência ao parto. Factors in training and participation in childbirth care by non-physicians. *Cad. Saúde Pública, 18(3)*, 685-698. Obtido em 22 de Julho de 2016, de http://www.scielosp.org/pdf/csp/v18n3/9296.pdf

Sager, J. C. (1997). Text types and translation. Em A. Trosborg (Ed.), *Text Typology and Translation* (Vol. XXVI, pp. 25-41). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Šarčević, S. (1994). Translation and the law: An interdisciplinary approach. Em M. Snell-Hornby, F. Pöchhacker, & K. Kaindl (Edits.), *Translation Studies. An interdiscipline* (Vol. II, pp. 301-307). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Schäffner, C. (2001a). Action. Em M. Baker, & Malmkjær, Kirsten (Edits.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (pp. 3-5). London: Routledge.

Schäffner, C. (2001b). Skopos theory. Em M. Baker, & Malmkjær, Kirsten (Edits.), *Routledge Encyclopedia of Translation Studies* (pp. 235-238). London: Routledge.

Schäffner, C. (2007). Politics and translation. Em P. Kuhiwczak, & Littau, Karin (Edits.), *A Companion to Translation Studies* (pp. 134-147). Clevedon Buffalo Toronto: Multilingual Matters.

Schleiermacher, F. (1813/2003). *Sobre os Diferentes Métodos de Traduzir [Uber die Verschiedenen Methoden des Uebersezens] - Edição Bilingue.* (J. M. Justo, Trad.) Porto: Porto Editora.

Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros. (s/d). *Enfermeiros: Conhecimento, Qualidade e Segurança.* Coimbra: Secção Regional do Centro da Ordem dos Enfermeiros.

Silva, P. R., Graça, P., & Mata, F. (2015). *Estratégia Nacional para a Promoção da Atividade Física, da Saúde e do Bem-estar. ENPAF.* Ministério da Saúde, DGS.

Lisboa: DGS. Obtido em 19 de agosto de 2016, de https://www.dgs.pt/documentos-em-discussao-publica/estrategia-nacional-para-a-promocao-da-atividade-fisica-e-bem-estar-documento-em-discussao-publica.aspx

Snell-Hornby, M. (1995/1988). *Translation Studies: An integrated approach.* Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins .

Snell-Hornby, M. (2006). *The Turns of Translation: New paradigms or shifting viewpoints?* Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Snell-Hornby, M., Jettmarová, Z., & Kaindl, K. (Edits.). (1997). *Translation as Intercultural Communication.* Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Snell-Hornby, M., Pöchhacker, F., & Kaindl, Klaus (Edits.). (1994). *Translation Studies. An interdiscipline* (Vol. II). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Statute of Chamber of Nurses and Health Technicians of Serbia. (2006). Belgrade, Serbia. Obtido em 22 de agosto de 2016, de http://www.kmszts.org.rs/akti/statuteng%20version.pdf

Statutes of the Croatian Nursing Council. (2003). Croatia. Obtido em 22 de agosto de 2016, de http://www.hkms.hr/documents/CNC_STATUTES.pdf

Temido, M., & Dussault, G. (2014). Papéis profissionais de médicos e enfermeiros em Portugal: Limites normativos à mudança. *Revista Portuguesa de Saúde Pública, 32(1)*, 45–54. Obtido em 20 de dezembro de 2015, de http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902514000029

The Law Dictionary. (s.d.). Obtido em 26 de novembro de 2015, de The Law Dictionary: http://thelawdictionary.org/

Trosborg, A. (1994). 'Acts' in contracts: Some guidelines for translation. Em M. Snell-Hornby, Franz Pöchhacker, & Klaus Kaindl (Edits.), *Translation Studies. An Interdiscipline* (pp. 309-318). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Trosborg, A. (Ed.). (1997). *Text Typology and Translation* (Vol. XXVI). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

Trosborg, A. (1997). Text typology: Register, genre and text type. Em A. Trosborg (Ed.), *Text Typology and Translation* (Vol. XXVI, pp. 5-23). Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.

United Nations Organization. (s.d.). Obtido em agosto de 2016, de Unterm - The United Nations Terminology Database: http://unterm.un.org/UNTERM/portal/welcome

Venuti, L. (Ed.). (1989/2004). *The Translation Studies Reader.* London & New York: Routledge.

Venuti, L. (2001). Strategies of translation. Em M. Baker, & Malmkjær, Kirsten (Edits.), *Routledege Encyclopedia of Translation Studies* (pp. 240-244). London.

Vermeer, H. J. (1989/2004). Skopos and commission in translational action. Em L. Venuti (Ed.), *The Translation Studies Reader* (pp. pp. 227-238). London & New York: Routledge.

Vinay, J.-P., & Darbelnet, Jean. (1958/1995). *Comparative Stylistics of French and English. A methodology for translation.* (J. C. Sager, & Hamel, M.-J., Trads.) Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins.

WHO - World Health Organization. (2011). *Health Systems Strengthening Glossary.* Obtido em 19 de agosto de 2016, de World Health Organization: http://www.who.int/healthsystems/hss_glossary/en/

WHO. (2012). *WHO Handbook for Guideline Development.* World Health Organization. Obtido em 17 de Julho de 2016, de http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/75146/1/9789241548441_eng.pdf

WHO. (Setembro de 2015). European strategic directions for strengthening nursing and midwifery towards Health 2020 goals. 35. Copenhagen, Denmark. Obtido em 18 de dezembro de 2015, de http://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0004/274306/European-strategic-directions-strengthening-nursing-midwifery-Health2020_en-REV1.pdf?ua=1

WHO. (2016a). *About WHO*. Obtido em 12 de junho de 2016, de World Health Organization: http://www.who.int/about/structure/en/

WHO. (2016b). *About WHO. Multilingualism and WHO*. Obtido em 11 de agosto de 2016, de World Health Organization: http://www.who.int/about/multilingualism/en/

WHO. (2016c). *About WHO. Who we are, what we do*. Obtido em 22 de maio de 2016, de World Health Organization: http://www.who.int/about/en/

WHO. (2016d). *Management of substance abuse*. Obtido em 12 de agosto de 2016, de World Health Organization: http://www.who.int/substance_abuse/research_tools/translation/en/

WHO. (2016e). *Nursing and midwifery*. Obtido em 11 de Agosto de 2016, de World Health Organization Regional Office for Europe: http://www.euro.who.int/en/health-topics/Health-systems/nursing-and-midwifery/nursing-and-midwifery

WHO. (2016f). *Rede ePORTUGUÊSe*. Obtido em 09 de julho de 2016, de Organização Mundial da Saúde. Rede ePORTUGUÊSe: http://www.who.int/eportuguese/pt/

WHO. (2016g). Obtido de janeiro a agosto de 2016, de World Health Organization: http://www.who.int/en/

WHO. (2016h). Obtido em 2016, de World Health Organization Regional Office for Europe: http://www.euro.who.int/en/home

Wolff, L. (2011). Legal translation. Em K. Malmkjær, & Kevin Windle (Edits.), *The Oxford Handbook of Translation Studies* (pp. 228-242). New York: Oxford University Press.

Worcestershire Health and Care NHS. (s.d.). *Well Connected - Joining you in your health and care in Worcestershire.* Obtido em 12 de agosto de 2016, de http://www.redditchandbromsgroveccg.nhs.uk/EasySiteWeb/GatewayLink.aspx?alId=36419

Wright, S. E. (2011). Scientific, technical, and medical translation. Em K. Malmkjær, & Kevin Windle (Edits.), *The Oxford Handbook of Translation Studies* (pp. 243-261). New York: Oxford University Press.

Zethsen, K. K. (2010). Has globalisation unburdened the translator? *Meta : journal des traducteurs / Meta: Translators' Journal, 55(3)*, 545-557. doi:10.7202/045076ar